



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Polo de Duque de Caxias

George Ferreira Lau

Departamento de História
Pós-Graduação em História e Cultura Afrodescendente

**Classes Perigosas e os argumentos cientificistas de Nina
Rodrigues:
Uma questão de cor e territorialidade**

Rio de Janeiro, junho de 2016.



George Ferreira Lau

**CLASSES PERIGOSAS E OS ARGUMENTOS
CIENTIFICISTAS DE NINA RODRIGUES:
Uma questão de cor e territorialidade**

Pós-Graduação em História e Cultura Afrodescendente

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do título de pós-graduação em História e Cultura Afrodescendente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha.

Rio de Janeiro
Junho de 2016.



George Ferreira Lau

**CLASSES PERIGOSAS E OS ARGUMENTOS
CIENTIFICISTAS DE NINA RODRIGUES:
Uma questão de cor e territorialidade**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como exigência parcial para obtenção do título de pós-graduação em História e Cultura Afrodescendente. Aprovada pela comissão examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Daniel Pinha.

Orientador

Departamento de História – PUC Rio

Prof.Dr. Rômulo Costa Mattos

Departamento de História – PUC Rio

Prof. Mestre Leonardo de Carvalho Augusto

Departamento de História – PUC Rio

Rio de Janeiro, junho de 2016.

Dedicatória:

*A Rafael Braga, preso político,
trabalhando com pinho sol, nas
manifestações de 2013.*

*A Daiana Ximenes que até aqui me
guiou.*

*A minha família, ao ladrilheiro Sr.
Jorge Lau, e a sua esposa Dona
Ana Rita Ferreira Lau, que deram
exemplo e orgulho.*

*A Dona Jó, guerreira, solidária
diante da causa do oprimido.*

*A Maria de Lourdes Soares
Milheiro, por ser o que é, uma
pessoa movida de esperança e luta
social.*

*Ao Pré Vestibular Comunitário
Paulo Freire, por sua obstinação
em querer promover a juventude.*

*A Luciana Ferreira Lau, exemplo
de negritude, de superação, e de
sinceridade.*

Agradecimentos

É inútil imaginar todo esse percurso feito sem dificuldades, é também uma grande diáspora. E nesta grande composição não poderia deixar de destacar pessoas fundamentais neste projeto, em primeiro lugar a professora Daiana Ximenes, que me incentivou sempre, ao Departamento de História por ordenar este Curso de História e Cultura Afrodescendente e logo ali, na Baixada Fluminense, terra muito sangue luta, luto e suor. Também duas pessoas essenciais na organização textual prof. Amanda e prof. Manoela. E o monitor Matheus Azevedo, na elaboração do Power Point. Não esquecemos da Direção do professor Celso e a professora Luciene. A presença de verdade das professoras Olívia e Regiane diante das angústias que o curso trouxe. A articulação, a tenacidade e a tranquilidade do professor Daniel Pinha, coordenando estes trabalhos entre avanços e tropeços, na busca de entender o que nos angustiava e motivava entre as Classes Perigosas e a barbárie da violência. A professores e professoras que trouxeram o ensinamento de toda uma vida, cantando a África, e buscando entender, em especial ao querido professor Amauri Mendes Pereira, símbolo a nosso ver da dignidade deste curso.

“O Emparedado é, dilaceradamente, o corpo que vive sob o império da carne, do sangue, da raça, e entre os muros de uma sociedade que é pura réplica da selva darwiniana, e a alma que sonha ardentemente com a transcendência estética (o Artista puro, o Poeta assinalado) e a transcendência mística”. (Alfredo Bossi, Poesia e Sociedade – 2002, p. 244)

“A existência precede a essência. ” (L. Karnall apud. Sartre)

*“É natural que toda forma de crime na história nasce da desinformação orientada. ”
Umberto Eco: (Globo News – Entrevista, 2015)*

“Só existe um tipo de gente: pessoas”. (Harper Lee)

“Temos que sair da senzala”. (Primeira Juíza Negra do Brasil – Revista Afro 22 de fev 2016)

Resumo

Classes Perigosas e os argumentos científicistas de Nina Rodrigues: Uma questão de cor e territorialidade é uma interpelação que surge com o advento da mortandade imensa de jovens no Brasil, que faz a Anistia Internacional, promover de forma silenciosa a denúncia contra o extermínio da juventude negra. Nosso objetivo foi fazer um recuo histórico, e tentar perceber raízes deste genocídio negro, no ambiente em que se vivia no Brasil no século XIX. Para isso trabalhamos Lar, Trabalho e Botequim e Cidade Febril. Este segundo em maior conexão com aquilo que mais nos articulou com Nina Rodrigues, a desconstrução do africano como possibilidade para o Brasil. O ser degenerado, é o ser do gueto, que percebemos não era apenas lugar de repouso. O lugar, é também de resistência. É em primeiro lugar, o lugar dos sem lugar, é o Cabeça de Porco, estes lugares, da falta de higiene, do crime, da doença, por fim, do negro. Cabe analisar se estamos aqui em mero processo de infantilização, e de lamentação, ou vitimização. Mas nos debruçamos sobre o que os fatos quiseram mostrar, a sua época. O próprio cortiço, Cabeça de Porco, sofreu com todo um equipamento de guerra para seu desmonte. E mesmo com a construção das favelas, o que percebemos em Rômulo, as comunidades carregam ainda este estigma, lugar do negro. Este lugar do negro, é quantificado, por ser maioria, então é uma nação que está a margem. E também desqualificado. A todo momento, seja na Serrinha, na pesquisa, milimetricamente feita e aceita mundo afora pelo doutor Nina, e com base em Gobienau, o racismo brasileiro, vai entranhando na cultura, e nas instituições brasileiras. Observamos que o aparato policial, político, judicial, religioso, médico e de imprensa da época – enfim todo este instrumental, vai querer comprovar que o negro é inferiormente proporcional ao que se deseja de humanidade e de projeto para o Brasil. E se antes eles vinham aos montes no Brasil colonial e imperial, no findar do Brasil Império, existe a preocupação de se limpar o Brasil. O projeto de trabalho, para o país, é o projeto de exclusão do negro do mercado de trabalho. É lança-lo na vadiagem, para logo prendê-lo, e assim quem sabe proteger este herdeiro de Caim de si mesmo, e muito mais da civilização brasileira, que se quer toda branca. O desenraizamento do negro do Brasil é um projeto, que vai ficar forte no Brasil, pós-abolição. Lançado na República, o medo do negro rondava a cabeça das elites. O haitianismo, a resistência destes grupos sociais nos Cortiços, as doenças que eles trazem para a cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, e para os brancos, o crime, que sem palavras, no dizer de Nina Rodrigues, é do negro. Enfim, o potencial da fala de Nina evidencia nosso trabalho ao observarmos a necessidade, e o empenho da medicina legal em transformar o crime em doença, e o vírus ser o negro. Desta

forma, Classes Perigosas, rimam com Classes Pobres. O que podemos pensar é até quando isto será uma realidade? E quando nos libertaremos de fato, visto que a ciência, produziu elementos de racismo que continuam presentes até hoje em nosso país. O país excludente e de desigualdades sociais e raciais e de gênero que temos teve uma ótima oportunidade de mudar tudo isso, mas pelo contrário, copiamos a contramão do mundo, a xenofobia, a eugenia e o racismo.

Palavras-chave:

Classes Perigosa; Racismo; Trabalho; Degeneração; Genocídio; Resistência; Moradia; Progresso; Igualdade Racial; Violência-Segurança Pública.

Abstract

Dangerous classes and scientificist arguments of Nina Rodrigues: A question of color and territoriality is a question that comes up with the advent of death of young people in Brazil, which is Amnesty International promote silently the complaint against the extermination of black youth. Our goal was to make a historic retreat, and trying to understand the roots of this black genocide, in the environment in which they lived in Brazil in the 19th century. For this work, Home work and Saloon and Feverish. This according to a greater connection with what we articulated with Nina Rodrigues. The deconstruction of the African as a possibility for Brazil. The be degenerate, is the being from the ghetto, we realized it wasn't just resting place. The place is also of resistance. Is in the first place, the place of nowhere, is the "Pig's Head", these places, the lack of hygiene, crime, disease, Finally, the black. It is the responsibility of analyzing if we're here in mere process of infantilization, and whining, or victimization. But we are discussing about what facts they wanted to show, its season. The own tenement "Pig's Head" suffered from a whole war equipment for your dismount. And even with the construction of the slums what we perceive in Rômulo is that communities still bear this stigma, instead of black. This dark place, is quantified, for being most, so is a nation that is the margin. And also disqualified. At all times whether in Serrinha in research fine-tune every made and accepted worldwide by Dra. Nina and based on Gobienau, Brazilian racism, will sink in the culture, and Brazilian institutions. We observe that the police apparatus, political, judicial, religious, medical and press of the time – finally all this instrumental, will want to prove that the negro is inferiorly proportional to the desire of humanity and for the Brazil project. And before they came in droves in the colonial and imperial Brazil in the end of Brazil Empire there is concern to clean the Brazil. The project to the country is the project of black exclusion from the labour market. Is it on vagrancy and then arrest him and so who knows protect this heir of Cain himself and much more of brazilian civilization to be all white. The uprooting of the black of Brazil is a project which will stay strong in Brazil after abolition. Released in the Republic the fear of the black man was the head of the elite. The "haitianism". The resistance of these social groups in the slums diseases that they bring to the city of Rio de Janeiro in the 19th century. And for whites crime without words in the words of Nina Rodrigues is black. The potential of speech of Nina shows our work to look at the need and the commitment of legal medicine in transforming crime in disease and the virus be black. In this way Dangerous Classes rhyme with Poor Classes. We can think of is how long this will be a reality? And when we free ourselves of fact since the

science produced elements of racism that remain present to this day in our country. The country excluding social inequalities and gender and racial we have had a great chance to change all that but on the contrary we copy the wrong side of the world, xenophobia, eugenics and racism.

Key words:

*Dangerous Classes-Racism; Work-Degeneration; Genocide; Resistance; Housing; Progress;
Racial Equality; Violence-Public Safety.*

Sumário

Resumo	6
Abstract.....	8
Sumário	10
Introdução: Classes Perigosas: Uma questão de cor e territorialidade.....	11
1.Uma política pública para as Classes Perigosas	20
2. Sobre as Teorias Raciais.....	33
3. Classes Perigosas: uma aproximação com a fundamentação científica de Nina Rodrigues	63
Bibliografia Básica	97
Bibliografia Geral	97
Bibliografia Geral\Detalhada	99
Bibliografia complementar.....	101
Anexos.....	103

Introdução:

Classes Perigosas: Uma questão de cor e territorialidade

Em sua obra *Entre o Lazer e o Conflito* Sidney Chalhoub evidencia a análise de E.P.Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa de 1790 até 1830 – o que contribui um pouco com a percepção de nossa realidade. Existe na cartilha de Thompson, uma identidade de classe, formas organizadas de reivindicação dos trabalhadores e também tradições intelectuais de certo espírito comunitário. Desta forma ele avança na pretensão economicista da classe trabalhadora e percebe também a dimensão sociocultural e política. No tocante à questão da ausência do Estado para as Classes Perigosas, de somente ser fator de negação da mesma com uma contínua repressão, Sidney Chalhoub ressalta que coube às Classes Perigosas uma espécie de privatização dos conflitos, para que se conseguisse dar conta de sua sobrevivência. Na negação, existe também a negociação.

Quanto à pesquisa do cientista, para nós é tocante e importante, quanto a questão do crime, Sidney Chalhoub traz Engels que analisa o crime da perspectiva de que o crime é fruto da falta da conscientização. E pelo visto muitos dos intelectuais brasileiros trabalharam partindo desta fonte. Sidney Chalhoub, descobriu essa visão unilateralista do crime, ao falar do mito do malandro, e ao constatar que o verdadeiro malandro não está (apenas, grifo nosso) apenas na favela. *O Lar, Trabalho e Botequim* deu estas primeiras impressões.

A partir da pesquisa de Ana Vasconcelos Ottoni em “Cidade saqueada”: imprensa carioca, gatunagem e populares pobres no Rio de Janeiro (1900-1920) notamos o comportamento da Imprensa em relação às Classes Perigosas. Com uma atitude questionável, própria de quem espera a notícia mais quente para fazer os seus sensacionalismos, a Imprensa da época observa essas Classes num momento como pessoas que lutam por direitos (trabalhadores-cidadãos); e em outras situações trabalha com a criminalização dos pobres urbanos (tipificando bandidos-gatunos). A Imprensa então ficará em cima do muro – sem saber se fala na proteção dos pobres (‘messianismo barato’) ou se emplaca defendendo a ordem vitimando a pobreza (‘sensacionalismo descarado’). As capas jornalísticas que desdobram e saem sangue fazem um sucesso desejado, no estilo da política do

‘pão e circo para o povo’. Não somente gera lucro para tais empresas, mas também produz votos. O crime que dava audiência após reportagens investigativas, era o crime contra a propriedade. O saquear do Rio de Janeiro, é isto, na conjuntura maior desta pesquisa, seria o risco das Classes Perigosas ao progresso, agora com sua potencialidade íntima de queda para o crime. Entender que o perigo está nas Classes Perigosas, seja pela doença, pela herança, pelo crime (para Ana, forte a questão da “gatunagem”) – é criar um único modelo de política pública para essa camada da população – a repressão, truculência e a ‘violência preventiva’. É a política do terror, do medo, da ameaça, da massificação? É dessa forma que deve ser administrada as Classes Perigosas? Seria a única forma? O morro é o lugar da violência, e lá é necessária a presença policial, que evoluiu com o tempo – de policiais, caveirão, BOPE, UPP e milícia. Os jornais ajudam a construir também o sinônimo de Classes Pobres como Classes Perigosas. Os pretos malandros, assim como outros conceitos foram criados pelos jornais, para se tratar destes inimigos do trabalho e do progresso. Porém na esfera do crime, não era somente o gatuno, mas sambar, batucar também o seria. Como Ana nos propõe até para endossar este inimigo público do Brasil, hoje seria terrorista, o negro – unem-se elementos para desqualifica-lo: gatunagem, feitiçaria e a cor. *Livres do cativo e agora presos na ideologia da inferioridade racial*. Primeiro prenderam e aprisionaram os corpos, agora devoram o espírito.

Então ao olharmos essa construção conceitual, percebemos que inicialmente inglesa e francesa, formaram um ‘olhar brasileiro’ da elite brasileira. Pois bem, Chalhoub nos apresenta a seguinte sentença:

(...) a construção da noção de que “classes populares e classes perigosas” – para usar a terminologia do século XIX – são duas expressões que denotam, que descrevem basicamente a mesma “realidade”. (CHALHOUB: Cidade Febril:1996, p.19).

Degenerados, termo que naturalizará ainda mais essa fórmula em Nina Rodrigues, são componentes que perfazem o Brasil e o mundo, de um imaginário ideológico de civilização. Após analisar a guerra das ruas, diferente de “vozes das ruas, mais controladas de hoje”, chegamos agora num pequeno histórico deste conceito. A expressão Classes Perigosas é de uma escritora inglesa Mary

Carpenter – que queria estudar a criminalidade e a infância em períodos da Europa Industrializante. Estes das Classes Perigosas seriam ex-presidiários, ou pessoas que preferem viver de furtos e não trabalham. É interessante observar que é uma ‘massa de desempregados manobráveis’. Para Mary Carpenter, as classes perigosas são aquelas pessoas que passaram pela prisão. O ‘ser marginal’, era uma estratégia de sobrevivência, como propõe Chalhoub.

Em suma, a expressão é utilizada aqui de forma bastante restrita, referindo-se apenas aos indivíduos que já haviam escolhido uma estratégia aberta de sobrevivência que os colocava a margem da lei. (GUIMARÃES, Alberto Passos: 1982: *As Classes Perigosas: banditismo urbano e rural* apud CHALHOUB, Sidney: 1996: p.20).

Mas também, notamos que havia uma necessidade do capitalismo. As Classes Perigosas da Europa estavam numa outra perspectiva, na linha do crime, na conjugação deste com o mundo do trabalho. Enquanto outras Classes gozariam dos lucros deste projeto de sociedade.

No caso francês, o minucioso Frégier procura o detalhamento das Classes Perigosas pensa a partir da cidade francesa. Afinal, as bases da cidade não podem ter tais sujeitos. Então o olhar as ruas da cidade de Paris – era de início necessário detectar quem não era para estar ali, os ‘malfeitores’: prostitutas, ladrões, espertalhões. Apesar de sua pesquisa ter uma perspectiva, Frégie segundo Sidney Chalhoub acabou por revelar as *condições e o lugar* destes que estão nas Classes Perigosas. Classes Perigosas, para Mary Carpenter, era ociosidade e marginalidade; em Frégier, nos aponta Sidney Chalhoub, o conceito abrange-se chegando a pobreza. Como nos propõe Vera Malaguti, perigosos porque são pobres.

Este modelo, este estado penal, produziu a criminalização geral das estratégias de sobrevivência, a desmoralização do estado previdenciário. Vera Malaguti Batista comenta que a grande mídia lança, sobre os pobres e os territórios por eles ocupados, um olhar que os transforma em criminosos, maléficos, perigosos. (Disponível em: <http://port.pravda.ru/mundo/15-08-2013/35125-criminalizacao_pobreza-0/#sthash.JTcL1GWR.dpuf>. Acesso em 21 de maio de 2016).

No caso brasileiro coube uma junção inglesa e francesa daqui e dali. E se adaptou o conceito à realidade brasileira. A formulação do conceito de Classes Perigosas estava forte nos debates na Câmara do Brasil Imperial, bem próximo ali dos idos de 1888. A abolição, ou ‘absolvição’ da escravatura trazia em seu bojo um problema – o ‘ex-escravo’, o que fazer agora com este ser liberto? *Liberdade rimaria com cidadania?* Os debates visavam ‘organizar’ o mundo excludente do trabalho. Aqui a pesquisa de Anne Cacielle nos aponta esse caminho legalista que coloca o negro a margem no Brasil:

(...) poucos dias após a aprovação da chamada Lei Áurea, o Ministro da Justiça – Ferreira Vianna – apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta de lei: o “Projeto de Repressão da Ociosidade” – que recebeu na Câmara dos Deputados(...) (CACIELLE, Anne: p. 1).

O código criminal de 1830 já colocava um grande patamar para a ociosidade, que seria combatida com repressão. O pobre nesse sentido era considerado vadio. *Os libertos deveriam ter uma espécie de correção, por isso a prisão, a repressão. A questão era enquadrar o sujeito – os emparedados.* Da mesma forma que previa o projeto de Ferreira Vianna, o Código Penal de 1890 também dizia que caso o indivíduo comprovasse meios suficientes de subsistência não seria considerado um ocioso e nem constituiria um perigo para a sociedade. A contravenção da vadiagem era caracterizada pela *suposição* de que o indivíduo que não tinha meios de subsistência, fosse recorrer a meios ilícitos para sobreviver. “ Os ociosos a partir do Código Penal tornaram-se “criminosos” pelo fato de serem contrários a “lei” do trabalho. ” (CACIELLE, Anne: 2009: p. 4).

Esses projetos políticos visavam leis de repressão à ociosidade, como as leis que citamos acima. Os ociosos a partir do Código Penal tornaram-se “criminosos” pelo fato de serem contrários a “lei” do trabalho. O que nos cabe perguntar. O escravo era ocioso? E por que um ex-escravo tenderia simplesmente a ser ocioso? De qualquer forma vale notar o lugar social do negro no pós-abolição que começa a ser desenhado, a ‘ociosidade’ é um destes lugares. E a pobreza, mais uma das marcas sociais das Classes Perigosas.

O Estado Eugenista cria a sociedade do medo e do crime. O medo é estrutura e não essência. E o desencadear de uma sociedade do medo é que se

criou uma estrutura de essência do medo, o lugar do medo e como combatê-lo. É sempre a teoria do Estado Salvacionista que vai consertar o Brasil. A forma que se encontrou para desenvolver políticas públicas para as Classes Perigosas, demonstram um Estado Eugênista que foi sendo construído pelas elites brasileiras. *O Estado cria, a nosso ver, uma institucionalização da criminalização da pobreza, e institucionalização do lugar negro, de forma extremamente segregadora.* E como aponta Geélison Ferreira da Silva, em *Considerações sobre criminalidade, marginalização e medo no Brasil* a salutar instrumentalização da violência no trato com as Classes Perigosas, o que trouxe um abismo enorme, quanto aos direitos da maioria da população brasileira. E produz, o que propõe o texto, a marginalização destas populações. Além de pobre, ex-cativo, agora a margem. *A marginalização no Brasil não é acidente, é projeto.* O projeto positivista admitia essa proposta de degeneração do Brasil, e necessidade de ‘limpeza social’. **“O eugenismo apareceu com o intuito de assegurar condições de salubridade e sanear a raça”.** (Silva, Geélison: 2011 p. 93).

Estigmatizar é hierarquizar. *À pobre punição, ao rico impunidade.* E hoje querem falar em redução da maioridade penal. Rotular a pobreza como criminosa, e tomar a minoria pela maioria, é esquecer que a própria pobreza é uma violência – isto nos aponta Geélison com bastante destreza, no momento em que começa a desconstruir mitos socialmente construídos. No segundo momento, utilizando outro autor, Geélison cita Paixão, A.L., este descortina o mito, que se pretendia construir de Classes populares como sinônimo de Classes perigosas.

O primeiro mito consiste em considerar as classes mais desfavorecidas como as mais propensas a serem praticantes de crimes. (...) O segundo mito que Paixão (1990) se contrapõe engloba as classes perigosas, vagabundos, criminosos, prostitutas, desempregados e subempregados e apresenta tais grupos como emergência à ordem social. (...) O terceiro mito do qual Paixão (1990) se opõe refere-se à ordem e à desordem (GEÉLISON, 2011 apud PAIXÃO, 1990).

Então ao contrário de observar as Classes Perigosas como atraso e retrocesso ao progresso, o Brasil precisava perceber as Classes Perigosas como possibilidade de um outro Brasil, poderiam estas Classes apontar para um lugar de cidadania mais ampla para todos no Brasil, e não *um lugar onde maiorias ficariam excluídas.* Não existiria diferença, o que é muito perigoso a nosso ver por

sinal, entre *o gatuno e o uma pessoa que faz uma rebelião*, seriam ambos criminosos, das Classes Perigosas. E hoje terrorista. É, mas, o que se percebe é, que o desemprego não aumenta na mesma proporção que o crime, então o crime não seria a única saída para o indivíduo sem teto sem direito e sem emprego. Mesmo o moderno código penal 1938-1945 vinha para penalizar o lugar do pobre. *Se é pobre, porque é criminoso*. Quase que como uma condenação tácita, pelo mero e simples fato de ser das Classes Perigosas. O trabalho era requisito de boa índole, isto complica, visto que não tem trabalho para todos no mundo capitalista, e o *Brasil se prevaleceu, via política embranquecedora, favorecer os brancos em detrimento dos negros*. Os mitos seguem na seguinte sequência de nos fazer entender o que é feito: *estereotipar, generalizar e ordenar o negro no Brasil*. Se legitimava o ‘não direito’ a cidade aos negros. A partir do autor Loïc Wacquant 1999, que pensa ‘penalização do Estado’, criando o conceito de Estado Penal, vemos que o Estado é na construção da História brasileira, um ente excludente. É este o Estado anti-povo, anti-negro, anti-Classes Perigosas. O Estado brasileiro nasce usurpador, e prossegue saqueando seu próprio povo. *Mas, é a Classe Pobre em sua essência Perigosa?*

Da identidade do medo à coisificação do outro, o texto de Geélison Ferreira: *Considerações sobre criminalidade: marginalização, medo e mitos no Brasil* aponta que existe uma repressão que impede a representação do negro na esfera jurídica e que o premia como ser passível de repressão. No mesmo patamar do enfrentamento com a força da repressão da política de in-segurança quanto à questão do medo imposto, ‘estão bandidos de tão negros’. Resquícios de escravidão. O navio tumbeiro não acabou, apenas migrou de lugar, são as permanências da História. *No Brasil os negros são os mais reprimidos seja pela força do Estado, do anti-Estado (crime) ou da união dos dois, a milícia*. A abordagem na rua é o retrato de todas as situações do racismo institucional na alma do Brasil. *O negro é um perigo, sua moradia um lar de doenças e crimes – e ‘cl clinicamente comprovado’, eles sempre serão assim*. Então a questão é rotular, estigmatizar para discriminar, tornar doente, para reprimir perseguir e excluir. Então o que é minoria passa a ser visto como maioria da atitude das Classes Perigosas (isto no ver de Geélison), e a nosso ver é a maioria sendo transmutada em minoria. O texto de Geélison nos traz uma reflexão importante sobre ‘o medo

da violência’ – o que gostaríamos de tratar aqui como *cultura da violência*. É isto que segrega, torna a cidade esteticamente feia, e eticamente inviável. Esta cidade é dividida em territórios para controle de grupos locais. Criamos a sociedade do medo, medo da política, medo dos pobres, medo dos jovens, medo das mulheres, medo dos ricos, medo do debate, medo do Brasil, medo das Classes Populares. *Quando no Brasil se quebrará o monopólio do medo?* O Estado no Brasil se construiu em cima do monopólio do medo. O debate para vencer a violência não encara a realidade de frente. A violência é uma ‘indústria no Brasil’, que perpassa o Brasil colonial e escravocrata e se entranha no Brasil pré-republicano que não aceita o ‘negro’ como elemento para o mercado, não o quer para a cidade, por isso que contemple o Cortiço, que não o quer para a civilização, pois seria demasiadamente não humano. Esta não é uma fala de nenhum político da atualidade, é apenas uma reflexão sobre as ideias que perpassam as mentes que constroem o Brasil neste período de passagem da era da escravidão para a era do trabalho. *Desta forma a violência não encarada, serve como emparadamento das Classes Perigosas na sociedade brasileira.* Não enraíza, fica na superfície, o discurso, o debate sobre a violência – pois a fábrica do medo cria: mitos e ritmos, sonhos e desesperanças. Cria ONGs, políticos, religiosos – menos uma sociedade possível, uma cidade inclusiva – isso hoje. No Brasil pré-republicano cria uma Imprensa que desconhece e é inimiga do Povo, uma Ciência que se deixa instrumentalizar pelo preconceito e a ideologia. A Imprensa do crime tornou-se um potencial alimento de controle das massas. *E aqui acrescentamos que todo o arcabouço desse ideário discursivo da criminalização da pobreza foram se unindo: o olhar clínico, a mediação religiosa, a fundamentação filosófica, a mídia e sua pseudoneutralidade, os empresários ávidos por lucro, os ‘políticos apolíticos’, enfim tudo isso favoreceu um Estado que reprime, massacra e exclui o pobre, o negro no Brasil. Gerar as Classes Perigosas, é ao mesmo tempo gerar por outro lado, as Classes que podem, a elite, os que trabalham, os honestos, os não marginais.* A violência existe, e ela é institucional, ela é de\do Estado, e não de direito.

No Estado do Rio de Janeiro, a proporção de negros mortos pela polícia é três vezes maior do que a proporção de negros na população total, enquanto a de branco é menos da metade.

Os negros são os mais vitimados por criminosos, bem como as principais vítimas da polícia. Em pesquisas de opinião realizadas entre 1995 e 1997, o único grupo social que tinha mais medo de policiais do que dos bandidos era o de negros. (GEÉLISON: 2011, p. 99).

Segundo o autor (Geélison 2011., p. 96) ao relacionar pobreza e criminalidade, Misse propõe que também poderia ser chamada de teoria das classes perigosas, teoria da marginalidade ou estratégias de sobrevivência. Esta marginalização da pobreza é uma *violência simbólica* que coloca os desfavorecidos economicamente em situação de *outsiders diante dos abastados*, que são considerados *estabelecidos*. Negros, pobres e jovens sofrem de *violência institucional*, por não acessarem plenamente os serviços de educação, saúde, entre outros direitos para uma boa qualidade de vida, e ainda sofrem repressão policial intensa e têm seu direito de defesa comprometido no sistema de justiça criminal, além da violência simbólica sofrida, ao serem responsabilizados pela violência. Adotamos o modo americano e europeu para resolução dos crimes, *o negro é o potencial e essencial criminoso*. “Enquanto a população americana possui 7% de negros, a proporção de negros na prisão chega a 55%. Em um período de 20 anos, a população encarcerada nos Estados Unidos quadruplicou.

Ao analisar o crescimento exponencial do número de detentos nos Estados Unidos a partir de meados da década de 1970, percebesse que tal crescimento não é correspondente ao aumento da criminalidade, mas sim à conjugação de três causas: o declínio do ideal de reabilitação; a utilização do medo pelos políticos e mídia; e a função de mecanismo de controle racial assumido pelo sistema penal no país. (GEÉLISON: 2011, p. 98).

Como nos apresentam os autores (Elias; Scotson, 2000) *Estabelecidos ou establishment* é conceito utilizado para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder, tidos como de “boa sociedade”, a partir de uma identidade social construída pela combinação de tradição, autoridade e influência. Já os *outsiders* são justamente o oposto: ‘não membros’ da “boa sociedade”.

O próprio título desta obra de Norbert Elias, escrita juntamente com John Scotson, já nos remete a uma situação clara onde se desenvolve uma relação de poder: os estabelecidos são os grupos ou indivíduos que ocupam posições de prestígio e de poder em uma comunidade, que se auto percebem e que são

reconhecidos como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência; os outsiders são justamente as pessoas que se encontram totalmente fora deste tipo de situação. (MEDEIROS, Patrícia Lins Gomes de: 2007, p. 173 Apud (ELIAS e SCOTSON:2000) in: Aspectos do poder e do cotidiano em Norbert Elias. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13480/12363>>. Acesso em 22 de maio de 2016).

No Estado repressor que se criou no Brasil, as Classes Perigosas serviram para nutrir um *‘apartheid social’*, com base inicial numa forte *segregação racial*, de outro lado a *Classe Elitista*. Isto nunca é tão simples assim, numa mera visão economicista. Existem relações bem complexas socialmente. *Contudo, criar as Classes Perigosas, coloca num alto relevo, com base científica, cultural, religiosa, empresarial de que o outro é inviável para a cidade*. Desta forma ele deve ser perseguido, execrado, ‘esculachado’, excluído, punido. O texto nos propõe via Marx, a estrutura de *coisificação do negro e do pobre no Brasil*, tudo com base no aburguesamento e apropriação da sociedade. *Concluimos então a partir desta visão que os que foram transformados em ‘degenerados’ são despossuídos de liberdade*. Isto gera um problema, pois o movimento de 1888 foi pela liberdade. Ela cai num vazio, e é desconstruída. A punição nesse tipo de Estado que se monta, e quer, é para a *garantia da propriedade privada*. O sistema capitalista reproduziu no Brasil, o que implantou no mundo com a revolução industrial – uma massa de reserva de mão de obra. E aqui, eles são as Classes Perigosas. Para permanecerem aí, precisavam de uma doutrinação científica-policial-espiritual.

(...) o processo de formação das classes perigosas do Brasil que logo pelo discurso dominante merecem ser trancafiadas, problematizando e articulando estas instituições punitivas, com a discussão de que elas são parte de uma política pública que é custeada pela própria classe que nelas vai parar: a classe trabalhadora. (MUNIZ: GODOY: JESUS: DUARTE: 2013 Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo9-poderviolenciaepoliticaspUBLICAS/criminalizacaodapobrezacomoprocessolegitimadobasesiniciaisdeumdebateemcurso.pdf>>. Acesso em de maio de 2016).

1. Uma política pública para as Classes Perigosas

Uma cidade policizada, é esta que vai sendo criada – são princípios de uma política pública de segurança é o que encontramos no início do Século XIX. Poderíamos fazer um recuo Histórico e olhar a Guarda Nacional destruindo os movimentos Populares, ou o processo de dizimação dos Índios. Porém, pareceu, mas útil no momento observarmos o pós Abolição, onde estava a possibilidade de liberdade e cidadania para os afrodescendentes. Esta cidade pensada pela Câmara dos Nobres Deputados, nos idos de 1888 quer resolver as relações entre trabalho/ociosidade/criminalidade. Seria necessário um outro espaço para pesquisar a ação parlamentar diante da causa do negro no Brasil. Anne Cacielle Ferreira da Silva em sua pesquisa nos traz a fala de um deputado que discute ali no calor da lei dos sexagenários: (...) o deputado Ratisbona dizia que “transformado de repente em homem livre, o “escravo” não é um trabalhador com quem se possa contar” (...). (Ob. Cit RATISBONA. Apud: Joseli Maria Nunes. Entre a Mão e os Anéis - a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. 1º ed. Campinas, Editora UNICAMP, 1999, p. 55 Disponível em <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2009/2_sem_2009/resumos/anne_cacielle_ferreira_silva.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2016).

Toda escolha é uma exclusão. *E se tratava neste momento do pós-Abolição, início da República brasileira definir quem faria parte e quem seria à parte da cidade carioca/brasileira? As Classes Perigosas teriam três componentes de terror para a cidade: pobreza, crime e ociosidade.* Estes componentes se interligam e são sinônimos ao mesmo tempo. Os debates parlamentares do Brasil Republicano definiam o ‘bom cidadão’ como *aquele que seria capaz de acumular e gerar lucro, desta forma seria o único sinônimo de trabalhador. É e o ‘não-cidadão’ é pobre, não acumula, logo não é um ‘bom trabalhador’.* Os parlamentares então tornam paradigma que *o vício e o pobre são sinônimos, um engendrado pelo outro. Os pobres têm vícios, os vícios produzem malfetores, os malfetores são o perigo para a sociedade,* desta forma os pobres são *perigosos em potencial.* Os pobres, as Classes Perigosas deveriam ser combatidas. Como diz Sidney Chalhoub, a lógica do parlamento estava correta, mas era uma *lógica do vazio e do absurdo.* E depois se tornará *lógica da exclusão.*

As ideias também têm história, e as vezes a pior história. Bom, nossa pesquisa mergulha e se debruça no campo das ideias, na história das ideias, mas sem uma rigidez arquitetônica. *Nos cabe aqui propor que o pobre como sinônimo de malfeitor potencial trouxe desastres enormes para o país.* A teoria que fundamenta a prática da política pública de segurança da cidade é essa. A justiça é cega, mas quando se trata do pobre ela abre os olhos. Aqui seria interessante dizer que não se trata de uma *vitimização* e sim *constatação*. Existem também brancos pobres. Como aponta o trabalho de Cacilda Machado, em que ela mostra que a riqueza aparta, mas a pobreza une. Ao analisar *Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX* encontramos:

A riqueza aparta as pessoas, mas a pobreza une. Havia pelo Brasil, muitos portugueses pobres, aventureiros que vinham tentar a vida aqui. A miscigenação que existe hoje é também resultado dessa história de pobres amantes. (MACHADO, Cacilda: 2008, p. 45 apud 3 Depoimento do Professor Manolo Florentino (UFRJ), na mesma reportagem Cacilda Machado).

Em particular ela está estudando o caso da hierarquia social no Brasil Colonial e Escravista, e em particular o caso do Paraná. Nela surge a hipótese de que ‘pobres aventureiros europeus’ não seriam apenas colonizadores – em alguns casos surgiria uniões, a miscigenação não aceita por muitos, seria em alguns casos fruto de escolha, de pessoas que estavam socialmente próximas. O problema é que nesse tipo de mestiçagem nega-se a contradição racial. Para a política de segurança todos são suspeitos, porém como acentua Sidney Chalhoub *uns são bem mais suspeitos que os outros*. E o interessante que vou ‘colorir’ também a segurança pública para que o pobre\negro – que é um outro sinônimo não trabalhado até aqui, não se sinta constrangido na hora de ser abordado ou baleado, preso ou morto. A essa altura, Sidney Chalhoub cita Lima Barreto que, com precisão, questiona a berrante generalização dos órgãos de segurança pública. Aqui nos foi inevitável transcrever, o trecho de Cemitério dos Vivos, Lima Barreto:

A polícia, não sei como e por que, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito estrangeiro com nome arrevesado, assim, os russos, polacos, romaicos são para ela forçosamente cáftes; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados. (CHALHOUB: 1996, p. 21 apud LIMA

BARRETO, cemitério dos Vivos. SP: Brasiliense: 1956: p. 151-152.).

Como aponta Sidney Chalhoub, na busca de entendimento deste conceito de Classes Perigosas, encontramos uma *base concreta*, inevitavelmente que caiu sobre esse ‘*cidadão de cor*’ do Lima Barreto. Os negros serão até a presente hora os *suspeitos credenciados*. O crime tinha a sua cota para negros, a maior por sinal. Na cabeça dos parlamentares era difícil associar uma nova situação no mundo do trabalho, combinando isso com o componente negro que por si só seria *Classes Perigosas*, cabendo *ociosidade e periculosidade* – seria necessário o cativo-repressão. Era, portanto, um processo de transição do *trabalho escravo*, para combinar elementos da *escravidão do trabalhador*. Este domínio era particular – do senhor de terras\escravos. Agora passa a ser atribuição integral do Estado, que ainda vai agir para dominar\excluir. O entrave que se tem no Brasil é o de sempre: como *manter ricos* alguns e aos outros *permanecer pobres* era o que se colocava. A escravidão findada, colocava um entrave para os ex-senhores de escravos. *Emancipamos totalmente os afrodescendentes? Ou apenas configuramos um novo lugar de hierarquização social? O lugar do trabalho deveria em tese ser do branco, e o lugar da ociosidade e do crime do negro* – pois isso garantiria o status quo da colônia-monarquia-república. Pois bem, mudando esta situação do trabalho, que saía do cunho particular e ganhava esfera pública, se criou no Brasil o que Sidney Chalhoub define como a *teoria da suspeição generalizada*. Visto que não fosse possível acorrentar mais o sujeito naquele lugar de trabalho, poderia ao menos impedir de ele não estar lá. *Acorrentá-lo na ociosidade e na criminalidade*. O crime no Brasil, permita-me dizer, é uma instituição, assim como a pobreza. E estes dois elementos são correlatos ao negro – e fazem a construção das Classes Perigosas. *O século XIX é a Era da ordem para o Brasil*. A manutenção da ordem e a repressão – são a política pública para as Classes Perigosas: carteira de trabalho e carteira de identidade.

O Estado teria o papel de minorar os impactos trazidos dos cativos para a nova sociedade que se construía. A escravidão foi vista como antagonismo do ideal de trabalho\civilização. *E mesmo liberto, o ‘cidadão de cor’ carregará o estigma, não da escravidão, mas algo inerente a ele mesmo, sua cor* – quando chegarmos em Nina Rodrigues, como veremos aqui, esta seria uma característica

inerente ao cativo. A escravidão teria incapacitado o negro de se dotar das responsabilidades da liberdade. O pós-abolição do século XIX se cria ao lado de uma política pública de segurança e também um aparato trabalhista. Esta política será de controle social do trabalho. O nobre deputado Mac-Dowell ainda acrescenta na sua perspectiva de que a escravidão teria ‘amputado a possibilidade de civilidade e liberdade do negro’ - propõe que a escravidão não poderia perder todos os seus vícios com o 13 de maio. A “lei não poderia transformar o que está na natureza”. Aqui, como observa Sidney Chalhoub, há uma ‘insinuação’ das teorias racistas que dominariam as próximas décadas. Ao meu ver é essa vertente que será determinante para a permanência deste tipo de atitude diante do afrodescendente: *o olhar para o negro como impotência de ser. O seu passado escravo o estraga, o seu ancestral africano o penaliza e petrifica*. A esta altura o negro já se torna sinônimo de Classes Perigosas. Observando o que a História nos ensina com elementos de ruptura e continuidade ao nosso ver existe aqui um exemplo de continuidade. A repressão à ociosidade de 1888 devido a ênfase que nosso autor Sidney Chalhoub propõe é algo equiparável hoje a repressão às comunidades\favelas com a tentativa de resolução do problema da criminalidade nas grandes cidades. São as inserções do Bope\UPP da época. Num recuo histórico poderíamos entender como *a repressão sempre esteve presente nos movimentos populares e sociais – de Canudos à Zumbi\Vassouras*. A repressão já teria sido escolhida como elemento importante para essas classes. E em cada época ganha seus contornos de institucionalidade.

Uma política pública para as Classes Perigosas: o desmonte do “cabeça de porco” – aqui retratamos da política pública de institucionalização da precariedade e da falta de moradia, da ‘não reforma urbana’. Para Chalhoub toda essa conceituação das Classes Perigosas ajuda a compreender porque o desmonte do Cortiço Cabeça de Porco no dia 26 de janeiro de 1893, teria sido algo tão natural para o Estado. Tratava-se de uma *operação de guerra* como propõe o início do texto, porém vai além, e o desmonte do Cabeça de Porco torna-se símbolo de uma sistemática perseguição a esses tipos de ‘moradia’ desde 1870, temas caros em Sidney Chalhoub. Mas também aos seus moradores. *Era uma eugenia pela cidade que se queria*.

Vejo isso hoje no Museu do Amanhã de pé, e escolas e hospitais na sucata,

as portas das Olimpíadas de 2016, na chamada ‘segregadora’ Cidade Maravilhosa, com seu Porto Maravilha – consórcio particular que tem a cidade nas mãos. E o Cemitério dos Pretos Novos fica à margem, sendo utilizado aos poucos pelo Museu do Amanhã. E a remoção branca expulsa as famílias das comunidades\favela – num novo processo de remoção não da moradia, mas das pessoas. Por outro lado, a Baixada Fluminense sem recursos públicos mínimos, vira terra sem lei. Se trata de uma nova geopolítica no Estado do Rio de Janeiro, que está colocada desde a Lei de Terras de 1850 – a reforma agrária ao contrário do Brasil.

Além do simples fato de existir, e já se coisificar simplesmente por isso, *o Cabeça de Porco precisava ser eliminado, pois esta habitação teria sido foco da luta de negros contra a escravidão no século XIX*, como nos aponta Sidney Chalhoub. Os movimentos sociais urbanos perderiam suas raízes na medida em que se cortaria o perigo, o complexo, o símbolo de atraso, de revoltas, de contestação. Não era um mero símbolo do atraso, mas uma perspectiva de mudança, de um novo caminho que a cidade-Brasil precisava e podia tomar. Porém, as autoridades\elites brasileiras não queriam ter tão próximo as Classes Perigosas. As Classes Perigosas retiradas do centro demonstram a possibilidade de existência de outro centro de uma outra política, outra perspectiva, não aquela da revolta\rebelião\mudança mas sim a dos interesses corporativistas\conservadores dos ‘donos’. *A Guerra contra o Cabeça de Porco era\é uma guerra contra a memória da luta popular\social no Brasil.*

Cortiço: entre e a escravidão, a não liberdade e a luta: esta tênue relação entre escravidão e cortiços esteve presente na pesquisa de Chalhoub. Ele apresenta um artigo do *Jornal do Commercio* de 5 de maio de 1869, na coluna da opinião geral, onde um chefe de polícia da corte mandava fazer buscas neste *ethos proibido*. Na visão desta autoridade o cortiço teria se tornado ‘*asilo de escravos fugidos*’. Isto nos revela o potencial de luta dos cortiços, seriam uma espécie de *quilombo urbano*. Para Chalhoub outra tese justifica este lugar como ‘*herança de luta do escravizado*’. *O dado é que entre 1850 e 1860 foi o início da Era dos Cortiços no Rio de Janeiro*. E dois elementos se somam a isto: *aumento das alforrias, e o conseqüentemente crescimento da imigração*. Imaginar que o Cortiço era gênese da imoralidade e da criminalidade, seria então de pressupor

que a situação anterior de escravidão, o lugar onde o negro estava, em algumas situações a senzala, seria então lugar da moralidade. É algo que deveríamos, portanto, pensar.

A autoridade policial, nos orienta Sidney Chalhoub, argumentava que o problema da cidade, em parte tinha responsabilidade dos senhores, que deixavam os *cativos viverem 'sobre si'*. Os escravos da corte, lutavam por este bônus, 'viver sobre si' – o que lhes permitia uma 'certa liberdade econômica'. Aqui cabe uma observação importante que problema social – somente se refere as Classes Perigosas, e que essas políticas públicas, são políticas de 'controle social'. *Mas o 'sobre si' do cativo, tornou-se uma 'arma poderosa', onde este tempo significou luta pela compra de liberdade.* A escravidão considerada uma instituição da sujeição e dependência, ganha neste momento outros contornos. *O espaço delimitado do escravo ganha os contornos das ruas – dos cortiços, dos morros, da cidade. A arquitetura da cidade é que agirá para espalhar estes espaços negros, e lança-los à marginalidade social.* O cortiço não significava o fim da República, talvez a República dos senhores. *Mas o Cortiço significou o fim do Império.* E por sua vez um elemento de risco para as classes que detinham o poder, independente da forma de governo. Mas a tese de Sidney Chalhoub, é que o Cortiço foi um dos elementos (não contados) que destronam o sistema Monárquico Escravocrata. *Os negros 'sobre si', são importante instrumento de luta e de articulação por espaço na cidade e na liberdade.* Essas habitações coletivas começaram a tornar-se aos poucos e conseqüentemente espaço de luta e resistência. *O cortiço, mesmo precário do ponto de vista de sustentação, é reação ao Estado que nem mesmo isso permite aos cativos e ex-cativos.* A Era dos Cortiços é um reclame dos negros a Era da Liberdade imposta pelo governo central. O que se colocava era 'um não lugar'. E os Cortiços se consubstanciaram em lugar de luta, reivindicação e resistência. A essa altura Sidney Chalhoub já sustenta a 'histeria' com mais propriedade, da fome do poder público com a repressão diante das Classes Perigosas.

Do Cabeça de Porco à favela e o estar morto: As Classes Perigosas habitam favelas, a partir de crônicas policiais – assim nos ajuda na reflexão Romulo Costa Mattos, o que por sinal da continuidade ao que começou lá no Cabeça de Porco. Romulo situa seu texto na época da Reforma de Pereira Passos.

Mas um passo do Brasil rumo ao tão sonhado futuro. *Mas isso foi a troca de estigmatização do lugar das Classes Perigosas.* O Estado Brasileiro fez fenomenal êxodo urbano, mas para a própria cidade. *E os desalojados das habitações proibidas, os cortiços que desabaram, fruto do terror do Estado, erguem-se ao lado, as favelas, uma outra tentativa de sobrevivência.* A Imprensa será a fonte de Rômulo, os principais jornais da 1ª República: *Correio da Manhã, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio e O Paiz*². A pesquisa privilegia o ano de 1905 que é o boom das reformas urbanas. E ali perto um forte ‘movimento social’, o que definimos como a *revolta dos vacinados*. O transcorrer de 1905 foi para construir habitações ao menos para alguns trabalhadores, um plano de emergência de habitação, pois o projeto civilizatório do Brasil, através da urbanização carioca estava indo por água a baixo. O flagrante foi deflagrado: a imprensa ajudou a construir o grande cenário de caça às bruxas, o que outrora foi cortiço, agora favela, e não deixou de ser negativo. Continuará então a repressão e o controle nas favelas, fruto do êxodo das Cortiços, lugar que simbolizaria o anti-progresso e anti-civilização. *A cidade (do século XIX, essa da República) é lugar de exclusão. Talvez mais que exclusão, de eugenia e expurgo mesmo, o que nos aproxima do ideário potencial de Nina.* A favela precisa ser derrubada, pois está no coração do Brasil. E alguns jornais com sensacionalismos, a serviço da elite e do capital, cujo objetivo é vender. E a mídia propunha que a favela era lugar de *desordeiros e vagabundos*. Romulo consegue perceber a linha tênue de descrição desses fatos, que viram romances, novelas de um ‘sangue bastante emocionante’. O que se instaura no Brasil é um *sensacionalismo midiático, diante do derramamento de sangue*. Pensamos que deve de fato ser noticiado, *não deveria ser um silêncio*, como percebemos quanto a algumas notícias de violências do Estado e da violência que dia a dia assombra moradores das Classes Periféricas. *Contudo, o problema é como a notícia é vinculada, a que objetivos serve? Entorpecente para as massas, e troféu para as elites.* O *criminoso como uma fera*, aqui encontramos mais um ponto de interseção com Nina, devido a naturalização da atitude dos populares. Para nossa pesquisa, foi importante aqui observar o comportamento da mídia, no sentido de criar fantasias no lugar do compromisso com a verdade. Dessa forma, *reforça estereótipos e fatalismos*. Até mesmo uma análise do estilo Lombroso surgirá nos jornais, *pois o crime tem*

medidas certas, a do rosto dos populares. Este é o forense a serviço do racismo, era necessário adaptar a escravidão aos novos tempos republicanos. A luta pela estigmatização do conceitual do espaço, vai naturalizando o que é cultural\social. Desta forma se criam mitos, de que a favela é lugar apenas de pessoas que não merecem respeito. O lugar nos textos, ganham status. Um mal status, mas ganham. O que dizer desse lugar? É um ‘lugar viciado’ – dando uma ideia de todo que não corresponde ao real. *O Morro da Favela, a favela mãe*, em 1897, já trazia em sua construção algo que trouxe um olhar e um pensar de indiferença, nesta data tropas que sofreram para destruir o Movimento de Canudos, os soldados rasos, foram montar agora o seu ‘arraial’. Se percebessem de que lado o governo estava, poderia ser outra história. O Morro da Favela-Providência, como nos aponta Rômulo, é encarado pela mídia da época nascente em vias de se civilizar como *o maldito do Rio de Janeiro. Como existe essa necessidade de inferiorizar o outro, visto que nem humanos seriam, estes somente porque habitam favelas, a República nascente necessitará de uma ideologia para dar suporte a isso.* E aqui entra Nina com *cientificismo* em cheio, tão biologizante de tão pseudocientista. *A diferença é marca para a indiferença*, para aqueles que querem agir com o preconceito social. E desta forma o lugar, seja ele o Cabeça de Porco, ou a Favela ou a Baixada são *lugares que já condenam*. Os periféricos transitam nos seus *navios tumbeiros de hoje, trens ônibus e alternativos. O lugar é viciado, a pessoa desumanizada e a classe perigosa precisa ser reprimida. Ontem em nome da civilização, hoje em nome do turismo e da economia.* Romulo nos propõe que Lima Barreto conheceu bem este mundo de fábulas que se criou nas redações dos jornais cariocas, e que ele mesmo denunciava isso, *a mente doentia de nossos jornalistas se fosse necessário inventaria histórias, criavam crimes, reforçavam estereótipos.* Romulo percebe que se cria no Rio de Janeiro, uma *esfera do já esperado* das Classes Perigosas, um comportamento criminoso, um *câncer no coração do Brasil*. Eis o lugar *cotidiano da violência* (no Romulo, seria da *tragédia*), a favela e todas as periferias. Que mente pode discordar disso? Os jornais vão dar conta de que o morro não é lugar apenas do bandido (contraventor, para Romulo), mas também lugar de trabalhadores. Mas isso fica a margem. As demolições dos morros criam a imprensa que até olhava o sofrimento dos trabalhadores, mas ao ver o medo das rebeliões de trabalhadores, no estilo Revolta

da Vacina, se dobrou a vender mais as Classes Populares\Favelas como foco da desordem, do crime e do atraso do Brasil. O *Jornal do Brasil*, falando pela elite e pelas classes governantes em 1905 traz *o medo de um grande levante das Classes Populares*: “toda a população dos bairros miseráveis da cidade” (Jornal do Brasil, 1906, apud. por Rômulo: 2008, p. 155). A nosso ver foi mais uma identificação necessária e prática, mais do que uma confusão metodológica. Apesar da postura da mídia ser de agressividade as Classes Perigosas, isso não foi um todo. Romulo cita o jornal *O Paiz* no comando do deputado federal Alcindo Guanabara que se *insere no debate da falta de moradias*. E ao mesmo tempo *na prática realiza campanha para realização de habitações populares*. Mas nem tudo são flores, *era um jornal governista*. Nessas construções, *não entendiam a moradia como direito público*, empresas particulares foram beneficiadas. A identificação a todo momento, devido à repressão a vadiagem, era corrente, segundo notas neste jornal do Chefe de Polícia. Os reincidentes eram presos na Ilha Grande. “Quanto à classificação dos transgressores, é claro que a repressão acabou sendo valorizada em detrimento da assistência” (MATTOS, 1993: P. 161).

O que temos no Rio de Janeiro é a *antropometria do mal, naturalizada nos espaços das Classes Perigosas*. É inerente a essência deles, se tem essência. Uma antipolítica pública para as Classes Perigosas é o que notamos ao ler este texto de Rômulo, uma polícia, uma saúde e uma habitação que não atinge a população. A *reformulação urbana, passa pela remoção deste ‘fardo humano’ para a cidade, as Classes Perigosas*. O Rio\Brasil dos contrastes foi sendo construído na sua arquitetura física e mental. *Se de um lado o Rio se civilizava devido as obras de reforma urbana, por outro lado a favela, era o lugar cada vez mais da ausência do Estado*, e, portanto, da violência. Citamos aqui o que para nossa pesquisa é muito caro, uma chave de leitura importante, que Romulo encontra em Valladares, *o civilizar do Rio é uma necessidade de higienização*:

[...] a questão da saúde e da necessidade de higienização da cidade tais quais apareceram no discurso médico-higienista do século XIX; [...] a problemática da manutenção da ordem social e do controle social da classe trabalhadora, presentes no pensamento jurídico e político da virada do século; [...] o discurso sobre a necessidade de transformar o homem livre [...] em trabalhador assalariado, submetido a uma sociedade ordenada pelo trabalho. (VALLADARES, 1991, p. 84 apud MATTOS, 1993: P. 163).

O que seria inevitável aconteceu no término do governo de Pereira Passos: *as favelas já ocupavam o lugar dos cortiços, tanto no campo simbólico, como na perspectiva do real. É o lugar da doença, do crime, da miséria, da desordem – é o outro berço das Classes Perigosas, e isto tudo trazia como única consequência porque são pobres. Assim como a imprensa não era toda contra as Classes Perigosas, entre os intelectuais, havia também os que debatiam que a favela tinha também moradores trabalhadores, e que estavam aviltados de uma moradia digna, é o caso de Everardo Backheuser, citação de Romulo:*

Ali não moram apenas os desordeiros e os facínoras como a lenda (que já tem a Favela) espalhou; ali moram também operários laboriosos que a falta ou carestia dos cômodos atrai para esses lugares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação. (BACKHEUSER, 1905, p. 94 apud Mattos, 1993: p. 164).

Porém o Rio precisava ser civilizado, desta forma o discurso da estigmatização da favela foi mais forte, isto foi uma escolha política, científica e social. Nesse sentido Romulo cita Sevcenko:

A produção discursiva que associava as favelas às “classes perigosas” tinha muito mais apelo na conjuntura da Regeneração, que, segundo Nicolau Sevcenko (1983, p. 30), caracterizou-se por três fatores básicos: a condenação dos hábitos relacionados à sociedade tradicional, a negação da cultura popular, a expulsão das classes pobres do centro da cidade e a promoção do cosmopolitismo. MATTOS, 1993: p. 164).

Uma política pública para as Classes Perigosas: A Ideologia da Higiene. Isso notamos que ocorre na construção de uma política de eugenia para o progresso (política pública de cultura e saúde). Neste momento percorreremos agora o que Chalhoub transcreve como a *Ideologização da Higiene*. Um aparato legal para a ação política nas Classes Perigosas. Na verdade, na visão do autor dois fatores legais já haviam surgido o *mundo do trabalho* (e as Classes Perigosas são ex-escravos viciosos e do mundo da ociosidade). E por outro lado, as Classes Perigosas e seu ethos trazem primeiro o *lugar do perigo, da criminalidade* – os Cortiços traziam o perigo de rebeliões, eram um caso de polícia. Contudo, o final do século XIX traz um componente que alimentará intelectuais políticos naquele período. *A pobreza, passa a ser problema de saúde.* As Classes Perigosas

continuariam produzindo vícios de pais para filhos. *As Classes Perigosas surgem como emergência pública de contágio da cidade.* Necessitaria, portanto de intervenção. Reprimir seria esse o caminho?

A essa altura a tese de Sidney Chalhoub nos coloca num ponto crucial de nossa reflexão motivadora de nossa pesquisa em Nina e as Classes Perigosas. Sidney Chalhoub afirma que as Classes Perigosas, na sua versão mais pobre significavam um *risco de contágio social, eram vistas como uma ‘doença social’ a ser combatida. Os médicos, políticos, intelectuais estavam afinados com esta perspectiva higienista.* Os intelectuais-médicos como aponta Sidney Chalhoub tinham a certeza de seu diagnóstico social. O lugar do pobre, ou das Classes Perigosas, era propício a ‘irradiação de epidemias’, e continham todos os vícios. *De uma tal forma que o lugar do pobre se tornou não somente de auto periculosidade para a moral, mas também para a saúde, e poderiam colocar em risco a cidade.* Uma epidemia de febre amarela em 1850 e a de cólera em 1855 colocaram em evidência os cortiços. O aparato governamental se preocupou com a saúde, através da Junta Central de Saúde. E a Câmara Municipal da Corte precisaria, em seu escopo, pensar na regulamentação e limitação dos cortiços. *Quem vai institucionalizar os cortiços será a Secretaria de Polícia.* Isso não vai compor nenhum absurdo, pois como já estamos observando a questão destas populações mais pobres foi e continua sendo caso de polícia. A urgente utilidade pública, a salubridade – tornaram estes lugares alvo do Estado. *Mas cabe notar que a culpa desta situação é imposta às Classes Perigosas.* Eles compuseram estes lugares com o de pior que se pode ter na sociedade, e eles também são os piores da sociedade. Mas porque isso foi colocado? Que construção social e ideológica é essa? E porque se aceitou essa política? E porque ainda se aceita essa política?

A polícia começou a limitar as entradas e os moradores que fariam parte dos Cortiços. O sistema de segurança criou um mecanismo fabuloso: as ‘habitações coletivas’, termo bem acentuado por Chalhoub de barrar os suspeitos: *vadios, suspeitos, estrangeiros irregulares, e quem trouxesse desconfiança e receio.* Com esse pressuposto qualquer morador dos Cortiços poderia ser altamente perigoso e impedido no seu ir e vir. É o ‘ataque preventivo’ contra a própria população.

Desta forma começou uma utilização da *saúde como paradigma*. Não a saúde pública, mas pelo *controle social*. As políticas públicas para as Classes Perigosas são essas, nunca mudaram muito: baseadas no controle, manipulação, extermínio, direito mitigado. O que decorre nestas políticas para as Classes Perigosas é uma *ação de salvacionismo*, meramente isso. A política de controle de saúde busca ‘remendar’ ajustes de cidade que o Estado não permitiu aos moradores dos Cortiços. Então, controlavam o despejo do lixo, a entrada das pessoas suspeitas.

A arquitetura da nova cidade século XIX (conferir mais sobre Cortiços: <http://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/corticicos/introcort.html>), no Brasil carioca, trazia no seu bojo uma série de problemas: imigração aumentando, alforria idem, negros ‘sobre si’ – e uma cidade dividida e sendo assim escolhida. *As moradias caras, darão lugar aos Cortiços*. Essas *habitações coletivas*, como bem reiteramos a partir de Chalhoub *não se tratavam de sobrevivência, esconderijo, ou um querer ficar assim*; pode ser tudo isso, *mas é também luta e resistência*. Os Cortiços surgem com um bipolar problema para a cidade: o controle social dos pobres, e um controle da saúde\higiene da cidade. *O nome do Cortiço é foco: das doenças, da imoralidade e dos crimes*. O controle exigia por exemplo um carroceiro, só poderia ter uma casa próximo aos animais se morasse sozinho. Entre estes sistemas que passam por obrigação da construção de calçamentos – ao absurdo do toque de recolher, somado ao portão de ferro na entrada do cortiço, que passaria a ser obrigatório. A própria Classes Perigosa passa a se vigiar na medida em que um morador ficaria no portão de ferro, e ao toque de recolher este morador fecharia o portão. E este morador também seria uma espécie de olheiro do fiscal destas moradias coletivas, caso observasse algum ‘morador suspeito’ (quando todos ali estavam já fadados/naturalizados como suspeitos. *Aqui nós temos a construção de um interdito do ir e vir dessas Classes Perigosas*. Nos dias de hoje, a voz dos caveirões, da UPP, das facções é essa – existe um momento que tem o *toque de recolher*. *E instauramos a institucionalização da guerra civil não declarada nas cidades brasileiras*. Ao menos ali, naquele momento no coração do Brasil. O Fiscal de Santa Rita, como aponta Chalhoub, apontava modificações para que aquele lugar deixasse de ser foco de doenças. A Câmara Municipal não teve muita preocupação com os apontamentos de

livramento dos focos de doença dali se contentando com o art. 9 que lhes permitiu *impedir/limitar/controlar a construção de novos Cortiços – com base no argumento da higienização*. A batalha continua, no campo político, melhorar a situação dessas pessoas ou apenas se aproveitar do caos social e controlar as novas moradias? *O preço do aluguel será o grande vilão* e ele que irá acabar construindo situações precárias de habitação. A Secretaria de Polícia já havia percebido que o maior perigo ainda estava por vir. *As epidemias estavam além das corriqueiras: varíola, febre amarela, cólera entre outras. O pior ainda estava por vir e era a previsão da epidemia de tuberculose o que assustava ainda mais. Isso potencializou o nível de periculosidade desses lugares e desses pobres das Classes Perigosas. As condições de vida que tinham produziam doenças, e agora uma possibilidade de grande epidemia.* O problema da habitação devastou mentes, e o da higiene, corações. José Pereira Rego, *o homem de ferro da Junta de Higiene* – martelava fortemente nos debates, ele era vereador, e ficou nesta junta quase duas décadas. Ele que traz forte em 1866, nesses intensos debates que: “é absolutamente vedado construir novos cortiços” – só esqueceram de falar para mim e para você que isto se referia ‘preferencialmente’ na parte das freguesias centrais da cidade. A Câmara não acolheu a fala do alarmista e higienista Rego, mas tudo iria compor novo contexto em breve.

O *bota fora* da época, a *remoção branca* insistiu e faz parte destes processos que tem vínculos enormes com um passado de continuidade, quanto a habitação dos pobres. Seja no Rio de Janeiro para o Príncipe Regente, seja no Rio de Janeiro desalojado para a Bellé Epoqué, o Rio de Janeiro para as Reformas Urbanas-Higienização ou o Rio de Janeiro para os grandes eventos, enfim o Rio de Janeiro nobre precisar ter distante o pobre, as Classes Perigosas. Aqui encerramos o nosso primeiro capítulo sobre a cor e a territorialidade das Classes Perigosas.

2. Sobre as Teorias Raciais

Segundo os estudos de Carlos Vinicius Frota de Albuquerque o Brasil era um ambiente fértil para as pesquisas e estudos desta grande cultura de morte e de violência – laboratório de eugenia. O ambiente de uma elite positivista colaborou bastante para isso. *Para o Brasil entrar na modernidade deveria sair da escravidão, mas o espírito continuou escravocrata, as teorias raciais favoreceram essa perpetuação.* Albuquerque aponta a exclusão social do negro, a construção de sua não-existência. A partir da ciência biológica constrói-se uma esfera de poder. A partir da discussão desta temática na relação da reflexão do poder de Foucault, Albuquerque nos propõe o *racismo de Estado*. O saber-poder cria um Estado extremamente eugênico, algo que seu passado de dizimar etnias indígenas já havia ensinado para nossas elites. O *Estado do biopoder* buscará normatizar o Brasil higienizado. Albuquerque nos propõe Boaventura que aponta o importante papel da ciência no Brasil destes tempos, daí também a importância de Nina Rodrigues, para nossa pesquisa, e nosso entendimento do pensamento racial brasileiro. Boaventura segundo Albuquerque foi responsável pelas “deficiências e os excessos da modernidade foram deixados a cargo da ciência” (<http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/pdf/0082.pdf> , acessado no dia 26 de maio de 2016). *A fé no Liberalismo, é fé na exclusão.* O Brasil, não poderia ser de outra forma. Percebemos que quando, se trata então de tentar construir, e desconstruir o Brasil o negro no Brasil será destacado a partir de alguns elementos importantes: *medicina, educação e a polícia*. Acreditávamos no início desta pesquisa que apenas um elemento puxaria tudo e explicaria o racismo institucional brasileiro. Porém, percebemos que existem mais elementos que constroem este Brasil Eugênico. ***“A vida biológica converte-se então em objeto do governo.”*** (<http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/pdf/0082.pdf> acessado no dia 26 de maio de 2016).

O mito síntese-chave: Da Higienização à Civilização. Começa então uma sistemática ‘guerra aos Cortiços’. O primeiro passo foi a delimitação no centro do Rio de Janeiro, proposta que antes não havia sido vislumbrada, somente aclamada. Mas o fato é que em 1873 este tipo de proibição já acontece. Como bem acentua

Chalhoub *estava deflagrada a eventual e inevitável guerra pelo extermínio dos Cortiços, guerra pela expulsão dos moradores que eram Classes Perigosas do centro da cidade*. O termo de conduta de Pereira Rego que antes foi negado, e agora e vivenciado, entra forte no que existe de pior para a sociedade no senso comum dos administradores do Rio de Janeiro. *Em suma dizia que a perfeição moral\material de um povo civilizado, vinha de sua higiene pública*. Estaríamos com hábitos ainda de tempos coloniais. Essa prerrogativa de um caminho para a civilização que globalmente se faz, e a higiene como caminho para o progresso – é que vão compor o escopo da ideologia da higienização, segundo nos aponta Chalhoub. A despolitização do momento histórico é algo que nos chama a atenção, afinal *o que colocará o Brasil no caminho civilizatório e não colonial, será a mera técnica higienista*. Esse desejo de fazer uma civilização europeia nos trópicos, é ao ver de Chalhoub *retirar a política da história*, e ao nosso ver custará muito caro, ao que poderia de fato ser o Brasil. Os intelectuais e políticos, a ciência após *o golpe militar republicano de 1889* vão beber da mesma fonte. Uma ideologia higienizante que busca construir ‘a civilização’.

Por ventura poderia existir uma tendência diferente no pensamento, e nas ideologias vigentes. Um exemplo disto encontramos no momento em que a Cidade Febril, lança suas gravuras, e em particular gravura 15, que retrata o reverendo Cotton que no século XVIII, creditava valor a cura de varíola na África (gravuras da Cidade Febril: Chalhoub: 1996, fig. 7 e 15). Mas no número 7, vemos o desespero da república brasileira em sua situação higiênica misturada com os porcos e esqueletos – o atraso, em tela; frente ao avanço da Argentina e do Uruguai. E a figura número 1 com a Cabeça de porco sobre a bandeja, a metáfora do que queriam dos pobres, da Chalhoub, o seu fim.

Na teoria higienista, Chalhoub expressa sobre uma dupla perspectiva contagionista que era uma forte tendência do século XIX. *Um indivíduo seria um risco contagiante para a sociedade*. E por outro lado *os infeccionistas* apregoavam que *animais e vegetais podres, traziam doenças pelo ar*.

Em outras palavras, os contagionistas acreditavam que o surgimento de uma determinada doença sempre se explicava pela existência de um veneno específico que, por uma vez produzido, podia se reproduzir no indivíduo doente e assim se propagar na comunidade. (...) a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. (CHALHOUB: 1996, 168-

169)

A política\polícia de Higienização, a ciência da higienização: Chalhoub aponta que o golpe de 1889 terá um lugar privilegiado para os higienistas – *médicos e engenheiros que ganharam espaços no poder público, e suas vozes terão um forte peso.* Aqui encontramos um pouco o lugar de Nina Rodrigues, no contexto das Classes Perigosas, ou seja, é o epicentro de nossa ardorosa pesquisa. Para Chalhoub é irrelevante, mas para nossa pesquisa é fundamental, os conceitos que ele tocou aqui neste momento: ‘civilização’, ‘ordem’, ‘progresso’, *higiene, limpeza e imundície.* O novo Estado, agora republicano vai duelar com o Estado do Cortiço. Willian Shakespeare: “There is history in all men’s lives” – (“Há história na vida de todos os homens.”). Partimos deste pressuposto, para também entender que existe, História, existe Estado e existe o excluído lugar das Classes Perigosas.

O afinar da política de Higienização se dará na década de 1870, ali junto aos intelectuais estão também os agentes policiais. Como já foi apontada essa é sempre uma ação policial, *o que se nota é o esforço técnico-científico para isso – para demolir vidas. Os moradores das Classes Perigosas são transformados aos poucos em doença social.*

O lugar das Classes Perigosas, inicialmente os Cortiços, não era uma unanimidade para policiais, proprietários, fiscais, higienistas – Chalhoub nos aponta que Lilian Fessler Vaz estudou bem isso. Contudo, percebemos que surgiu um forte aparato do controle social. No tempo do Bota Fora da Reforma de Pereira Passos, Everaldo Backheuser importante estudioso das habitações cariocas surge aqui para complementar a visão de Chalhoub. Backheuser em 1905 tenta estabelecer diferenças entre *estalagem e cortiços.* O cortiço seria o *mais primitivo, grotesco, mal-acabado.* O cortiço era o lugar das *estalagens antigas, da falta de higiene e do estado lastimável.* Por sua vez, Backheuser, nos coloca que a *definição de cortiço depende da subjetividade do observador. Existe então uma necessidade de construção ideológica do cortiço. Chalhoub consegue perceber a tênue relação entre Cortiços e Classes Perigosas são conceitos que fundamentam o que quer se definir como Classes pobres.* Então o conceito de Cortiço serve de base para as autoridades para a estigmatização dessas habitações coletivas de

resistência, ao nosso ver. O código de postura de 1892 tentou delimitar o que seria cortiço, abarcando essas moradias coletivas, com famílias distintas. Mas cabe observar a necessidade dos arranjos habitacionais, visto que existia um déficit habitacional, e uma pequena explosão demográfica no Rio de Janeiro. A guerra contra os cortiços, no fundo era também um guerra não declarada de como expurgar do centro os pobres, e como controlar o centro do Rio de Janeiro – com obras de interesses particulares, e não públicos – algo notoriamente nobre até hoje, mesmo após a instauração do Conselho das Cidades, onde a municipalidade passaria a ter maior viabilidade e campo para batalha, pós mortem das associações de moradores (seu emparelhamento ideológico e partidário), não se consegue garantir o interesse público, ou ao menos articular isso com a iniciativa privada. É o que observamos na revitalização estilo Barcelona, que o Rio não passa de um porto Maravilha – consórcio que o detém, e as Classes Perigosas de hoje ficam a margem, idem os interesses públicos, que deveriam incluir a todos. A Ideologia da Higienização encobre a luta pelo direito a saúde e saneamento, o direito de ir e vir – mobilidade urbana e, contudo, o direito a Cidade; e a forte especulação imobiliária – ali no final do império e início da república. A questão da saúde pública urgente trouxe a necessidade da higienização das Classes Perigosas. Chalhoub acentua bem esta ênfase na pedagogia da pobrefobia, em que o único aspecto da saúde pública é varrer a pobreza. E o Estado acaba deixando de lado: condições de trabalho, salubridade, nutrição entre outros aspectos importantes. Mas se o fato também era desconfigurá-los como pessoas\cidadãos, algo que em nossa visão fica mais forte em Nina Rodrigues, então não existe necessidade de operar racionalmente neste sentido. Neste sentido desnaturalizá-los para retirar seus espaços sociais, ideológicos e de poder.

Surge uma política pública para as Classes Perigosas: a mídia a serviço das classes dominantes, e não da informação, e contra as Classes Perigosas. A década de 1870, teve importante papel da mídia, jornais de época – que inflamavam contra as Classes Perigosas através da ideologia da Higiene. E desta forma muitas incursões de fiscalização que eram feitas na época tinham base nas denúncias dos jornais. É interessante que a qualquer momento os cortiços a qualquer momento poderiam ser condenados pelo poder público, dependendo da

avaliação, sendo enquadrados ou não como *cortiços de fato – deveriam ser demolidos, obras seriam paradas, famílias perderiam seus lares*. O que temos na prática é, portanto, a condenação da construção e da presença de habitações populares, com patrocínio da Corte, dos higienistas, da mídia e de uma classe social que se beneficiava disso. Se temos as Classes Perigosas de outro lado, temos as classes mais abastadas, agora quase sem escravos, mas com terras, direitos, poder e economia nas mãos. Percebemos aqui, que as proibições e limitações tornaram o problema maior, pois os cortiços existentes começariam a superlotar. Afinal a forte demanda fazia com que brotasse essas habitações coletivas do nada, *o controle que se queria, foi a organização que não se pretendia*. José Pereira Rego em 1866, *o profeta da ideologia higienista* – já tornará lapidar: *que a higiene significará o progresso civilizatório do Brasil*. Essa perspectiva colocou a ação de *política pública* numa rota muito perigosa, a da *técnico-científica*. E o problema se engendra aí, pois a ciência que teremos a nosso favor, será a ciência do século XIX (estamos aqui nos referindo a vertente – *darwinista social, eugênica e racista*). A batalha não era apenas na *ordem do despejo e da violência repressiva*, acontecia também no campo judicial, a partir dos preceitos liberais do direito a propriedade. Mas algo que não obterá muitas vitórias. Alguns com este aparato, não vão abaixo de imediato, e ganham prazo para reparo e higienização. É interessante o que Chalhoub percebe na monarquia brasileira um pequeno entrave aos higienistas. A situação destes *salvadores do Brasil somente ficará mais ampla com o advento da República* – este sim, será o parceiro ideal. E a própria concepção ideologizante da ciência higienista vai querer se colocar acima da política, da moral e do social. Nos cabe então notar que um aparelho de administração em tese mais liberal que era a República, tem sua fase inicial mais inflexível as questões das classes populares que a monarquia. *O progresso, o avanço, a novidade que a ciência trazia significa um afastamento de tudo que lembrasse a monarquia escravista, e a as Classes Perigosas seriam em tese também frutos deste passado*.

Uma política pública para as Classes Perigosas: Terrorismo contra os pobres – guerra aos cortiços.

Chalhoub comprova o poder político que os higienistas estavam alcançando, principalmente neste momento republicano. Após a demolição do Cabeça de porco, as leis de combate ao *terrorismo dos pobres* –

cortiços, estabeleciam através do regulamento de 1890 que *em 48h sem muito debate qualquer cortiço fosse fechado*. O regulamento sanitário concentrava poderes nas mãos dos higienistas. O interessante é que ao morador das Classes Perigosas não restava a ninguém mais recorrer. A *Inspetoria de Higiene ficou acima até da decisão do Ministro do interior, a quem era subordinado*. Então se saísse a condenação daquela moradia, a ordem era imediata. Caso os moradores se recusassem a deixar as habitações coletivas, o ministro ordenava que a polícia fizesse o serviço completo. E por sua vez, o próprio ministro quis se poupar e permitiu ao próprio Inspetor de Higiene caso fosse necessário, acionar a polícia. Essa concentração de poder da Inspetoria, e a *insensibilidade e até mesmo insensatez diante de alguns casos de despejos de cortiços fez com que reclamações e manifestações fossem feitas ao Ministro do Interior*. Essas manifestações mexeram até mesmo com a Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios. As manifestações dos Cortiços reclamavam o óbvio – os prazos dos exigentes higienistas, as condenações fatais das habitações coletivas, o despejo de um grande número de famílias nas ruas – *direito à moradia*. Essas condenações cabais impediam que muitos cortiços que tinham condições, pudessem se recuperar – *direito a propriedade*. Esta condenação impedia qualquer instância de defesa – *direito a justiça*. Estas reivindicações, faziam parte do documento da Sociedade dos Proprietários, já mencionada. Como percebe Chalhoub o desmonte do cortiço ainda contava com uma questão comum na época, e que não surge nas reivindicações da Sociedade, que é o seguinte ponto, feita a *visita e condenação* o proprietário que precisava fazer os reparos, não podia fazê-lo, pois a Intendência Municipal emperrava as obras, após a vistoria. O impasse estava feito. Para dar mais efeito nas manifestações, somente restou aos proprietários tornar inquietos os inquilinos, o que precipitou ainda mais as revoltas e lutas do Estado contra as Classes Perigosas. A batalha social e judicial se estremou de um lado a *Inspetoria de Saúde* e de outro lado as *Classes Perigosas\proprietários*. Como acentua Chalhoub a Inspetoria saiu desta batalha de forma triunfalista, pois *nem mesmo suas arbitrariedades poderiam ser alvo de ação judicial e representadas diante do ministério*. A Inspetoria de Higiene parecia o quarto poder da República. Afinal se tratava de higienizar\limpar a cidade dos pobres incômodos. Desta forma esta instituição higienista ficou tão

forte que levou ao poder da prefeitura da Capital Federal em 1892\3, o médico higienista Cândido Barata Ribeiro. Com sua tese sobre a limpeza do Rio de Janeiro diante da febre amarela, segundo Chalhoub, Barata vai colocar toda sua subjetividade de forma objetiva sobre os cortiços: *lugar de se ganhar muito dinheiro, devido a demanda*. E a demanda é de ‘sentimentos vorazes, de corpos sem coração’. Ali, o cortiço – afinal este é apelido que o povo deu, *é lugar dos vícios: miséria repugnante, trono da ociosidade, impureza moral, lugar de fezes, mendicância, atmosfera noturna de fezes* – em contraponto em relação ao mundo do trabalho, da honestidade e da civilidade.

Se é insalubre, incivilizado o cortiço – é necessário como nos aponta Chalhoub, é na época preciso demolir. *É necessário higienizar o Rio de Janeiro*. Isso passa por *acabar com essas habitações coletivas*. Barata, segundo Chalhoub ao demolir o Cortiço Cabeça de Porco está colocando em prática sua convicção teórica. Bom, *abre-se o Rio de Janeiro para novos empreendimentos\empresários e não para aqueles que representariam o atraso, os vícios e as doenças*.

Os homens da ciência higienista acabaram municinando os homens do empreendimento imobiliário. O avanço do bonde acelerou a compra de fazendas e chácaras. O Rio de Janeiro virou ambiente propício para a especulação do capital imobiliário. Chalhoub percebe então que isso chega ao ramo político quando em 1890, se observa a ocupação de Copacabana puxada pelos eixos bonde\loteamento\vereadores. Um dos casos citados é do barão de Drummond, *patriarca do jogo do bicho*, isso de 1870. Desta forma, vamos observando também como *a cidade vai se organizando de forma patriarcal e não republicana* e na mão de interesses de grupos. Bom, a área onde estavam muitas casas\áreas eram do controle de Conde D'eu. *Os Cortiços são um mal a expurgar. E no lugar deles o poder sobre a terra: dos bicheiros, políticos, milicianos, religiosos, facções, mídia e também os populares* – muda de acordo com a época. Parece uma terra sem dono, de abandono, sem destino, sem desatino, sem utilidade pública, sem lei – servidora dos interesses particulares. Ocorre uma demanda, mas também com ela uma *expansão urbana*, com sua devida *especulação imobiliária, política e higiênica*. *Desta forma o Rio de Janeiro começou a ser loteado para o progresso, para a iniciativa privada*.

Em 1880 ocorreram *tentativas de casas populares, inclusive com o apoio*

do governo. Porém os empresários não se motivaram muito. Um exemplo citado é do empresário Arthur Sauer que até defendeu a ideia da construção de casas para os trabalhadores, os subempregados, moradias com um valor mais em conta. Mas ele estava preso a justificativa da ideia higienista. É melhor esta moradia mais barata que os Cortiços epidêmicos. Esses focos de epidemia atingem o próximo, ou seja, a cidade, logo, o cortiço é um mal a ser combatido. O honorário empresário, na visão de Chalhoub não queria em si mudar a situação de vida das Classes Perigosas, e sim de torná-las menos perigosas para a classe dominante. Afinal não iria querer tantas transformações sociais assim. Neste momento já aflora o antagonismo das Classes Perigosas contraponto das Classes dominantes. Arthur Sauer, é este empresário que em outro documento vai definir o cortiço como algo pior “focos de moléstias e de todos os vícios” (Chalhoub: 1996, p. 54). Chalhoub nos aponta um problema, pois o controle social surge a questão da higiene. Este genioso empresário saiu do mundo das ideias higienistas e construiu cinco vilas operárias com 3 mil moradores.

*A demolição do Cabeça de porco é um interesse da época altamente lucrativo, a presença de Vieira Souto na demolição, e da empresa dele, o nome já diz Empresa de Melhoramentos do Brasil – é uma prova cabal disso. O que queremos perceber é a **demonização que precede a demolição**. Os proprietários viam a nítida relação entre a queda do Cabeça de Porco e o projeto engenhoso da Empresa de Melhoramentos, e até tentam questionar isso com o prefeito Barata Ribeiro, mas isso é em vão. Mas demonstra que o povo lutava. Ampliamos um pouco a síntese de Chalhoub é de que existe uma guerra em nome da reforma urbana no Rio de Janeiro, e de um lado estão aliados: higienistas\empresários imobiliários\Estado* contra os corticeiros\classes pobres e perigosas. No final do século XIX e início do XX a Ciência se une ao Capital contra as classes perigosas. Chalhoub cita o combate à febre amarela para provar que não existia somente um pensamento de destruição da camada menos abastada. Contudo, ele entra num capítulo de febre amarela que o incomodou. No epílogo já traz a força da tese – se fabricou a relevância do combate a febre amarela, pois atingia mais o imigrante. E outras doenças foram esquecidas. Eram doenças de negros. A tuberculose, como cita Chalhoub, de 1850 até 1920 matou muito mais do que qualquer outra epidemia. Retirando um trecho de Rui Barbosa, que Chalhoub cita, Rui Barbosa*

demonstra o Brasil preocupado com seu branqueamento. A Febre Amarela seria preconceituosa, com sua cota enorme para brancos. Agora com elementos ruibarbozenanos: “(...) exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba...” (Chalhoub: 1996, p. 57 apud Regina Cele de A. Bodstein in *Práticas Sanitárias e Classes Populares no Rio de Janeiro, Revista vol I, 1986, p. 42-43*).

É coisa do século passado, é nosso século, hoje noticiou a Globo News, das 22h: *‘mais um dia negro para a economia chinesa’* (Globo News, abril 2016). Ao retornar ao nosso Rui Barbosa, o que interessava *para ser civilização era o fato de estar próximo do status de enbranquecimento*. O Brasil cabe então notar *é uma nação feita da exclusão e do incentivo da desigualdade. Serão duas instituições mestres no Estado brasileiro, na construção de políticas públicas para as Classes Perigosas: exclusão e desigualdade*.

A conclusão de Chalhoub antes de entrar na *Cidade Febril* – *é que o trágico de nosso cientificismo neutro brasileiro é o apontar de atitudes que atentam contra a humanidade, a cidadania e a vida*. Não se negociar com a população, que não é vista como ‘povo brasileiro’, e sim parte a ser higienizada.

E as Classes Perigosas, não são oprimidas no sentido *clássico brasileiro* que não luta. Chalhoub cita o jornal *Emancipação* que traz reivindicações dos operários, na época do *Levante contra a Vacina*, denunciando em 1905 que o poder público se interessava em *levantar altos gastos públicos nesta empreitada militar contra os pobres*. E nenhuma atitude estatal, nenhum volumoso montante de ideias e nem política pública queria melhorar a situação dos trabalhadores do porto, da avenida, da prefeitura – com direito apenas a um charque estragado (Cf. *Cidade Febril, CHALHOUB: 1996, 58*). *Limpar o Rio, e não melhorar a vida das pessoas, esta é a cartilha até hoje*. O Museu para o Amanhã, e a vida do povo, jogada as traças, e as piores condições que se possa ter e conceber. Ao conceber a urgência da febre a amarela – seguindo a tendência mundial, o Brasil revitaliza seu projeto de enbranquecimento do Brasil, o sonho de ser europeu, pegou uma carona na ideologia higienizante, a princípio no Império, depois servindo-se em banquete na República. *O Brasil amarelou, porque queria embranquecer*.

O Império Escravocrata se transforma na República do Racismo: Discutindo raça, reconhecendo diferenças e implantando racismos. Chalhoub traz uma reflexão sobre o professor Thomas Gomes dos Santos, que durante muitos

anos ministrou sobre Higiene no curso de Medicina nas décadas de 1850. Este douto, utiliza Gobineau e Montesquieu. Como cita a partir da página 81 da sua Cidade Febril, Chalhoub, aponta que Santos era contrário à *teoria de raça em Gobineau*, que *atentaria contra a dignidade humana e a moralidade*. Com pré-determinação da natureza, já veio assim de fábrica não teria mérito ou demérito algum uma raça inferior ou superior, pois é como se isto *estivesse escrito no seu DNA*. Haveria uma desigualdade natural. Se uma *raça pode dominar outra, pois é naturalmente superior*, isto é legitimado por essa *teoria discordante* que nega a moralidade humana. O *mito da imutabilidade original das raças, criada por Gobineau seduziu a intelectualidade*, e nos destituiu de ética e moral. E segundo Chalhoub, *torna descartável não apenas a moral, mas tudo de um povo, sua história*, enfim o *a priori de Gobineau é destrutivo da identidade de pessoas e povos*. Para o Dr. Santos o *guia do humano não seria o paradigma da raça, e dá o exemplo da cultura egípcia, fruto da genealidade africana*. Já Montesquieu na crítica de Chalhoub\Santos se dá ainda no campo da naturalização, mas a partir do que ele estudava e acreditava que *o clima iria produzir seres melhores ou piores*. *Desta forma a miséria social seria dos povos mais tropicais, e o controle social seria prêmio para os outros de climas mais frios*. **Chalhoub então nos chama a atenção por alertar que ocorreu um esforço para deslocar a história\ciência* e colocar no lugar a natureza\mito***.

Foi necessário enfrentar a *questão do imigrante no Brasil, com a crise da instituição da escravidão*. Para que isso acontecesse, *o elemento negro e índio foram colocados à parte neste novo projeto de nação-povo Brasil*. A *escravidão ganhou outros contornos – subemprego, perseguição, ausência de direitos, falta de moradia*. E com a *institucionalização da febre amarela, se institucionaliza o branqueamento brasileiro*, e o projeto higienista e excludente. Desta forma no Brasil República os médicos começaram a definir rumos e ritmos de higienização: Gomes Santos, Torres Homem e o já citado Pereira Rego, serão doutores, como nos demonstra Chalhoub, com forte *determinismo racial\climático*. Permitir a presença europeia nos trópicos era permitir que a civilização aqui pudesse chegar. O compromisso público, a presença do Estado estava permeada da escolha pelos imigrantes, por isso a *praga amarela* incomodou, por isso o Rio se higienizou, afinal, *as Classes Perigosas foram interpretadas como fonte do mal que o Brasil*

não queria passar, era o retrato do antiprogresso. É lógico a condição precária das moradias não significa que seria isso o importante para a formação do povo brasileiro. Mas o encarar e resolver este problema, não simplesmente culpabilizar os pobres devido a esta situação, e não criar, contudo condições necessárias de moradia para as pessoas.

Na *década de 1870 percebemos que a saúde pública conseguiu ganhar o status branco – a febre é amarela, e é problema, porque atinge o branco*. E as outras doenças que atingem os negros não são considerados problemas de saúde pública e sim problema de ordem pública. ***Os higienistas brasileiros ajudaram a judicializar estes focos de doença, um câncer para a sociedade branca, as Classes Perigosas***. A criação do mito do perigo dos cortiços a essa altura ganha força. Pois o foco da febre amarela seriam os cortiços. Chalhoub nos aponta a força simbólica e política desta afirmação, e como hoje temos o grande problema da cidade, é a favela, foco da violência, das drogas, e lá é necessário o empreendimento da UPP. No século XIX, *cortiço bom era cortiço demolido*. A febre amarela atrapalhava a evitava transição que se queria do *trabalho escravo* para o *trabalho livre branco\imigrante*.

Uma política pública para as Classes Perigosas: A febre amarela é negra: e precisa ser atacada. A cidade torna-se mais febril, nos encantos esforçados dos intelectuais higienistas, como Pereira Rego, o higienista-mor como Chalhoub propõe, que a febre amarela naquele alvorecer de 1870 – ao preconizar que a febre amarela é uma cólera que reina no Brasil, quando não o fantasma mais aterrador da emigração para o Brasil, e não simplesmente um problema para todos os brasileiros. A cor do Brasil quer se definir pelos processos de higienização. Pereira Rego descarta os outros – que são atingidos por exemplo pela cólera, mas estes são de ‘ordem inferior’, pois são estes o de cor. O lugar da cor, será o foco do que existe pior na cidade. Esta cor é que tornará a cidade febril, seja pelo calor destes homens e mulheres de cor que passam, seja pelo lugar insalubre que miseravelmente moram e logo no centro, lugar de empreendimento. Esses coletivos de gente, são pedaços do navio negreiro, que na visão do Brasil que se construía deveria ser demolido. O que torna esta cidade febril e tão doentio, tão hostil para o emigrante que virá para as novas práticas de trabalho é a presença do elemento de cor. Que traz a doença, o caos, a desordem – foco do ‘não Brasil’. A

política no Brasil sempre foi salvacionista, messiânica, individualista – sem coerência ideológica (Leandro Karnall em <https://www.youtube.com/watch?v=vTc8FfHoBlw>, acesso 29 de maio de 2016). Tratava-se, portanto, de *salvar o Brasil*, para o mundo do trabalho, do progresso – e a passagem para isso era a *política salvacionista da higienização* via saga contra a febre amarela. *A cultura e raça branca é tão dominante, que nada pode arranhar-lá*, essa ideia de L. Karnal, e que a nosso ver *ganha fortes conteúdo de fundamentação no século XIX*, principalmente com o *branqueamento higienizador e civilizatório do fim do Império, e da República que queria esquece-lo*. A febre amarela, por conseguinte, poderia travancar o futuro do progresso brasileiro. *E o atraso não poderia ser atribuído aos brancos que, por conseguinte eram mais suscetíveis a febre amarela, e sim aos negros, que não seriam preferencias brasileiros*. Tratou-se então de mobilizar um importante *ethos para a causa da Febre Amarela brasileira*, uma praga negra para os brancos – *o lugar dos negros, os Cortiços*. Já eram alvos de outras doenças, mas não atingiam muito os brancos, como essa atinge, então ganha a mídia da época, e os intelectuais-higienizadores serão a chave mestre para isso.

Pequena África: que morram de tuberculose. Chalhoub, na sua cidade carioca febril, nos interpela que a história da ideologia racial no Brasil, não significa antes do uso de conceitos, mas sim algo que se prefigurasse e fosse cotidiano. Os séculos anteriores trouxeram a ideologia racista encarnada na naturalização da prática desumana e racista. *O século XIX viu reacender essa chama nas políticas públicas de saúde. É o encontro ideologia racista, com a ideologia higienizante e a ideologia embranquecedora. Até para ser doente, no Brasil, precisava ser branco. As ideologias excludentes são empreendedoras, são o avanço, o salto para o futuro do Brasil, o progresso que a de vir. A tuberculose, matava muito mais que todas as outras doenças juntas, e em nenhum momento foi colocada sua relevância pública.* Isto não se tratava de uma exclusão apenas do negro, ao escolher a febre dos brancos, e não as epidemias negras, mas uma *exclusão da saúde – como viés da construção do país. Nem saúde e nem cidadania teriam espaço no Brasil República.* Ao tornar doentia a cidade, *com febre, mas sem tuberculose*, se alastrou pela administração da saúde pública, a negação de diversos direitos. *A República brasileira é a instauração de*

desigualdades sociais, a atualização das relações de escravidão. Segundo Chalhoub o elo que nos permite entender a *ideologia racista em adesão a ideologia do embranquecimento* é a *questão crucial do trabalho*. As concepções de trabalho colocam certos choques sociais que são interessantes neste sentido observar. Pois o *trabalho escravo x trabalho assalariado* – duelavam. Assim como o *tipo de povo brasileiro\cidadão: africano\índio x branco*. Também o tipo de política pública: universal x particular. Passando pelo acesso ou não, a moradia e a saúde. Chalhoub perceberá bem o entrave imposto pelo novo horizonte que se apresentava com a queda da monarquia escravocrata. De um lado *os negros lutando* pelo fim abolição e por avanços naquela sociedade hostil a sua presença, e de outro lado *as elites* com seus diversos representantes entre eles os fazendeiros de café que precisavam encontrar meios de como ainda ter seus privilégios sociais. *A questão no Brasil é que liberdade não significará direito, e o fim da escravidão não significará inserção no mundo do trabalho. É o mundo de ausências públicas que cria a periferia* – aqui no caso primeiramente o Cortiço. Não que o Cortiço não fosse desejado, a lógica excludente (o implícito capitalismo, as ideias fora do lugar) precisaria produzir o Cortiço, como espaço necessário, pois uma sociedade que vive da exclusão, tem uma relação de dependência intrínseca. Ao invertemos a lógica, o opressor, precisa do oprimido, senão como o será?

De Chalhoub extraímos que o Brasil vai adaptar o paradigma racista euroamericano da época, a sua realidade. *A justificativa de nosso racismo, será uma explicação com dados empíricos e comprováveis: a febre um perigo, o cortiço um perigo, logo o negro um perigo.* Era uma questão humanitária. A cidade com febre, precisava ser tratada, estancada, expurgada. Chalhoub nos aponta que os doutos brasileiros tendiam a seguir os impulsos da natureza. *E a natureza se inclinava a apontar que o ritmo era o branqueamento, nem que para isso tivéssemos que nos tornar mestiços, mas a raça precisava ser purificada.* A herança da raça inferior paulatinamente seria expurgada do que se queria construir como Brasil, *éramos tão eugênicos, porém nem percebíamos, éramos tão genocidas e não percebíamos, éramos tão etnocêntricos e nem percebíamos?* Novamente as ideias fora do lugar.

Uma política pública para as Classes Perigosas: Revolta da vacina, ou

revolta dos vacinados? – As Classes Perigosas queriam mudanças. No capítulo da Vacina – Chalhoub, cita Sevcenko, nos coloca de frente ao grande perigo, *o negro, o haitianismo brasileiro* seria possível, ele diz da Revolta da Vacina de 1904 como grande resistência da população contra o capitalismo. Não teria sido uma luta contra a vacina, mas contra a história; a história do capital. A maior parcela da *população está renegada a ser brasileira. Estrangeiros de seu próprio país. Sofremos de estranhamento, os mais abastados ao encontrar os pobres não se sentem daqui e não querem estar aqui, e os menos abastados, não querem estar aqui.* Chalhoub nos coloca aqui numa *perspectiva de jogar capoeira* – e de ver a história\vida\sociedade a partir do jogo inverso – *o negro não apenas como movimento de reação, e resistência, mas também como movimento de ação.* O debruçar sobre a doença, e sua análise histórica continua na *Cidade Febril*, mas paramos aqui, até onde nos foi o tocante a nossa pesquisa.

Uma política pública para as Classes Populares: a construção de um estigma. Em Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim* – época da vossa excelência Pereira Passos, *o homem da pavimentação do Rio de Janeiro, o mestre da urbanização* – mas uma *urbanização excludente.* O Brasil *sai do barbarismo para a civilização.* O ambiente do *Lar e Botequim* é 1907. O trabalho era ali de estivadores, transportadores de café. *Zé Galego, um personagem.* O lazer, *um jogo a dinheiro*, ali no cais. Depois *no botequim*, na rua da Gamboa, para tomar um cafezinho. Mas este lugar para o entretenimento, era *lugar também da desavença.* *Antônio Paschoal o antagonista* entra em cena e em uma confusão com Galego disparam-se tiros. Os estivadores, com seu coletivo organizado tenta socorrer, mas já era tarde, luto de Zé Galego. O caso corriqueiro, comum, aqui linear, como propôs Chalhoub, não foi assim colocado na mídia e nas páginas policiais. Contornos de contradição e de todo um cenário de sensacionalismo possível envolveu o caso. O *Jornal do Comércio*, traz o *Entre Estivadores*, e a morte por um motivo frívolo, que fez transparecer que estes *homens estavam sempre em guerra.* O interessante, por exemplo é que o *Jornal já traz a sentença*, é a *testemunha ocular, é o olho da justiça, o suspeito já é um criminoso.* Lima Barreto já denunciara, o grande *espetáculo da invenção midiática*, necessário para as vendas, importante para lucrar, independente se traz a verdade. O *sensacionalismo cede lugar a verdade*, informação e quiçá o conhecimento. Pois é, mas a questão é

que o crime era contra um português, o imigrante, o ator principal – Zé Galego que veio purificar esta terra com o seu trabalho, então merece duas colunas nos jornais, e ampla cobertura e resolução. Aqui não tão forte a questão da cor, pois o acusado criminoso era branco. Bom, contudo, Chalhoub, *Trabalho, Lar e botequim* nos revela que existe uma certa tendência de *se estigmatizar os padrões comportamentais dos populares, é uma generalização da ação e da moral das Classes Perigosas*. E isto *é uma ação do Estado contra as Classes Perigosas, através da mídia, do judiciário, da polícia* e de outros aparatos que formam este paradigma de ação e de ideologia de ação para a época. O que se quer, contudo é controle e repressão.

O *crescimento demográfico* deste período do século XIX no Brasil se deve ao *saneamento, a migração de escravos rurais para o mundo urbano* e ao *projeto de branqueamento via imigrações*, principalmente portuguesas. O *Censo de 1890 aponta que o Rio era a África do Brasil*, apesar do grande sonho europeizante. A história de Galego traz diversos componentes do momento de transição do Brasil – da escravidão para o mundo assalariado. Do mundo do capital que começa a ganhar outros contornos. Chalhoub nos remete a questão urbanizadora do Rio, se tratava ali de regenerar materialmente e moralmente para permitir a cidade civilizada. Existe uma distinção muito peculiar em Chalhoub que nos salta os olhos, o fato de que ele acentua que o para este novo Brasil que se apresenta no arranha-céu moderno é um homem *livre despossuído dos meios de produção*. O despossuído dos meios de produção é que estará apto para o trabalho assalariado. Os homens recém libertos da escravidão, forçosamente serão aptos também para o trabalho, pois são despossuídos dos meios de produção. E isto se verifica até mesmo em seu acesso à terra. *Eles são impedidos de terem acesso à terra*. O que temos no Brasil, não é um projeto de liberdade para os negros. Foi luta e isso, desconstrói o mito da Abolição redentora. A todo momento foi tensão e luta, ação e não reação. Caro é notar, então com Chalhoub, que desde 1850 ao homem pobre, é negado o direito à terra no Brasil, fizemos uma *reforma agrária ao contrário*. *Os negros sem-terra* aptos, *despossuídos dos meios de produção*, homens que viviam já o mundo pré-capitalista, pois a escravidão encheu de condições, o Ocidente civilizado, capitalista cristão e industrializado; teriam *um único problema no Brasil – não seriam eles aptos a terem uma capacidade moral*,

física de gestar o progresso brasileiro. Caberia ao homem branco, este fardo, de civilizar esta África chamada Brasil. Se tratava de mudar o Brasil sem mudar.

Uma política pública para as Classes Populares: ocorrem então transições do trabalho escravo ao assalariado, porém com forte exclusão do negro. Como construir esta nova estrutura do mundo do trabalho, é a pauta do século XIX. E a pós escravidão terá a seguinte perspectiva – nova ideologia do trabalho\vigilância e a repressão contínua que necessitará da polícia e do jurídico. Nisto, percebemos o quanto será útil o elemento higienista para este tipo de sociedade que se quer construir, mais excludente, porém republicana. Limpar a raça, será o elemento que tornará potente a dimensão de controle da nova sociedade. Limpar o conceito no Rio de Janeiro – era necessário, para nele propor um mundo de progresso, pois o trabalho estava associado a escravidão. O novo trabalho seria associado a ciência, república, burguesia, progresso, imigrantes, civilização, Brasil-nação – o velho trabalho a escravidão, doenças, crime, monarquia, degeneração, preguiça, Brasil-África. Existe nesse sentido duas histórias – dos vencedores, e dos vencidos. Da periferia, e da elite. Da abolição, e a das lutas pela liberdade. Um abismo imenso entre uma e outra história.

A disciplinarização dos corpos para o novo mundo do trabalho assalariado, a nosso ver vai além do tempo, do trabalho em si, como propõe Chalhoub, a nosso ver esse controle passa também pela questão do espírito destes homens, por suas histórias, por suas moradias. Os vadios e desordeiros serão transformados em homens civilizados. Bom, se cria aqui no Brasil o mito daqueles que lutam por não trabalhar, a princípio não são vistos com bons olhos.

A civilização do Brasil, passava pela imposição do capitalismo, que trazia a rua, e a guerra das ruas. E a rua como lugar geopoliticamente organizado para a exclusão. A guerra foi necessária, como caminho para o progresso, assim como já foi apontado por Chalhoub na Cidade Febril. O Rio de Janeiro\Brasil nasce daí da crise do escravismo monárquico e do apogeu dos movimentos operários republicanos. Em Trabalho, Lar e Botequim – Chalhoub nos indica os caminhos do controle social do Estado das Classes Populares. Até mesmo o lugar, mas popular, de descanso, de lazer, de entretenimento – o botequim. A vida dos despossuídos dos meios de produção será sempre lugar de luta, ao menos no Brasil, em que se luta por liberdade diante da escravidão, e que agora precisa lutar

pela vida, para fugir ao controle institucionalizado. E o capataz, a casa grande ganhou aparato legal – se institucionalizou – a polícia ajudou nisso, *a pseudo-política brasileira também, não poderíamos esperar muito, senão uma pseudo-ciência que viesse a pavimentar essa civilização que se queria construir no Brasil do futuro, do progresso, da limpeza da raça*. A questão é que *onde tem classe trabalhadora, tem controle social*. Lima Barreto, é fonte de Chalhoub para mostrar este eterno lutar da classe trabalhadora, aqui para nos Classes Populares, que *luta contra a fome, contra a civilização* (Cf. Chalhoub: 1986: p. 32). E lutar contra a civilização parece contraditório, mas a civilização, o progresso, o trabalho, a cidade, o país que se quer fundar – *não quer o seu passado negro*, a sua potencialidade africana, é entendida como algo de degeneração, componente que fortemente os higienistas como Nina ajudaram a construir. Esta obra, será uma combinação de fontes a partir de inquéritos policiais em torno de 140, tentando entender este início do século XX, onde Chalhoub consegue perceber além do *crime pontual, o controle social da sociedade capitalista* ganhando novos contornos no Rio de Janeiro\Brasil. Existe um empenho no abrir do século XIX republicano quanto a *questão criminalística*. O que se tornou um *crucial para a questão racial\social no Brasil*. Deduzimos isto dos arquivos analisados por Chalhoub, cada inquérito, era manuscrito com 200 folhas no mínimo. *Dois instituições ganham poder e notoriedade no Brasil República, em vez do povo, a polícia, e no lugar do debate, os tribunais jurídicos, no lugar dos políticos, os cientistas higienistas*. O objetivo do Estado Republicano brasileiro na sua relação com as Classes Populares é claro: a partir destes relatos, retomamos: *enquadrar, silenciar, impor, ordenar – é escravizar agora dentro da lei*. Então ao analisar a *Classes Populares, a partir das classes trabalhadoras o primeiro compartimento desta obra de Chalhoub será analisar o lugar cotidiano: o trabalho e o lar; no segundo relações e pessoais e por fim o lazer destes populares, o botequim, a rua e a repressão policial*. Fica estabelecido então o melhor estilo até agora criado na relação com os menos abastados *pão e circo e repressão*. No tocante da pág. 33 desta obra, Chalhoub nos leva a tese-motivo da razão de nossa pesquisa: **o genocídio da juventude negra brasileira**. E isso é uma ação do Estado. *O Estado brasileiro é institucionalmente racista e genocida* – isto não começa aqui, mas em nosso entendimento fortes indícios nos apontam sementes fortes que

fundamentam este tipo de Estado.

Outra chave-mito fundante: O mundo do trabalho: entre o mito do degenerado cativo, e o mito do imigrante civilizado. Sobrevivendo, o primeiro compartimento nos mostra um *mundo capitalista de concorrência pela mão de obra: concorrência étnica\racial, problema de habitação* – que fica claro na *ligação desta obra com a Cidade Febril, e a Guerra contra os Cortiços. O passado colonial\imperial continuava presente: portugueses x brasileiros; traz à tona um inconsciente coletivo de senhores x escravos. Na mentalidade da Classes Perigosas os imigrantes, a maioria portugueses tenderiam a ter uma atitude de sentimento racial superior, apesar da situação de trabalho que os colocaria num pé de igualdade.* O termo que Chalhoub usa é que os afro-brasileiros *se ressentiam da presença do imigrante que recebiam as melhores oportunidades de trabalho.* A nosso ver *não se tratava de um mero ressentimento e sim de uma constatação e de mais um motivo para brigar mais. O Brasil nasceu querendo ser Europa, e morreu querendo ser EUA. O novo pacto do trabalho que será feito no Brasil necessitará refundar o preconceito racial e nacional* – uma praga que nos atinge em espírito até hoje. A necessidade do mercado, da ciência, do *status quo* de se reconfigurar o espírito de superioridade, não que ele não estivesse presente, *mas agora batizado cientificamente de uma sociedade eugênica, racista e desumanizante.* Mas senti a ausência disto em Chalhoub. Se na *Cidade Febril* identificamos *Classes Populares com classe pobres*, aqui *identificamos também Classes Populares com classes trabalhadoras* ou que querem ascender ao mundo do trabalho, visto que *o mundo do trabalho nunca é algo dado a priori.* Fica fácil perceber que a organização trabalhadora teria muitos percalços e seria dificultada por essa *crosta escravocrata.* ***O Rio de Janeiro teve seu fervilhão próprio – Chalhoub nos diz que superabundou a mão de obra no Brasil – com sua pequena África, e seus civilizados homens imigrantes que chegavam para nos branquear.*** O tradicional olhar para o mercado de trabalho: *despossuídos x possuidores dos meios de produção, acentua Chalhoub não daria conta de entendermos o complexo mercado de trabalho brasileiro – com um subemprego ali na lida constante do dia a dia: ambulantes, bicheiros, mendigos, biscateiros* – é bem provável que um ambiente europeizado tenha também experimentado cada

um a seu modo o seu subemprego. Até porque o *desemprego é um a priori do capitalismo*, isso a grosso modo falando, vivendo, cada um utilizará suas *estratégias de sobrevivência*. O trabalho no Brasil pós-escravidão, pós-abolição necessitou de uma nova configuração. ***A elite brasileira avessa ao trabalho, precisou se alinhar ao processo de aburguesamento do planeta***. Desta forma necessitou *positivar o trabalho*. Como no Brasil o trabalho era do escravo, a nova configuração do trabalho retirou também do imaginário e também do campo real o liberto. O interessante que a Câmara de Deputados em julho de 1888 já debatia um projeto de repressão à ociosidade. ***O projeto foi votado por unanimidade, de uma Câmara amedrontada pelos impactos do maio de 1888***. E para alguns deputados da decadente monarquia escravocrata este ato, seria a *salvação pública do Brasil*(Cf. Chalhoub: 1986). O projeto de repressão a ociosidade de 1888 do ministro Ferreira visava combater os efeitos da Abolição da Escravatura no Brasil, para muitos deputados, este processo findado colocava um *fantasma de desordem no Brasil, seria necessário então a salvação pública*. O processo do movimento abolicionista trazia tudo que as elites brasileiras não queriam. Existia o *risco de um Haitianismo, as Classes Perigosas poderiam fundar o Brasil que os renegava*. É o que Chalhoub define como *fantasma da desordem*. E o Brasil que se quer é o da ordem, *a negritude brasileira foi sendo construído como mito do atraso brasileiro*. Por mais que mãos e pés dos negros tivessem construindo esse país excludente e nascente, não serviam para a *máquina de trabalho* que se construiria no país. A *Lei de 13 de maio* colocava nas leis, o que estava nas ruas, a luta a conquista, a liberdade, *enfim para a elite era uma ameaça à ordem pois nivelava todas as classes*. Foram niveladas, porque agora os *fazendeiros e sua família deveriam trabalhar*. O que *era algo indigno e papel do escravo, agora deve ser a ordem nacional*, o caminho para o progresso. Uma tentativa de resolver a explosão social nos idos destes anos se tentava como sugere Chalhoub um *paliativo social política pública para pobre*, ao inserir os libertos no Exército.

Encontramos mais um mito- fundante: O mito da Ociosidade. Neste momento *Trabalho e Lar e Botequim*, Chalhoub nos leva a uma importante descoberta, a questão da *desordem é consenso* e será também consequentemente o *agente da desordem, o liberto, as Classes Populares*. O *ser que trabalha de sol a*

*sol, agora é ser da ociosidade, mas não por escolha, é num lugar colocado, e ali será incriminado. **Constui-se a concepção de que em nada a escravidão melhorou o cativo.*** Então para ele o mito da ociosidade foi sendo construído. Assim como na *Cidade Febril, a febre tinha um lócus, e esse lócus era o lugar das Classes Populares, o Cortiço, as cabeças de porco*, aqui neste novo texto, *o lócus da ociosidade será o liberto*. A liberdade do ex-cativo significaria: *ócio, roubo, furto, roubo, mendicância, vadiagem*. Aqui temos elementos mais próximos do que queremos observar em nossa pesquisa, que é ***o viés de Nina Rodrigues na construção e naturalização do crime para as Classes Populares.*** Os *cativos*, prossegue Chalhoub analisando, estão *longe do trabalho honesto, são não civilizados*. Então para não, atingir o auge da desordem, seria necessário ao Estado brasileiro reprimir estes desordeiros. *Uma educação doutrinadora, e o trabalho pela repressão formariam possíveis sujeitos*. Cabe notar também, a nosso ver, que o trabalho seria visto com ojeriza por muitos das Classes Populares, pois *a escravidão era o seu trabalho. **O poder da generalização, ao menos aqui no campo político generalizou os negros, e fez com que os libertos fossem sinônimo de não-trabalhadores.*** E a grande missão do Estado Elitista brasileiro era transformar o cativo em trabalhador. Nada mais capitalista que isso, mas era esse o caminho que o Brasil tentava trilhar, mas a seu modo. O Estado traz a cartilha da escravidão moderna, escravizar aos moldes europeus e otimistas. Alguns conceitos deverão ser ***incutidos via educação\repressão para os libertos, passaporte para a cidadania, como de utilidade, caráter, amor a propriedade\trabalho.*** O arcabouço do debate sobre o trabalho no Brasil, *não havia a perspectiva de direito, e sim de controle social*. O próprio *mito da ociosidade serve de base para isso*, pois cria uma base ideológica para essa *sociedade de repressão*, que será um *modus operandi* para a *política pública para os pobres*. Algo que desarticula os pobres, mas também destrói a política, que se torna *paternalismo, clientelismo, fisiologismo e nepotismo*. Aqui se trata de pensar, e tentar entender o que o Brasil está pensando: os passos que o Brasil vai ter pós três séculos de escravidão. *Para quem só soube escravizar, como se organizará em torno do trabalho*, é isto de que se trata o ofício da política elitista brasileira neste momento. Na sequência que Chalhoub propõe o trabalho vai contornando aquilo que irá se compor como Brasil. *E num primeiro momento é o*

trabalho-ordenador. O Estado em tese daria ao cidadão a possibilidade de ter direitos individuais, e este indivíduo deve, portanto, retribuir ao Estado com o trabalho. *Num segundo momento o trabalho-moral*, o trabalho neste sentido formaria o *cidadão abnegado, um ser ambicioso e honrado, regenerado e conseqüentemente moralizado*. A adaptação que se quer e se pretende fazer na transição da escravidão para o mundo do trabalho é tensa. E Chalhoub, num certo momento nos dá a impressão de que ***a elite da época queria era prender numa espécie de quarentena para a civilização as Classes Perigosas***. Como nos propõe Chalhoub os ociosos seriam conduzidos a uma *espécie de colônia de trabalho*, para ali *criar hábitos de disciplina e trabalho* (Chalhoub: 1986). Ali internados, a nosso ver, presos mesmo. O ocioso teria uma pena pesada de 1 a 3 anos para o reincidente. É preciso aqui pressupor que o mercado terá espaço para todos, como apregoa o mito atual da meritocracia. A questão da pena dura, é devido ao papel educador e moralizante, o que se quer é uma *reforma moral das Classes Perigosas* transformadas aqui em meros seres essencialmente ociosos. Cabe nos expressar aqui então que *a situação do trabalho no Brasil virou caso de polícia\judiciário. E um corretivo moral para os afrodescendentes*. Era necessário regenerar o povo afro-brasileiro. ***Junto ao combate a ociosidade, surgia também o combate a vadiagem***. O paternalismo é criado como algo estruturante desta sociedade. Onde o exagero da opressão de um patrão, aqui no Brasil, teria os ares de ser algo normal, pois *seria algo para corrigir moralmente este ser degenerado*. Aqui temos uma importante chave de conexão e de permanência entre o Brasil do trabalho escravo e o Brasil do trabalho assalariado. Para Chalhoub o papel do patrão esta como *juiz doméstico*, na fala do deputado Rodrigues Peixoto. *Os dois pontos de ociosidade e de vadiagem ajudam a construir o mito do brasileiro com uma essência preguiçosa* (Cf. Chalhoub: 1986, p. 45). *Segundo Chalhoub existe uma incompatibilidade entre o Brasil vadio\ocioso e o Brasil trabalho\progresso\ordem*. Como afirma Chalhoub, ***a ociosidade ameaçaria a ordem***. “Há, portanto, uma incompatibilidade irreduzível entre manutenção da ordem e a ociosidade” (Chalhoub: 1986, p.46).

Coube a *classe dos deputados tentar entender a ociosidade* brasileira. O parlamento irá através de um de seus membros levantar a *tese de que o clima brasileiro* e todas as possibilidades que a natureza permitia lançaria o brasileiro a

ociosidade. Dessa forma deveria existir um combate contra esse perigo ao futuro do país. Isto ficou caro para a República, o *vadio e ocioso* estariam desconstruindo o *valor da propriedade e o bem comum*. Aqui Chalhoub já eleva o tom quando nos leva a perceber o vadio\ocioso como ***depravação que leva a ação criminosa contra a propriedade e a segurança individual***. A criação do mito da vadiagem, traz em seu bojo a necessidade da repressão. Aqui Chalhoub nos coloca *de frente para nossa preocupação, do genocídio da juventude negra e suas possíveis raízes num recuo histórico, dentro do século XIX, analisando em particular as Classes Populares, e em particular a relação das Classes Perigosas dentro da perspectiva de Nina Rodrigues*. O projeto político, nos finais do Segundo Reinado, da vadiagem prescrevia que ***a vadiagem tinha duas bases: o hábito e a pobreza***. Aqui entra mais um componente de *penalização dos pobres. Diferente de vitimização*. Chalhoub trabalhara aqui a *conceito de indigência*. Existe a ***má ociosidade é esta dos pobres, e a boa ociosidade é a dos parlamentares e seus iguais***. A classe política reconhece com todas as letras que é crucial reprimir os pobres, *reprimir as Classes Perigosas*. O conceito está lançado, afinal, isto deveria dar uma grande comoção, e trazer adeptos, e formar ideologias, e constituir poder. *As classes políticas com todo o seu ardor, ainda mais porque decadente estavam no findar do Império com a política de repressão as Classe Perigosas teriam uma oportunidade*.

No debruçar de nossa pesquisa mais um mito fundante: As Classe Perigosas é feita de criminosos. Mary Carpenter, M.A. Frégier que Chalhoub utiliza na *Cidade Febril* aqui no *Trabalho, Lar e Botequim* – surge com Alberto Passos Guimarães nessa mesma perspectiva, de *Classe Perigosas como ex-detento, ou aqueles que optaram pelo furto como sobrevivência, em detrimento do trabalho, símbolo do progresso, grifo nosso*. Eles se colocaram a margem da lei, ou seja, são marginais. *Chalhoub nos alerta, portanto que os legisladores usaram o conceito de classes perigosas como sinônimo de classe pobres*. Assim ***ele conclui, ser pobre é ser perigoso***. Porém criou-se a necessidade dos vícios, da imoralidade, das ociosidades que fazem parte da casa dos pobres, eles são os criminosos, um mal a se corrigir na sociedade. *O imigrante poderia também ser expulso do país por vadiagem*, na legislação que foi construída no combate a ociosidade. Se imaginava que o imigrante já era um trabalhador com toda a

disciplina inerente para o que se queria nestes novos mercados de trabalho e não escravidão. O discurso dominante tem bem definido isto, mundo de ociosidade x mundo do trabalho. São mundos que se contrapõe: *amoral\vadiagem X moral\ordem*. O que Chalhoub percebeu como um *maniqueísmo entranhado* nas classes dominantes. Cabe também notarmos que a sociedade é uma *sociedade de poder* – e ali vemos bem claro *Classes Perigosas X Classes Dominantes*. ***E se estabelece uma nova classe no meio, a classe trabalhadora que vai servir as Classes Dominantes, e excluir as classes populares***. O máximo que o avanço republicano poderia permitir seria uma aproximação razoável dos *bons trabalhadores* – sinal do avanço e do progresso. Aqui, a nosso ver é *a fundação da civilização brasileira*, esse sentimento de entender a esses *bons trabalhadores como aqueles que vão amar a moralidade e a propriedade, ao contrário da ociosidade e vadiagem* das Classes Perigosas. Neste momento Chalhoub nos leva ao *mundo do crime* (Cf. Chalhoub: 1986, p. 50). No mundo do crime estão *os desordeiros e miseráveis*. Mas como foi demonstrado várias vezes, existe uma *verossimilhança entres esses criminosos, pobres, imorais, ociosos*, contrários ao progresso, enfim *todos Classes Perigosas*. Chalhoub traz uma reflexão que muito apreciamos, *não existe um mero dualismo excludente* na sociedade brasileira, *o que existe é uma constituição estruturante de uma sociedade brutalmente desigual*. Nesse sentido os opostos, não o são. Pois para existir a ordem é preciso o campo da desordem, a ociosidade, se instaura para fazer o mundo do trabalho. Não existe no campo ideológico, mas como definição de espaços sociais, aí sim existe. Queremos avançar ainda mais o que propõe Chalhoub quando fala que no ponto de vista do sistema ***o crime e a ociosidade, ou o ‘crime da ociosidade’*** (grifo nosso) *são justificativas do controle das Classes Perigosas*, para nossa percepção é fundamento nesta neoescravidão. ***A cota para os ex-cativos seria o não espaço no mundo do trabalho, e culpabilização do não funcionamento do mundo do trabalho e por sua vez a opção errônea destes homes pelo mundo do crime. O Brasil ao nosso ver optou por construir cadeias e não cidadania***. É como se *a antropologia das Classes Perigosas fosse sendo revestidos por campos ideológicos que serviam bem as classes elitistas*. Seria então natural perceber que *brasileiro é preguiçoso, ou seria ávido para o sexo ou a violência, ou que não é um povo* – para permitir os mecanismos de dominação.

A Indústria do Crime: lucro para o Estado. Na resenha que trabalhamos de Badaró in: **Revista do Rio de Janeiro UERJ, ano I – Crime Contravenção e Violência, n° 1, 1993. In Contravenções no Rio de Janeiro.* MATTOS, Marcelo Badaró: destacamos o que percebemos de tamanha importância o que definimos como *criminosos a priori*: o trabalho já segregava. Daí para a marginalização de outros setores não fica muito difícil. O trabalho já traz divisões, e no Brasil um componente novo entra: *mundo do trabalho e os 'sem trabalho'*. **É criado o ethos da vagabundagem.** Na pesquisa de Badaró ele já demonstra que isto já é de *nosso ontem colonial, o código criminal de 1830 já caçava vadios e mendigos.*

Uma das formas de *encurralar as Classes Perigosas foi qualificar os crimes. Então toda uma estratégia foi utilizada não para o combate ao crime, e sim para a repressão destes grupos sociais.* **Os crimes cercam as Classes Perigosas:** *Crimes públicos* (conspirar, rebelar e insurgir), *crimes particulares* (contra a propriedade e a segurança) e não poderia faltar os *crimes policiais* (mendigar e vadiar). Sempre foi pelo visto uma preocupação da cidade do Rio de Janeiro estes dois últimos crimes citados, *naturalizados e naturalizantes.* Duas formas interessantes de *controle e repressão* o Estado Imperial cria a *prisão ou trabalho.* Aqui o trabalho não é visto como direito e dever do cidadão, e sim como uma pena, ao menos para as Classes Perigosas.

O fantástico aparato de repressão elabora mais um instrumento: a *Lei de repressão à ociosidade*, de 1888. Fica evidente nessa lei o medo que as classes dominantes têm dos agora ex-escravos, porém *sempre ex-escravos.* **Está no interesse Imperial punir, vigiar e regenerar estes seres.**

Existe o aprimoramento do controle quando se cria em 1890 o Código Penal de, *primeiro a carta de prisão depois a de direitos.* Existe a *especificação das contravenções: vadiar, profanar túmulos, jogar capoeira, mendigar* entre outros. Fora do padrão civilizatório, um artigo deste código mostra que o *vadio precisa ser civilizado* e isto era o trabalho que iria fazer. Alfredo Pinto, em 1889 traz uma agilização da aplicação destas leis. Desta forma a punição estaria nas mãos dos delegados, chegando aos juízes só restava acatar.

A explosão da Revolta da Vacina, trouxe ainda mais a necessidade de controle das Classes Perigosas. Cabe ressaltar que o *alto grau de periculosidade e imoralidade fez com que alguns desses vadios/mendigos fossem deportados.* **Os**

empresários corroboravam esse imaginário social: as fábricas seriam asilos contra a miséria das classes perigosas. Soa mais como cinismo, o nobre deputado dizer que articulou com a os representantes das classes: *o trabalho moralizador, higienizador, regenerativo e punitivo.*

*A criminalização da pobreza criou algo fabuloso no terreno carioca, uma indústria de regenerados, que segundo os moldes parisienses deveriam ser tratados diferentemente: indigentes enfermos, vagabundos ocasionais e os preteridos da repressão: **vagabundos profissionais.** Os moldes brasileiros tenderam a seguinte adaptação diante da resolução deste problema: a assistência (que em nossa visão seria assistencialismo) e a repressão (secular). Vale lembrar que mesmo absolvido, o ser vadio ainda ficava *um tempinho recluso até findar o processo.**

É a lógica do ódio/medo/segurança que gera para o vadio a repressão. É como se dissesse que este ser, não quer trabalhar, então seu locus é a prisão, é a repressão. Quanto a repressão e a tipificação do vadio alguns das Classes Perigosas utilizavam estratégias de negociação\sobrevivência: *alguns se auto definiam como trabalhadores braçais ou ‘atualmente desempregado’* – termos vagos para fugir do estigma de vadios. Badaró vai finalizando pontuando *que o novo lugar social do negro, na belle époque carioca é o de sua criminalização – e que cabe a capital regenerar.*

Nossa reflexão está em consonância com Badaró, devido não ao anacronismo, mas a percepção – dos continuísmos nossos de cada dia em relação ao Rio/Brasil que se quer higienizante e continua. Basta observar o projeto do Porto Maravilha, ou o avanço da maioria penal ou o genocídio da juventude negra no Brasil. Estas são pequenas demonstrações das novas configurações do comportamento segregado da elite carioca/brasileira/global perdura. Continuamos a ser espelho para o Brasil. E o Brasil continua ainda desigual. *Essas políticas que antes incluíam os afrodescendentes na cota da prisão, hoje tenta regenerar a sociedade em cotas para universidades.* O que parcialmente resolve o problema. Pois os adolescentes hoje são os chefes do tráfico para o senso comum e o senso midiático. *As vozes dos sem voz não chegam.* São gueto, são o resto da cidade sitiada. Que ainda precisa de R\$ 0,20.

“Todo camburão tem um pouco do navio negreiro” (Música o Rappa:

Todo camburão tem um pouco do navio negreiro). Muitos morrem na travessia, na diáspora, no ínterim, no navio tumbeiro. Primeiro descartam os afrodescendentes que não serviam para *nada*, nem para serem escravos que os testemunhem o Cemitério dos Pretos Novos. E todo o processo de escravidão é desumanizante, mesmo que seja *cristianizante*. *É coisificador*, transforma em coisa, o ser. *Mesmo com os processos de luta e negociação, o lugar do negro é o não lugar. É o você sabe com quem você está falando? O ex-escravo para o Brasil é um problema. Este ser liberto carregará para sempre a marca de Caim, e a marca dos darwinistas sociais do século XIX? Este liberto é um sem: sem-terra, sem trabalho, sem moradia, sem religião, sem cidadania. Caberá à República brasileira inserir seu eterno processo higienizador, eugenista e discriminatório? A sociedade brasileira reagirá? Não podemos esquecer da diáspora dos povos indígenas. Ou trabalha, ou é criminoso. E o Brasil foi assim construindo a cidadania da maioria da população*, que somente teve coragem de se autodeclarar no último censo de 2010. *É talvez falte censo a quem escreve. E muito mais aquém apenas passe pela realidade carioca/brasileira e nada percebe. ‘Mas tudo ficará bem tranquilo no país do futuro, pois a UPP garantirá a ordem e a paz’.*

Encontramos mais um mito - fundante: O Rio de Janeiro\Brasil de maioria mestiça e afro fez cota para brancos que vinham ser hegemonia: (cota da minoria?). A cidade do Rio de Janeiro demonstrou sua *vocação para a exclusão, na década de 1890 os não-brancos estavam a margem no mercado do trabalho*. Chalhoub nos apresenta que quase 50% dos destes grupos economicamente ativos estavam nos *subempregos domésticos, somente 17% na indústria*. O *mito da democracia racial* impediu que pesquisadores investigassem o negro, e observassem situações como Chalhoub aponta. *Ele mesmo nos aponta que Florestan Fernandes começou a nos arrancar desta cegueira intelectual da democracia racial*. Florestan ressalta que o Brasil está organizado em castas\estamentos e que os escravos e (depois cativos, acréscimo nosso) *estariam relegados a um não lugar social*. O que Florestan chama de anomia social – é o conceito de *anomia* de Émile Durkheim, que *trabalha a não-identidade gerada pelo mundo moderno*. Os negros entrariam nesta sociedade estamental de forma *disfarçada*, constata Chalhoub. Ainda *analisando Florestan Chalhoub demonstra*

que o *negro devido a escravidão estaria despreparado para o mundo do trabalho*, pois lançaria o negro na pobreza, sem família, sem estruturas que permitissem que o negro pudesse ser o que pode ser. O *problema da análise do negro por Florestan* foi esse processo de *naturalização negativa do negro*, com berço na escravidão, o que *era algo útil para as classes elitistas políticas, empresarias, imobiliárias e científicas*. E acrescenta Chalhoub, que ***coube a Katia Mattoso e Robert Slenes entender os mecanismos de resistência dos negros mesmo os ainda escravizados***. *Existiam laços de família, de luta, de negociações que são necessários ser investigados e colocados à vista. Os negros nesse sentido não são mortos totalmente na escravidão, seja moralmente, culturalmente eles buscam se reconstruir a todo momento.*

O reforço do aparato jurídico na perspectiva da ociosidade, do desordeiro, vadio – permitem criminalizar as Classes Perigosas, que são socialmente excluídas. Essa é a *política do cotidiano* a partir do conceito de Gilberto Velho, o *cotidiano do crime, da imoralidade, do não progresso é o lugar das Classes Perigosas*. Se constrói um arcabouço institucional para a repressão das Classes Perigosas. O elemento negro colocado como potencial criminoso devido a ociosidade inerente, os desvios morais, enfim tornou-se diante do forte projeto de imigração branca para o Brasil, um *potencial ex-cativo desempregado*. O botequim, lugar do lazer, é também lugar onde vem à tona os conflitos do mundo do trabalho: nacionais x imigrantes, Classes Perigosas x classe trabalhadora branca preferencial. A questão da raça está aí colocada, e as nacionalidades estão em disputa. A própria inserção do negro no mercado do trabalho que também vai acontecer apesar das pressões para que isso não acontecesse. Porém essa inserção quando ocorre é também uma forma de controle. Chalhoub nos alerta para a *estruturação da sociedade burguesa entre impérios e repúblicas* existe uma ***necessidade de aprofundar o espírito de competitividade, chão do capitalismo individualista***. E o mundo do trabalho terá importante papel nesta reconfiguração social e definição de papeis sociais.

Para que fosse eficiente o controle seria necessário um controle que apesar da luta que gerava no interior da classe trabalhadora, com conflitos raciais e nacionais, criasse também na classe trabalhadora segundo Chalhoub uma espécie de *cosmovisão em que os próprios trabalhadores também seriam objetos e*

sujeitos de seu próprio controle social. Chalhoub alerta então para a pretensa liberdade e autonomia que existe dentro do mundo capitalista excludente: *quem é explorado tem a sensação de que ele é dono de si, o que não é uma realidade, é uma verdade inventada. O capitalismo é um grande mito*, grifo nosso. *Mito de naturalização da vida. E o racismo bebe dessa fonte.* Mas ao analisar o porto do Rio de Janeiro, Chalhoub percebe ali uma *força negra, entre estivadores, a força das greves, uma consciência de classe.* Sinal de que não podemos ficar presos aqui a um coitadismo e vitimização. ***Olhar as correntes, mas também os braços que lutaram para arranca-las.*** Chalhoub nos coloca na dinâmica de entender a Competição Capitalista (Cf. Chalhoub: 1986). ***Competir significa ser solitário, dono de seu próprio destino, ser livre.*** E pelo visto os *homens negros do porto caminhavam na contramão desta concepção.* Estes homens brigam pontualmente no lugar do lazer, mas também ***são seres que militam nos sindicatos, fazem greves.***

A percepção de outro mito-fundante: o escracha – gera votos, gera fiéis e cordeiros: entre o jornal, a polícia e o tribunal. A República queria criar o homem novo do mundo do trabalho. *E o contrário do trabalho, não é o desemprego, é crime. Então estar fora da esfera do trabalho é estar na mira da justiça e da polícia.* E os espaços serão todos de controle social: a casa (quando tiver, é só lembrar a Guerra contra o Cabeça de Porco), a família (moral) e o botequim (lazer). E o lazer será sempre uma presa fácil para as classes elitistas, quem está ali no bar é um trabalhador ou um vadio. Então a rua e o bar serão lugares da repressão a nível de criminal. É preciso manter a ordem até mesmo no botequim. Quando Chalhoub começa a trabalhar a *questão do lazer* fica nítido o quanto este *espaço será altamente repressivo.* É o lugar da ação policial que era *investigar se o trabalhador estava se transmutando em vadio; ao mesmo tempo caçara vadios, ociosos* – enfim vai agir com força máxima de repressão em cima das Classes Perigosas. Em alguns casos apenas prender, e outros espancar, mas dentro da lei, ou do princípio da lei de moralizar esses ex-cativos. Os *homens da lei diante das Classes Perigosas*, ainda mais estes da segurança pública trazem sempre uma *relação desigual ou desfavorável*, para Chalhoub. E os *rótulos sociais vão se multiplicando* – para tornar menor os advindos das Classes Perigosas, uma pequena África brasileira: *ociosos, vadios, imorais, desordeiros,*

vagabundos. Este último bem pesquisado por Chalhoub. Cabe notar o que para nossa pesquisa é caro, que o ***conceito de degenerados, irá trazer um forte teor de desestruturação existencial na composição do que a classe elitista quer entender e formar como Classes Perigosas***. Esse espaço da segurança pública, tem a autoria de quem está com a força para reprimir em nome do Estado. E estes é que constroem a realidade histórica, com *armações nos depoimentos* como nos faz perceber com presteza Chalhoub entre o *jornal, a polícia e o tribunal*. Esse é o lugar *encurralado para as Classes Perigosas*. Chegará a *ciência* para de fato nos revelar se de fato as Classes Perigosas devem existir. Contudo, a imprensa também nos revela não somente o fatalismo midiático, mas por vezes uma reflexão o suscitar da reflexão social. Então, Chalhoub, traz o *Correio da Manhã* que publica em seu editorial do dia 26 de janeiro de 1905: “(...) Os tribunais são considerados, geralmente, o inferno dos pobres e humildes (...)” (Chalhoub: 1986, p.190). Uma demonstração que existia uma mídia que denunciava o vigente, as arbitrariedades, desumanidades, espancamentos contra o seu próprio povo. As mudanças urbanas trouxeram uma *justiça injusta* para as Classes Perigosas. Até porque as Classes Perigosas eram consideradas o antiprogresso. Chalhoub *nos propõe a diferença entre a repressão policial e a repressão judiciária, ambas partes do controle social contra as Classes Perigosas*. A repressão judiciária se trata da aplicação das leis criminais para manter uma classe na elite. ***A repressão policial é mais abusiva, pois ela é direta, é física, é moral***. “De qualquer forma, a violência do judiciário sobre os homens pobres se distingue claramente da violência policial, pois esta é mais abusiva e corporal” (Chalhoub: 1986, p.150).

No início do século XX Chalhoub nos coloca que a ***violência policial era generalizada***, o que nos propõe fortes ***sementes do atual e paulatino genocídio da juventude negra do Brasil***. E essa violência policial tinha um fim, gerar trabalhadores assalariados. O travar da luta entre policias x Classes Perigosas está presente nesta obra de Chalhoub, seja através da análise de processos criminais, alguns até forjados, seja em momentos mais tensos como a Revolta do Vintém. Nesta *Revolta do Vintém, 1880*, no Rio de Janeiro por exemplo Sandra Graham nos demonstra que *existia uma forte presença dos populares*, que são considerados *os sem importância* pelas autoridades e por isso mesmo recebendo toda a devida *repressão a desordem*. *Afinal entre a Revolta do Vintém e a*

Manifestação dos R\$ 0,20 que diferença tem? Afinal a repressão é a mesma. E nessa tensão, temos esse saldo onde a corda arrebenta do lado do mais fraco – até hoje temos ainda um trabalhador negro preso político, camelo, a margem do trabalho, a margem da manifestação, mas pego pelas leis antiterror do Estado brasileiro em preparação para tão esperada e humilhante copa do mundo, que menospreza espaço dos índios, que empurra a população do centro, em nome do mundial evento. A partir da Chalhoub mergulha no contagiante momento progressista brasileiro – a explosão de nossa urbanidade. (Cf. Chalhoub: 1986, p. 202). *Civilizar o Rio de Janeiro significa demolir os pobres. Situações de agressões, arrombamentos dos moradores das Classes Perigosas já aconteciam antes da Revolta da Vacina em 1904.* Chalhoub nos relata que naqueles dias de um Rio de Janeiro sitiado, alguns pequenos proprietários e as Classes Perigosas estavam reunidos no campo de batalha contra as atrocidades autoritárias da ação do Estado. *Uma demonstração desta resistência popular,* Chalhoub nos revela através do chamado *Porto Artur*, que ficava no bairro da Saúde, uma *inspiração ao cerco russo que lutou contra os japoneses. E ali tinha até mesmo um herói, que no caso brasileiro é sempre transformado em anti-herói e o anti-herói vira herói. O herói era um negro muito valente Prata Preta,* na obra de Chalhoub, onde evidencia o *Jornal do Commercio*, 17 de novembro de 1904 (Cf. Chalhoub: 1986, p. 204). Devido a sua atuação, ele é logo ‘erguido de forma mítica\apoteótica\midiática (grifo nosso) a líder do levante da saúde’. *Aqui percebemos um importante sintoma da segurança pública – seja ontem, seja hoje – é sempre importante eleger líderes, pois na medida em que se prendem líderes se dá uma satisfação à sociedade.* É uma espécie de *síndrome de bode expiatório* que temos, pois não resolvemos os problemas, que eram sociais\raciais e tornam-se *potencialmente criminais, simplesmente matamos, prendemos.*

3. **Classes Perigosas: uma aproximação com a fundamentação científica de Nina Rodrigues**

A mina de Nina: percorreremos a implantação do racismo o caminho – da ciência a cultura. Nina Rodrigues nos deixa escapar por Silvo Romero suas intenções: citação de Sílvio Romero: **“O negro não é uma máquina econômica: ele é, antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência”**. A frase foi extraída do *Ensaio sobre a poesia popular do Brasil*, que Sílvio publicara em 1888. BOSSI, Alfredo: in *Poesia versus racismo*. Gilberto Freyre, continua Bossi, entusiasta de Nina, acalentou sua antropologia aplicada, e seu olhar forense policial. Edson Carneiro falará da *dignidade científica de Nina*. Nos **destaca Bosi, que a tendência a escravização e continuação destes métodos era algo forte não somente no Brasil, mas no mundo. Tanto que a condenação da comunidade internacional somente surge em 1885 na Conferência Internacional de Berlim. Mas apenas modernizaram a escravidão, pois esta mesma conferência se propôs a recolonizar o polo afro-asiático.** Bosi nos afirma que a **opção de Nina de colocar o africano como degenerado, está ligada à sua observação de uma possível supremacia ariana**, ele intuiu que a obra *Les nègres de l’Afrique sous-équatoriale*, de Abel Hovelacque (1889) dava esse encaminhamento. No degrau antropológico os afro-brasileiros estariam bem aquém. *A marcha da civilização ocidental partia para o branqueamento, caberia ao Brasil entrar nestes trilhos do progresso. O africano, seria um risco para si mesmo e para o futuro da humanidade. O cientificismo de Nina é eugênico, é racista – não é razoável, nem intelectualmente.* O que nos leva a pensar que devemos repensar mais aquilo que arquitetamos como normal em nossos tempos. *Nina incorporou o medo da classe elitista brasileira, e preocupado com os riscos da mestiçagem, ficou aliviado com a expedição que destruiu um dos mais famosos quilombos, o de Zumbi de Palmares, chega a louvar “a benemerência das armas portuguesas destruindo o formidável quilombo dos Palmares”.* E comenta:

A todos os respeito, menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil. (BOSSI 2002, p. 237)

O mito da superioridade foi feito para sustentar um prolongamento de dominação, e tornar isso plausível de ser civilizado. Aqui é possível encontrar *o quanto nós somos civilizados barbarizados*. Bossi percorre aos impérios brancos construídos pelos arianos, que aparentemente passaram em branco para Nina: *dos germânicos destruindo cidades do Império Romano até a escravização de 12 milhões de africanos para alimentar o pré-capitalismo europeu*. Nina somente repetia aqui a Europa, para aqueles que queriam aqui a Europa. Nem tudo era somente banhado pelo gelo europeu. O sol dos trópicos também ensaiava no porvir do racista século XIX, *alternativas, é o caso do poeta negro, que renegava essa ciência que o renegava*. Um poeta negro retinto, neto de escravos, filho de forros, João da Cruz e Sousa, *acusava “a ditadora ciência d’hipóteses” de negar à sua raça “as funções do Entendimento* (BOSSI 2002, p. 250). Se o problema são os homens de cor, que a ciência de sua empiria tão sofisticadamente inferiorizou, coube a homens como João da Cruz e Souza questionar de forma nobre, com sua poesia, a *estranheza débil destes evolucionismos despóticos*.

Qual é a cor de minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a de meus sonhos e gritos? Qual a de meus desejos e febre? (BOSSI: 2002, p. 239)

O poeta ao perguntar qual é a cor da subjetividade, nos leva para elaborar também algumas perguntas: Qual é a cor da antropologia física? Qual é a cor do racismo? Qual é a cor do capitalismo? Qual é a cor da morte? O poeta aqui nos suscita a fazer outras perguntas. Ele foi um exemplo de que *nem todas as mentes do século XIX estavam de acordo com o processo civilizatório corrente*, com o guia da *Gaia Ciência*. Precisaria com mais acuidade mergulhar nesse poeta, que nos retira da lama das teorias do século XIX. O poeta João da Cruz, nos demonstra que diante do século XIX, de forma consciente, o negro é o emparedado (BOSSI: 2002 p. 251). Emparedado pela civilização, pela ciência, pela pseudo-humanidade. *É Nina foi saudado por Sílvio Romero, Mário de Andrade e Gilberto Freyre, porém estes desconhecaram este poeta-militante*. E como nos aponta Bossi, ajudou emparedar os africanos com grandes blocos da preconceituosa Ciência que nosso nobre médico higienista-mor tão brilhantemente trabalhou. O que se pretendia era uma *antropologia ou uma antropofagia?* Um *entendimento do humano ou o enquadramento de alguns grupos que não são*

humanos? Não é ficção, mas os EUA nos demonstram através de seus filmes como a *tendência de selecionar na humanidade ainda existe*, persiste e no sentido negativo. Refugiados já são presença forte e tensa a muitos anos no Oriente Médio e na África, é mas *começaram a bater nas portas da Europa, nos mares dos tão civilizados*. O outro sempre nos vem à tona. E daí uma questão ética: o que vamos fazer? Dallacqua nos traz algo bem tenso para perceber essa necessidade de ***naturalização criminal do negro tão forte em Nina:***

(...) a sobrevivência criminal é, por outro lado, um caso especial de criminalidade, que se poderia dominar étnica, resultante da coexistência, em uma mesma sociedade, de povos ou raças em fases diferentes de evolução moral e jurídica, de modo que aquilo que ainda não é imoral ou antijurídico para uns, deve já ser para outros (...) (DALLAQUA apud Rodrigues 2008b: N. Rodrigues, Mestiçagem, degenerescência e crime, «História, Ciências, Saúde – Manguinhos» 15, 4 (2008), pp. 1151-1180).

No fundo as teorias do século XIX e XX foram associando biologia e sociedade de uma forma não muito sadia, foi feito uma escolha política ideológica do caminhar científico. ***Raça, ciência e sociedade fundaram uma sociedade do controle, da civilização, do pretense progresso.*** Qual é o melhor tipo de homem que podemos ser? Que tipo de nação queremos? Mais estas perguntas não eram do coletivo, e sim dos grupos que tornaram o Brasil desta forma, profundamente elitista e desigual. Olhando a hereditariedade, eliminar para melhorar, será que somos todos eugênicos? ***Je sui eugénisme. A tendência da intelectualidade brasileira é de um progresso que passa pela eliminação de brasileiros, como entender isso?*** A *mistura racial e o clima* segundo Dallacqua teriam sido fatores para confundir um pouco a cabeça dos *intelectuais brasileiros no conceito de povo*. O que discordamos. *Onde existe raça pura ou cultura pura?* A Europa já comercializava com a África antes dos tais *descobrimientos*. As trocas não são apenas comerciais. Se não foi claro o que é a Europa feudal, senão um emaranhado de culturas bárbaras no cruzamento com romanas e com elementos cristãos. *Se existe a mistura então porque o preconceito?* **Pressupomos uma pureza ariana que nunca existiu. A pureza da raça, necessitava da impureza da raça.** No Brasil não era fugir um padrão, era criar um padrão, que Nina ajudou a exportar.

Como Lombroso teria iluminado Nina, é uma hipótese razoável. O seu *homo criminoso* esta bem estampado em *Criminal Man*. *As trocas entre eugenia e*

antropologia criminal são evidentes. Lombroso tinha sua tese física e hereditária da criminalidade do que vimos até aqui, o crime teria cor ou seria algo ligado à loucura (Cf. Dallacqua p.4: cit. :De Luca 1999: T.R. De Luca). A partir de Olívia Maria Gomes da Cunha surge uma tentativa de entender Lombroso no *entrelaçar entre raça-sociedade-natureza* encontra-se a fábrica de *estigmas criminais* – e que *se trata de uma deformação, é um outro ser, não é humano. Lombroso se debruça sobre o criminoso, e não sobre o crime*. Mas existe aí uma *tipificação de humanos que são mais propensos e outros menos ao crime e a humanidade*. As pesquisas deste italiano ganha vitalidade com outro italiano criminalista Enrico Ferri que entre outras determinantes do *homo criminoso* ganha agora o componente de que o *clima favorece. O clima quente é o dos criminosos*. A busca é dos predispostos ao crime. *Pelo que observamos o crime vai sendo construído como essência dos africanos e dos orientais*. E estes criminosos precisavam de remédios. *O remédio seria o controle e a repressão contra a miscigenação*. O conde Arthur de Gobineau, amigo de D. Pedro II *não acreditava no Brasil*, pois seria impossível devido a nossa miscigenação. Importante aqui trazer Gobineau, pois Dallacqua, enfatiza do conde, através do Andreas Hofbauer – *a relação intrínseca entre negro e criminalidade* (cf. Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, Gobineau, 1855). *Para o Conde o negro já estaria emparedado na animalidade, não caberia aos europeus tentar civiliza-los. O negro por exemplo não daria valor a vida, e teria o prazer de matar, é um sádico, é um doentio. A mistura, o hábito, o clima e a genética – enfim o Brasil era inviável*. Quanto mais se aproximavam da Europa, menos os brasileiros se sentiam brasileiros, e *queriam apagar suas matrizes indígenas e africanas*. Para emparedar um sujeito como criminoso, Lombroso iria utilizar os seguintes elementos possíveis: *epilepsia, sífilis, alcoolismo, barba, tatuagem, impulsividade, tamanho do crânio, hipersexualidade, tamanho dos dentes – e principalmente a cor* (Nina: 2008, p. 1151-1180). *A carne mais barata do mercado é a carne negra*. Um dos remédios contra a miscigenação era a imigração\branqueamento e nas piores hipóteses e como consequência a *criminalização*. Essa *criminalização virá por ociosidade, por vadiagem, capoeiragem, doenças, imoralidades* – por ser *filho da Favela e neto do Cortiço e bisneto da Mãe África*, contudo pelo simples fato de ser negro. *A proposta era retirar o negro da árvore genealógica brasileira*. Este

apagamento seria possibilidade de civilidade. Este Brasil civilizado, idealizado estaria apto a partir da sua garra para abraçar o branqueamento. “*A nacionalidade embranquecerá à custa de muito sabão de côco Ariano!*”, diria o médico Renato Kehl, em 1920’ (Dallacqua: 2008, p. 12). *O Brasil eugênico* permitia a entrada da imigração europeia, e *proibia a africano, a de asiáticos e de judeus*. Aqui caiu o mito do Brasil como um país pacífico.

Nina Rodrigues terá como base para sua teoria o darwinismo social de forma literal como diz Lilian Schwarcz (cf. Schwarcz 2009: 90-103) e a antropologia criminal de Lombroso. Para Nina, este homem de ciência, ***miscigenação seria degeneração, incompatível, portanto com o progresso que o Brasil poderia almejar, ares europeus***. A ciência tinha um papel importantíssimo naquela sociedade que recém se republicanizava. E tornava-se aos poucos o que queria uma *República positiva*. Dallacqua nos lembra, contudo, a importância de Nina ao colocar no campo acadêmico a ***religiosidade afro, mesmo que com desvalor***. Lombrosianamente falando Nina vai desenvolver ***suas teses em busca dos criminosos a partir da craniometria*** (cf. De Luca 1999, p. 139). ***É o auge da frenologia, a atitude criminosa do indivíduo a partir de percepções e medidas do crânio. O antecedente do negro era fatal, África. Já está montado o Homem Criminoso de Nina-Lombroso. Raça, no Brasil é uma questão de penalidade\criminalidade***. Dr. Corre, ilumina Nina com sua obra, *Le crime en pays créoles, 1899*:

O negro crioulo conservou vivaz os instintos brutais do africano: é rixoso, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado à embriaguez e esse fundo de caráter imprime o seu cunho na criminalidade colonial atual (RODRIGUES: P. 49.).

Schwarcz através de Dallacqua nos traz um dado importante onde numa chacina urbana de 1996 no Brasil, ***primeiro prenderam os suspeitos todos negros. Depois prenderam os de fato culpados***. Ou seja, vou além de Dallacqua, 80% acredito que seria nobre demais, 100% do crime é possibilidade de atitude esperado\aplicada pelo negro. É possível que Nina Rodrigues não tenha entendido este aspecto do Juramento de Hipócrates:

Aplicar os tratamentos para ajudar os doentes conforme minha habilidade e

minha capacidade, e jamais usá-los para causar dano ou malefício (Juramento de Hipócrates Utilizado na Faculdade de Medicina da Bahia de 1832 ao Primeiro Quartel do Século XX, e Informações Atuais sobre a Solenidade de Diplomação dos Médicos. José Tavares-Neto).

Ribeiro nos aponta o culto, *Nina faz a interdisciplinaridade entre medicina e direito*. Homem que em 17 anos publica sessenta livros e artigos dentro da temática a que se propõe. Surge então a *Medicina Legal, institucionalização devido ao trabalho de Nina*. Em Ribeiro *constituiu e institucionalizou*. Apesar da sua perspectiva negativa quanto ao *não branco*, ele é um dos pioneiros na antropologia brasileira. Isso nos aponta a obra, *Morte de Nina Rodrigues e suas repercussões* de Marcos A. P. Ribeiro. A pesquisa de Nina influenciava fora e dentro do Brasil. O *roteiro de Nina Rodrigues*, Lamartine Lima uma das melhores biográficas do autor, *nos conduz ao racismo científico e cultural. O científico foi superado, o cultural perdura*. Um adolescente do Espírito Santo, de 14 anos, Ryan da Silva Castro foi espancado e depois executado com 30 tiros, após uma emboscada (Fonte: R7, acessado 10 fev 2016). O resultado é esse. Mas Nina constrói uma rede impressionante onde passa, seja aqui no Brasil, seja na Europa. E suas ideias, corroboram com outras da época, e hoje perduram. Sua obra *Os Africanos*, quase morre com ele, quiçá assim fosse, pois, o desejo é que toda nossa ‘africana ancestralidade fosse destruída. Assim como foi destruída nosso ser indígena. Não era somente um trabalho de Antropologia olhando o presente e o crime. Era também olhando o passado, e desqualificando a África, e olhando o futuro e desmerecendo a América.

A anti-antropologia de Nina se encaixou no que havia de mais avançado aos seus olhos na época de teóricos como Lombroso, Ferri e Garófolos e Lacassagne – para criar uma teoria estrangeira, e tornar brasileiros estrangeiros, ou não brasileiros, e não cidadãos. “Negros, mulheres, crianças, trabalhadores pobres eram os alvos de artigos dos cientistas e políticos” (Renato da Silva: 2013, p. 2): e é estranho que sejam eles ainda as vítimas (também causadores, mas nem sempre) da violência, truculência e exclusão do Estado. Citamos como exemplo uma mulher que no dia de homenagem ao Dia Internacional da Mulher 2016, recebe lá as homenagens, mas é despejada como término do prêmio. Coube a Nina degenerar o Brasil, de maioria negra, mista, era impróprio para o progresso. A nação brasileira, não rimaria com a raça negra. O instrumento de Nina se

destacou notoriamente, a medicina legal – ajudando a construir o grande abismo social que é a marca de nossa desigualdade, e estranhamente, coincidência também do capitalismo. Mentalmente temos uma evolução diferente, mas não seria algo de natureza para o autor que vemos aqui. “Uma análise histórica social, realizada mais profundamente em 1939 por Norbert Elias em seu Processo Civilizador” (Renato da Silva: 2013). Nina estabelece uma relação tênue entre a evolução racial de um povo e sua criminalidade – o que faz a seu favor. “Raimundo Nina Rodrigues na sua análise, utiliza a teoria da seleção natural dos povos contra a vontade livre do indivíduo” (Renato da Silva: 2013). Nina destrói o cativo, sua individualidade, sua luta por direitos, sua capacidade. E em nome de um projeto científico de nação constrói a raça que substitui o indivíduo. E a partir da raça, ele cria um ‘tribunal moral’, a ciência antes perseguida, agora torna-se inquisidora. E para ele não importará o livre-arbítrio de Tobias Barreto, o determinismo seria o fundamental. A ‘culpa’ seria da própria natureza – a seleção das espécies ergueu o branco civilizado e fez submergir o negro degenerado. A igualdade das raças na legislação brasileira, merecia aos olhos de Nina um combate científico. Vamos além de nosso autor da Unigranrio, acreditamos que Nina propõe a responsabilidade penal e mais a social, condicionando as Classes Perigosas. Seguindo a pseudociência da época Nina acredita como Lombroso que o delito é natural, no caso brasileiro nas Classes Perigosas, “Para Lombroso, o delito para os selvagens seriam a regra geral. ” (Renato da Silva: 2013). Nesse sentido o crime é natural, hereditário e racial (afrodescendente). É interessante e necessário observar que por mais que insistisse num caminho eugênico para o Brasil, diferente de Silvio Romero pró-branqueamento, Nina não via futuro para o Brasil. A tese de Nina é que seríamos no máximo (no mínimo) mestiços. Devido ao seu determinismo histórico, Nina defendida penas diferentes para negros e índios pois, estariam mentalmente atrasados. Sendo atrasados biologicamente, seriam também atrasados em sua cultural, intelectualmente e politicamente. Desta forma, jamais teriam direitos da cidadania. O direito teria errado, o propor a igualdade, pois índios, negros e mestiços não seriam tão iguais aos brancos civilizados assim. O que o autor chama de ‘consenso científico’, chamamos de ‘senso comum científico’ quanto a questão da raça e de suas impurezas na proximidade com a África. Se nem a educação salvaria este país, aos mestiços

restaria então a repressão e ao lento extermínio.

A sua preocupação era a saúde\doença. Mas ao colocar isso no campo antropológico e sociológico, ele acabou ajudando a transformar de uma certa forma a negritude e a mestiçagem em doenças.

(...) quando querem transformar.
Dignidade em doença
Quando querem transformar
Inteligência em traição.
(Legião Urbana; www.lettras.mus.br)

O Doutor ‘Farinha Seca’ (apelido que recebeu Nina Rodrigues) era contra a alimentação popular, seria também contra as Classes Perigosas conseqüentemente. Em 1890 o doutor propõe a ‘antropologia patológica’, para emparedar os afrodescendentes. Era preciso justificar, para controlar. Paralelo a publicação do primeiro livro: *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, em 1894 Nina, de homenagem aos brancos (Lombroso, Ferri e Garófalo) e desconstrução do povo negro brasileiro, lança também seu primeiro artigo internacional na França “Nègres Criminels au Brésil, em uma revista de Lombroso. A institucionalização do negro no pós-abolição tornou-se um processo de criminalização do afro-brasileiro. A autopsia do Brasil, desnudou a nossa capacidade científica de negação do outro, o nosso investimento contra o próprio Brasil. Aqui nos aproximamos da obra de Mirim Leitão que trabalha os dos entraves do Brasil a escravidão e a Ditadura – onde podemos deduzir que a diáspora negra, dos navios tumbeiros dialoga com as prisões e repressões da ditadura, ou da ‘democratura’. Precisamos criar este conceito para entender os tempos de hoje, onde a som de bala produzimos esta tese. A tortura, a repressão, a matança dos afrodescendentes – talvez tenha até se intensificado no pós-escravidão, pois ali ao menos poderiam ser escravizados. No Brasil republicano não existe espaço para o negro, somente uma cota, para quem é maioria do país. É democracia no nome, mas no mínimo é ditadura, no máximo uma oligarquia – governo dos favores e não dos direitos. Sua medicina legal, enquadrou, emparedou o negro brasileiro, e o pobre por proximidade. Falar de questão racial no Brasil, é ainda falar de questão social. Um pesquisador atento somente ao

racismo institucional e científico construído por Nina poderia passar despercebido, que para falar do negro, mesmo que para depreci-lo, ele passou pelo negro, se debruçou empiricamente, tendo então um material ótimo – inclusive sobre a história oral baiana, elementos da pesquisa dele. Estas pesquisas segundo o artigo que analisamos rendeu a Nina até o apelido de ‘negreiro’. Algumas obras nem traduzidas do francês, mas apontado para o objetivo principal de suas obras – a raça africana que degenera o Brasil. Mas Nina já havia transformado a ciência em ideologia: “A frase famosa é:

Para nos servir da expressão de Tylor, ou melhor, da expressão consagrada na Costa D’África, pode-se afirmar que na Bahia todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se tornarem negras (RODRIGUES, 1935. p.9).

Correa, ainda nos propõe diferente, que ao colocar a histeria entre outras doenças como algo tão próprio da mulher negra, e ali no caso baiana, ele não deixava de ao mesmo tempo ressaltar a importância destas mulheres para essas sociedades, e muitas delas mães-de-santo. O que seria por exemplo da Baixada Fluminense sem suas mães solteiras?

Nossa reflexão aponta no sentido dos estudos de *Reflexos da obra de Nina Rodrigues no pensamento social brasileiro por Elaine M. e S. liveira Karine Dutra Rocha Viana Nathaly Pereira de Oliveira*. Pois entendemos também a relevância de Nina ao colocar o negro no debate e no pensamento social brasileiro. Porém acentuamos que o boletim clínico será forense, a análise científica vai ser míope, a perspectiva social – excludente e catastrófica para a sociedade brasileira até hoje. A antropologia do negro é uma antropologia criminal\penal. A degeneração brasileira, teria sido testada no ‘laboratório’ que Nina fez na Serrinha. O crime, apesar da possibilidade de cultura do negro, não o faz melhor, pelo contrário – é entranhado no negro, em seu sangue, e seus olhos – a cultura do crime é do negro.

Tudo isso ajudou a formar a ‘**onda negro e medo branco**’ *O negro no imaginário das elites* — Século XIX Celia Maria Marinho de Azevedo, onde a nosso ver essa prática perpassou o haitianismo, abolicionismo, trabalhismo, movimentos negros e as cotas de hoje – cotas para universidade, para o crime, para a cadeia, ou para a morte. Este medo ao nosso ver não ficou preso ao século

XIX, era anterior, esta já no pisar da ‘conquista exploratória e expropriadora’, está nos riscos de haitianismos, de palmares, de canudos – homens pretos de hoje e de sempre que assombram as elites – então, foi fácil transforma-los em 111 homens pretos mortos pelo Carandiru, e persegui-los porque enfiam a Candelária, UPP neles, até nos perguntarmos onde está o Amarildo. A questão é que era para ele não estar, somente isso, desejo de Estado, fecha aspas eurocêntrica. Fazendo um tour pela obra Onda negra, medo branco, percebemos, algo interessante quanto a nossa pesquisa – e o que está forte em Nina – pois a empiria dele ajudou a tornar científica a nação que se queria no Brasil. A imigração precisava ir buscando aos poucos o tipo ideal para o Brasil, o que segundo Nina, também estaria fadado ao fracasso como nação, devido a intromissão do ‘vírus negro’. Entre o perigo amarelo, e o medo negro, a salvação foi branca. A cidadania do pós-abolição é a repressão para a ordem. A repressão veio pelo aparato policial, pela decisão de Estado, pela orientação do racismo científico. Quando um grande arquiteto jornalístico nós lançamos novamente neste debate e diz que estamos querendo hoje criar uma ‘nação bicolor’, resta-nos dúvidas sobre o que se reflete, e voltamos aos debates dos cientificistas como Nina, que criam o racismo de laboratório, hoje o racismo midiático. Poderíamos ser outro tipo de nação, mas que me perdoe Ali Kahmel “somos todos racistas”.

Uma contribuição de ROBERTO DA MATTA, antropólogo:

No mundo ocidental, partindo de determinados pensamentos filosóficos, intelectuais e históricos, a gente tem essa ideia de que as coisas têm uma essência, elas não mudam. Então, existe essa ideia de que se misturar um negro puro e um branco puro dá merda. Não é verdade. E o Brasil é prova de que não é verdade. A lei é importante porque ela alerta. Minha visão do Brasil neste momento é pessimista. O racismo, na maioria dos casos, é inocente, acontece no dia a dia, em casa, com os filhos, com os amigos. Mas tem de punir, sou favorável à punição. O preconceito não acaba e ele se torna incontrolável. Já fui vítima de preconceito no sul dos EUA por ser latino, em 1963. O Pelé ao lado de um negro pobre é branco. (Reportagem assinada pela Globo, acessada no dia 12 de março de 2016, 12h45: Vítimas de preconceito, antropólogos, artistas respondem: o Brasil é racista? <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/vitimas-de-preconceito-antropologos-artistas-respndem-o-brasil-e-racista.html>)

Do Preto ao Branco: uma contribuição de Ricardo Cesar Rocha da Costa. O branqueamento era totalmente interessante aos olhos dos filhos da elite

brasileira que iam estudar na Europa. Seria razoável que desejassem que nos europeizássemos. Neste momento *o casamento da ciência com a ideologia racista será salutar* para tais propósitos. ***A ideia de raça, é justamente para compreender a diferença com superioridade e inferioridade***, uma instaura conseqüentemente o outro. Exportaremos a nata do pensar da civilização, século XVIII e XIX, com *Gobineau aprendemos a classificar*. Com Lewis Morgan dividindo a *humanidade em estágios*, uma espécie de castas, estamentos: ***selvageria, barbárie e civilização*** (Cf. Ricardo Cesar Rocha da Costa, 1995, p.1). Lapouge nos aponta que uma nação negra brasileira seria o retorno para a barbárie (Cf. CARNEIRO, 1995, p. 22). ***O objetivo era que a população negra pudesse desaparecer*** no apagar da construção da cidadania e da civilidade brasileira. ***Quase 60% da população brasileira em 1872 eram negros.*** Ou seja, *o Brasil era um potencial Haiti*. Isso estremeceu as classes elitistas. Ricardo Cesar Rocha da Costa nos surpreende ao dizer que mesmo um abolicionista como Joaquim Nabuco, não se preocupava com este Brasil tão mestiço. *O problema do negro já estava sendo colocado pelos abolicionistas*. No pós abolição Silvio Romero reclama um lugar para o negro da construção da identidade nacional. *Kabele Munanga, não se furtará em analisar o processo eugênico de embranquecimento do Brasil*. Para Munanga *essa marca eugênica embranquecedora e desumana continuou presente no inconsciente coletivo brasileiro*. ***O branqueamento físico não se efetivou, mas sua versão ideológica nos atinge ainda hoje***. Nina Rodrigues diante de Munanga, seria uma espécie de *pessimista científico*, pois sua tese apresenta um Brasil mestiçamente inviável. João Batista Lacerda acreditava que o mestiço seria superior ao negro, mas aguardava um melhoramento via branqueamento. ***Vale dizer, e isto encontramos forte em Dallacqua e em Ricardo Cesar que a Eugenia era um movimento intelectual\científico\político internacional***.

No Brasil o movimento esfria, com um de seus representantes fortes Monteiro Lobato, quando entramos na 2ª Guerra Mundial. *É o alvorecer do século XX, das guerras que calaram a paz, mas também calaram projetos contra a vida*. É o tempo em que entra bons ares de ***Franz Boas entre outros que rejeitam a inferioridade\superioridade étnica***. Segundo Munanga Oliveira Viana o Brasil corria a passos talvez não lentos para uma *arianização*. Nesse ritmo no século XX instauraremos o mito da democracia racial. Com o apoio de *Gilberto Freyre*

que nos falará de nossa harmônica mestiçagem, sementes de nossa *democracia racial*. E mais que isso, imaginamos, também no Brasil que vivemos uma divina democracia social.

O *século XXI se descobre como negro*, com possibilidades que levam por exemplo, Barack Obama ao poder na capital financeira do planeta, EUA. Momentos na ONU contra a *homofobia, xenofobia, racismo* vão dar impulso a esta luta. No Brasil, *surge forte a questão das cotas, aumenta a consciência em torno de Zumbi como herói nacional*, a Lei 10639 e a marcha pela tolerância religiosa. É lógico que passa ao lado e em branco, ou seja, pouco se fala, na luta contra o genocídio da juventude negra no Brasil, iniciativa da CNBB\PJ (2009 até 2011), e também da Anistia Internacional. Quando falar de Raça, estarei falando de cultura (Café Filosófico - Raça e Racismo no Brasil contemporâneo com Carlos Medeiros).

O profeta do racismo Goubineau: O profeta do megaracismo de Goubineau, já traz uma auto-condenação para a América Latina. Não sabemos se isso explicaria, no caso brasileiro, *o medo de crescer, de ter autonomia, de copiar os outros e uma população com uma profunda baixa autoestima*. ***Goubineau nos dá a sentença final, devido a nossa mestiçagem***. O que outrora será resgatado pelos inventores do Brasil como Gilberto Freyre e os democráticos da raça, num sentido mais positivo, volta em Ali Kamel, *Não somos todos racistas*. Essa é uma forte questão para o Brasil, combater o racismo, sendo racista? Falar de racismo é ser racista? Falar do valor do negro, é renegar que todos são iguais? *A América Latina traz então um potencial de não-humanidade*, o que interessadamente um absurdo. O debate é quente o naturalista Jean Louis Armande de Quatrefages de Bréau, representa uma *mestiçagem positiva*, ressalta sucessos a nosso ver econômicos da *mestiçagem paulista*. Mas prevaleceria no pensamento o *profeta pessimista* Goubineau o que se aproxima de Gustave Le Bon quanto ao *destino miserável dos sul-africanos*. Gustave Le Bon tinha uma tríade da sua psicologia a favor do racismo: *superioridade racial, comportamento de manada e psicologia de massas*.

No *Homo Serrinha* percebemos que a mestiçagem atrapalha um pretensão progresso civilizatório. As *causas degenerativas* são objeto da pesquisa de Nina, debate eugênico que ele não tenta fugir. Ele encontra em primeiro lugar uma

população ao menos digna de algo diferente no Brasil, a Serrinha. *O olhar mesmo que tentando positivar é eurocêntrico – são categorias depreciativas: primitivos, indolente, não trabalhador, vida nômade, povo semibárbaro.* Seguidamente percebe ainda *pintando com a mesma tonalidade este quadro de indiferenças: vida nômade, largado ao cotidiano, desestimulado para o trabalho, baixo espírito empreendedor, e de progresso quase nulo – esse é homem da Serrinha.* Partimos **do mito científico da Degenerescência ao Homo Criminoso.** A proposta do pesquisador aqui é acentuar os efeitos do cruzamento nesta população *tão acentuado: – decadência, esgotamento, doenças mentais/psicológicas/físicas.* O laboratório de Nina irá concluir assim: “Ela compreende perto de seis gerações e demonstra, com uma eloquência indiscutível, os acúmulos notáveis de tara hereditária degenerativa.” (Rodrigues: 2008, p. 1155)

Ele a partir de sua *análise neutra* vai naturalizando conceitos que define como *tara hereditária* no conjunto maior algo que perpassa um *ser decadente*, uma *família sem futuro*, uma *sociedade sem destino*. Tudo decaí na fonte do além do *decadente e alcoólatra. E na naturalização da territorialidade da Serrinha como lugar de histeria.* Trafegando entre os tipos por ele delineados Nina encontra o tipo indígena, e o tipo pardo, quase branco, mulato claro, escuro, negro. Ao nosso ver uma *forte necessidade de negação de cor/etnia na própria linguagem*, a partir do que se considera como tipo ideal, o padrão. Para ressaltar os *seres não-seletivos e fora do padrão quanto a psique*, o autor coloca ao lado da pouca histeria, o auto índice de epilepsia o que é caracterizado como *excessivamente frequente*. A desconstrução do outro em prol de um tipo ideal para o progresso – tem este forte caráter de negação de sua possibilidade de ter saúde, como também de sua dimensão física, sua corporeidade negada transformada em *monstruosidade e anomalia*. O que fica comprovado na mulher melancólica que ele define *ter dado à luz um monstro com hipertrofia*. Surge a *melancolia* e também a *alienação* compondo estes *tipos degenerados*. **No seu laboratório nesta observação fica evidente a negação da afroancestralidade, o desterramento perene destes filhos da diáspora negra:** “M..., negra, 30 anos; histeria, delírio de possessão demoníaca há meses. Antecedentes: descobri que ela descendia de pais africanos filiados à seita ioruba” (...) Rodrigues: 2008, p.1159

Sobre a Serrinha: “Ora, não podemos negar que nossa tábua genealógica

principal demonstra com eloquência a grande influência da hereditariedade consangüínea sobre a degenerescência da população de Serrinha(...)" Rodrigues: 2008, p. 1161.

Ora estão os moradores da Serrinha *condenados a um vale de lágrimas* e a um *sangue impuro que os torna imperfeitos diante da humanidade*. Cita-se Lacassagne, o principal fundador nos campos da jurisprudência médica e penal de antropologia. Ele era um especialista no campo da toxicologia, e fez uma análise de manchas de sangue. Fez uma relação pioneira na pesquisa das marcas de bala e sua relação com armas específicas.

A degeneração é hereditariamente adquirida - o peso moral que se atribui é algo extremamente doentio com suas classificações como *filha adúltera* ou *marido louco moral*. A mortalidade da Serrinha é fruto dos cruzamentos raciais complexos. ***O cruzamento é o estragar da humanidade***. O cruzamento entre raças antropologicamente diferentes cria seres mais fracos para a sociedade. Quanto *mais próximo da negritude, maior será a monstruosidade repugnante*. Até o mestiço, é um *mais ou menos*:

O eminente Barreto, um de nossos mestiços de maior valor intelectual, levou sempre uma vida desregrada e morreu em consequência dela. Um de seus críticos (Araripe), antigo discípulo dele, observa, falando de seu lirismo como poeta, que ele se ressentia da incurável lubricidade da raça negra, à qual pertencia. (RODRIGUES: 2008, p. 1163).

O que está se criando a partir destas análises são ***tipos morais e físicos de acordo com as relações de poder, e espaços de poder, que se quer inferir na sociedade. Vemos sementes importantes da institucionalização do preconceito e do racismo***, as mesmas razões que estão na desigualdade social, como observa Jesse Dutra. A ciência antropológica instrumentaliza o preconceito necessário para a sociedade eugênica que se queria construir. Para criar o *a priori* puro, foi necessário fabricar o *a posteriori* impuro. ***Ao enfrentar as diferenças, a ciência se aventurou em tratar a questão racial como causa científica, motivo de doença. E depois será caso de polícia.***

Entre poligenia e monogenia restou a eugenia. Falar em raça é desconstruir a cidadania, como nos propõe Lilian Schwarcz. ***E como a***

raça\mestiçagem virou um espetáculo, coube a ciência reger esse espetáculo, e propor uma doença, e um remédio. O debate sobre raça prescreveu a necessidade de afirmações da racionalidade que se quis na branquidade. (Ware, Vron. (Ware, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo Ramayana Lira). *O direito, cede lugar ao privilégio.* Em pleno momento contemporâneo retornamos ao *sangue azul dos nobres*, agora *Olhos azuis*, importante filme de Jane Elliot sobre discriminação racial, nos EUA. O trecho que citamos agora nos interessa quanto a *questão da criminalização, um outro fator destes monstros humanos:*

Se a violência, e até a impulsividade inata das raças inferiores, deve exercer uma influência decisiva sobre a qualidade dos crimes, pode bem não ter nenhuma influência sobre sua quantidade. (RODRIGUES: 2008, p. 1167 *Mestiçagem, degenerescência e crime.*).

Spencer vai ressaltar uma *predisposição interna dos americanos quanto a um organismo inferior: apatia extrema.* Prosseguindo o *olhar para a Serrinha Nina encontra poucos fatores de violência.* Na ausência de dados utilizará por comparação e conclusão o que retira dos estudos de Flaix, Kocher, Bertholon, Lorion, Gentini entre outros *para criar um universo perigoso nos EUA, Argélia, Tunísia, Conchincina, México até chegar ao Brasil.* Existe neste universo perigoso a predominância de um *grande mal da cor, e o crime se naturalizará neste ethos.*

Observa-se um desejo no texto de interligar o que se naturalizou como *degenerescência no caso da Serrinha e que isto tenha influenciado na criminalidade do local, mesmo que tenha um menor número.* Mas se trata também de naturalizar a criminalidade, que seria própria também destes tipos. Tenta-se construir mesmo na micro-experiência da Serrinha o que se pressupõe universal: *conduta a perversidade congênita.* E a prisão vem para lapidar o sujeito que não tem mais jeito. *Aqui já se chega ao absurdo do criminoso nato e do criminoso de hábito.* Isto se trata ao nosso ver do processo de naturalização da criminalidade inerente a africanidade. A questão era encontrar uma *anomalia importante*, o que por outro lado reforçaria a normalidade do branco.

É interessante, observar a preocupação da análise bem minuciosa, para tornar científico o racismo, *um negro muito preto* o que traz já elementos de

debilidade, violência, entre outras deficiências. *A própria negritude a nosso ver foi transformada em doença.* Não é uma análise, é uma pseudo-análise.

Ao observarmos os *Africanos no Brasil* notamos a seguinte questão: *o Africano, em essência é um criminoso?* A criminalidade entranhada na etnia no texto *Africanos no Brasil* Nina tenta nos colocar a questão conceitual e diferencial entre *atavismo e sobrevivência*. Para ele *o atavismo – é fenômeno orgânico de acumulação hereditária e não linear. A sobrevivência é do campo do ‘domínio social’ e por sua vez é contínuo. Estaria a sobrevivência ligada a temperamentos e qualidades morais (no caso do negro sempre falta de qualidade).* O instrumental não é para análise do humano, é para a desqualificação de um grupo humano, é um salto científico para a desigualdade. Nina Rodrigues irá contra Tobias Barreto para *corporificar, naturalizar e tornar normal no africano negro na perspectiva da criminalidade*, após todos esses processos de degenerescência (cf. http://www.cdpb.org.br/barreto_parte_1.pdf, acessado 04 de junho de 2016).

Ao falar de sobrevivência ele irá compor o conceito de criminalidade étnica – e é lógico que a etnicidade que se quer inferir é a do afro. O lugar das *raças inferiores* é o crime. Essas raças são contrárias à ordem social branca, o que reclama Nina desde 1894, ano da publicação, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. E a justiça não poderia servir as ‘raças inferiores’, o que muitas vezes acontece, o que Nina aponta como ‘imoral’ e ‘anti-jurídico’.

Nina encontra a criminalidade entranhada na religião. O crime está no negro, e é do negro, é algo elevado, estando presente também na sua religiosidade. *O Talião é usado como elemento de explicação para inserção destas raças no mundo da criminalidade.* É, mas a cultura não passa pelo sangue (Cf. L. Karnall - <https://www.youtube.com/watch?v=STLKQPcZ40s>). Sobre o Talião, Nina traz Letourneau: De fato, na África o Talião teria grande poder. “é sempre a grande lei e muitas vezes executado diretamente pelos interessados” (Letourneau apud. Rodrigues: 2010, p.301).

Ao nosso ver um caso do Senegal é utilizado para universalizar as raízes africanas da criminalidade e da crueldade. Com base, segundo análises em 1887 três ladrões tiveram suas mãos cortadas para serem entregues ao governador. ‘O

sofrer pela parte que pecou’ – do talião africano seria aqui no Brasil bem empregado no sentido de que ‘a não adaptação’ do negro ao ‘mundo civilizado’ seria uma aplicação do talião pelo próprio negro ao se autoculpabilizar por sua não adaptabilidade. Por isso é degenerado, é criminoso, é subcidadão como observamos no primeiro texto de Nina Rodrigues. Empiricamente os casos são apresentados como eficácia e *explicação da barbárie negra: das mãos que bofeteiam, serão estas as cortadas. Mas seria o ‘olho por olho, dente por dente’ todo e único condutor da cosmovisão e da moral das Áfricas e dos filhos da diáspora africana?*

A criminalidade entranhada no conceito de propriedade. Surgia uma análise de que *a propriedade poderia ajudar a gerar também um criminoso*. É estranho que *a despeito de naturalizar a criminalidade do negro, e potencializar sua natureza para isso, se congelou as atitudes morais do homem branco, isto é o que: um cinismo científico, um empirismo pálido?*

O conceito do direito de propriedade das sociedades africanas dá, ao nosso ver, a justificação moral de grande número de crimes praticados pelos negros brasileiros. (RODRIGUES: 2010: pg. 302)

Observamos, até aqui em nossas pesquisas, que o mais importante *não é entender o crime, e sim tipificar o criminoso*. E este criminoso por sua vez será salutar que seja de uma *cultura decadente já desde sua nascente*. A criminalidade está entranhada nos Filhos da Diáspora. Nina quando está analisando o capítulo VIII, nos traz uma importante reflexão:

Apenas nos preocupam aqui aqueles povos negros, que, pelo número de colonos introduzidos, pela duração da sua imigração, ou pela capacidade e inteligência reveladas, puderam exercer uma influência apreciável na constituição do povo brasileiro. (RODRIGUES, 2010: pg. 288).

Em nosso ponto de vista, cabe discordar, pois o que acontece não é uma imigração dos afros, para o Brasil, é uma diáspora- vinda forçada, é uma troca comercial. Ao observar o Brasil Colônia e suas correlações com a cultura afro, para Nina é evidente e incontestável a inferioridade destes *novos bárbaros*. Eles são *transitórios e remediáveis*. Do habitat físico e de uma pretensa moral que se criou, surge um status, um ethos da negatividade humana, ao olhar estes grupos. A

questão é de parâmetro. Eles não chegam, nós é que somos civilizados, humanizados, cristianizados. Cria-se a sua imagem em detrimento do ‘outro’. Existe segundo estes cientistas uma incapacidade orgânica que irá fundamentar todas as outras. Uns por exemplo irão dizer:

(...) seria a ossificação precoce das suturas cranianas que, obstando o desenvolvimento do cérebro, se tornaria responsável por aquela consequência. (RODRIGUES: 2010: p. 289).

Nina concluirá de uma forma mui evidente ao dizer que eis aí a causa-razão, como um vício-fundador para os afrodescentes serem incapazes de chegar no patamar cultural de qualquer outro povo, e, contudo, na pior das hipóteses, e por ele defendida, nem cultura criar ou possuir. Estariam os pretensos ditos atrasos do intelecto físico e mental do povo negro atribuídos a *patologias verificáveis*. Mas não seria por si só questionável. Mesmo que se desconfie disto cientificamente, por outro lado se sustenta que cabe a estes povos: *a idiotice e a imbecilidade*. Como é um absurdo se escutar falar hoje em ‘cura gay’, na época o que se pretendia se possível seria uma ‘cura negra’ – a ciência não é mito, mas também tem seus absurdos. O empírico demonstrou:

(...) como era de esperar, que atraso cerebral e precocidade craniana se subordinavam ao mesmo vício degenerativo, tinham a sua causa comum na mesma anomalia evolutiva (...) (RODRIGUES: 2010: p. 289 – 290).

No tópico III deste artigo de Nina, a nosso ver chega ao *ápice da barbárie intelectual: impossibilidade do futuro da civilização negra* – restaria, contudo, ao povo negro estar mergulhado numa eterna e irreversível selvageria (Cf. Rodrigues: 2010: p. 290). O auge da raça branca e de seu auto grau de evolução, colocaria o ‘africano’ no mínimo, aqueles um pouco mais à frente no patamar da ‘medievalidade’, aqui Nina se apoia em Beranger Feraud. Não significa, contudo, continua o texto, na sua bela *teologia das raças* que jamais o negro herdaria o ‘culto povo europeu’. Desta forma não virá a ‘maioridade social’ desses povos. Acreditamos que aqui a inferiorização do negro se trata de definir o lócus do poder:

Os extraordinários progressos da civilização europeia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. (RODRIGUES: 2010 p.290).

Os outros são ‘retardatários e fracos’ não chegariam a tal avanço. É estranho imaginar como se concebe intelectualmente um ‘genocida’, como é gestada a eugenia, xenofobia – enfim o outro como entrave precisa ao menos ser eliminado, afinal, é menor do que cada um de nós na humanidade. E a eliminação do ‘indígena’, pressupõe que é possível e necessária a eliminação do elemento negro, desde que não sejam mais necessários:

A geral desaparecimento do índio em toda a América, a lenta e gradual sujeição dos povos negros à administração inteligente e exploradora dos povos brancos, tem sido a resposta prática a essas divagações sentimentais. (RODRIGUES: 2010: p.291).

Colocamos em negrito pois consideramos de tamanha importância para nossa pesquisa. **A criminalidade entranhada na mestiçagem: quanto mais preto...pior fica.** O grande teor de mestiçagem a lá brasileira poderia corromper uma pretensa brasilidade. E o elemento negro entraria numa potencialidade de inferiorização do futuro brasileiro. O texto somente comprova o contrário de um pensamento no mínimo ético, um caminhar teórico especulativo, sem base experimental para provar o quanto o negro é incapaz – o que já se supõe como evidente, o movimento é apenas de aceitação dos fatos que se querem criar. Mas que fatos são tão dignos de ao mesmo tempo enaltecer a branquidade, e esquecer-apagar o que a negritude fez de humanidade? No mínimo como eles mesmo vão argumentando, foi uma pequena ‘queda medieval’ dos africanos, que também só chegaram até ali no estágio humano. Ser diferente, se construiu como ser indiferente. *A escravidão africana no Brasil, trouxe este problema, o risco de se aproximar demais da ‘incivilidade negra’, e ficar mais longe da ‘potencialidade branca’.* Que projeto de nação será o mais interessante? E que projeto de nação ao longo dos séculos será formada no Brasil? Contudo aponta o texto a inevitável mestiçagem não apenas brasileira precisaria medir o que ficará de não civilizado, devido a intromissão na sua composição do elemento ‘arcaico negro’. *De fato, fica evidente nestas veias expostas o negro como problema, ou ‘o problema do negro’.* É acentuado nestas questões mais um elemento de desconstrução da

‘natureza\condição negra’ (conceito nosso), é a morosidade africana, elemento que não permite ao negro avançar. ***O que se define como ‘ponto fraco dos negros’: a morosidade.*** Uma desconstrução do negro foi um projeto de ‘não nação’, pois o próprio negro seria um atraso a nação e ao progresso branco.

(...) se o futuro do Brasil dependesse de chegarem os seus negros ao mesmo grau de aperfeiçoamento que os brancos, muitas vezes se poderiam transformar antes os seus destinos de povo, se é que algum dia se houvesse de realizar. Ocorre, portanto, demonstrar que de fato nessa morosidade reside o ponto fraco da civilização dos negros. (RODRIGUES: 2010, p. 292).

Neste sentido a tese de Nina, aqui parece encontrar seu centro o de comprovar que a impossibilidade da civilização brasileira se deve a sua mestiçagem e seu componente de ‘não civilidade’ do negro. Nina Rodrigues para fundamentar sua in-civilidade negra, ela se fundamenta em Ellis.

Como resultado de todas estas influências desfavoráveis, a energia de todo o povo degenerou em indolência e gozos sensuais e para sair desta situação serão necessários séculos, porque a natureza exerce sobre o desenvolvimento do ser humano uma influência soberana que é tanto mais poderosa quanto mais próximo se acha o povo do estado primitivo, pois nas sociedades civilizadas vai-se aprendendo gradualmente a combatê-la. (RODRIGUES: 2010, p. 292)

O atraso a partir do padrão branco é tamanho, que o olhar narcísico branco só consegue olhar a si mesmo, de forma que nem mesmo uma possível o ‘melhoramento da negritude’ fosse possível. Existe algo de um humano já acabado no homem civilizado europeu, é uma essência. ***Estes homens de ciência entraram na filosofia e criaram uma mitologia da humanidade.*** O avanço tecnológico do homem branco em tese o civilizado, trouxe-lhe uma nobre cegueira, o contexto foi favorável para construir desigualdades não naturais, para tornarem-se naturais.

Contudo, em tudo isto vemos efeitos de condições externas e não há razão para supor que originalmente as raças brancas possuíam capacidade mental superior à das raças negras. (RODRIGUES: 2010, p. 292)

São, os da raça branca, melhores em tudo: até mais felizes. Eis que o cristianismo é deles. E dá um nó quanto a possibilidade de o cristianismo ser civilizador ou não para o negro. Mesmo o cristão negro, na perspectiva de Ellis nada é de ‘humano’. ***Tornaria então o negro o cristianismo impuro, devido ao***

‘baixo nível de cultura mental’. ***O interessante é que para Ellis é possível até ‘mensurar’ a distância entre a civilidade branca e a não civilidade negra, que seria de apenas 2000 anos.*** Existe o pressuposto de fundamentar o que é, e o que não é civilidade. A própria presença do negro no cristianismo seria um ‘rebaixamento do elemento espiritual’ – pois seria dado a quem não tem condições de receber. A raça, no entanto, ao conjugar-se com *civilidade encontrará seu acabamento no seu branqueamento, e ao escurecer, é o distanciar-se da possibilidade de civilização.* A civilização é o nome do ponto, que eu dei, aonde eu cheguei. O outro é mero retrocesso. O outro é o ‘eterno bárbaro’.

Um olhar do afroamericano – Os ‘negros mais ou menos’: Com um olhar de distanciamento, visto que não considera o ‘africano’, uma invenção ocidental, Nina também não irá considerar a ‘África’, outra invenção. Não no sentido de positividade. Por outro lado, sua perspectiva é de demonstrar que o elemento negro em ‘terras menos negras’ teria uma possibilidade de um outro grau, como é o caso do afroamericano nos EUA. Dos afroamericanos cita-se um caminho viável para a negritude em Manarini. Mas de qualquer forma é observado em grau de inferioridade: o desenvolvimento civil dele, deixa ele ainda numa menoridade. Manarini, na reflexão de Nina é desconstruído por Morselli que trata da profunda impossibilidade de conexão do negro com a humanidade. O negro biologicamente seria de uma outra ordem – visto que a partir de seu cérebro, seu mastigar é animalesco e sua capacidade de abstração nula. Em qualquer situação de contexto social, nada irá fazer o negro dar passos, devido a sua morfologia e fisiologia. O avanço da civilização do branco é tamanho que o negro que somente chegaria, se aquele parasse. “(...) os Anglo-saxões terão tomado tal impulso que excederão sempre aos seus concidadãos de cor.” (RODRIGUES: 2010, 294-295).

A questão dos negros no Brasil – seria para uma questão mais complexa. Nina nos faz pressupor que a negritude que vem para o Brasil é uma ‘mais avançada, pois é mestiça, é de islamizados – não seria tanto os ‘degradados, brutais ou selvagens’. Continua o olhar darwinista ao propor uns verdadeiros ‘africanos’ e ‘outros’. Ou outros seriam os mais ou menos brancos, ou não tão brancos, seriam mais evoluídos. Do Egito ao ‘negro negado’, ***nasce também uma concepção do Brasil ao ‘negro negado’.*** ***O que se constrói como projeto de nação para o Brasil, e aqui passa pela ciência, é um país que não pode carregar***

a 'cor', a mancha moral do estrago, do atraso, dos degenerados. Os mestiços africanos teriam uma 'desejada superioridade'. Seríamos herdeiros dos mais ou menos pretos e não dos totalmente pretos, se quiséssemos ser algo.

Mas o projeto de miscigenação tinha suas dificuldades: ao analisar aquilo que propôs como o brasileiro ideal, o miscigenado, encontra-se ainda muita dificuldade ainda. Porque este ser é uma mistura, quase que como uma possível experiência. Passível de ter erros. O miscigenado do Pará por exemplo é desconsiderado, por conter muito elemento indígena, está condenado a degradação (Cf. RODRIGUES in *Os Africanos no Brasil*: 2010).

Na obra, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1938) Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: 1938 3ed existe um Nina mais afinado com sua teoria, e com nossa temática. ***Ele faz a confluência das seguintes temáticas – moral, raça e criminalidade.*** É lógico que a tudo isso se refere a uma negação do elemento negro, um antigênero humano, inconcebível cientificamente, provável espiritualmente, indesejável politicamente. A República brasileira é darwinista. O Brasil não tem povo, tem público como diz Lima Barreto. E a raça por si só vai interferir na causa penal-criminal.

O científico-moderno via professor Zino traz mais elementos em relação à '***desconstrução do negro***' – ***conceito nosso.*** Aqui se trata em Zino, por Nina de comprovar a imputabilidade de alguns grupos 'quase-humanos'. A inferioridade intelectual é uma primeira inteligente comprovação. Existe uma certa expectativa quanto a evolução social. Causa estranhamento que a desigualdade social fica aqui tão bem guardada e escondida, na santa ignorância dos doutos.

O darwinismo social impõe, portanto que hereditariedade e adaptação serão pressupostos para civilização, intelectualidade e humanidade, e reforça a naturalização desta sentença arbitrária ao dizer que isto é bem lento, ao nosso parecer uma espécie de preparativo de políticas públicas para os *san-cullotes, para a periferia, os sem voz, sem vez desta vez: os de cor.* Se criam pressupostos de eternizar a escravidão.

Para crer que em um tour de main e recorrendo à força, se pode transformar a moralidade de um povo; é preciso ser missionário. O estado mental de uma raça, seus apetites, suas tendências resumem a vida mesma dessa raça, a série das impressões cerebrais, dos feitos e façanhas de uma cadeia inteira de geração, e para apagar o traço dos séculos, é indispensável uma longa educação, cujo efeito

se transmita de pais a filhos. Dr. Letourneau (Sociologie) (RODRIGUES: 1938, p.48)

E a educação é catequese, e o objetivo é corrigir a moral de povos irremediáveis. E o caso brasileiro das ‘missões indígenas’ é citado como exemplo de êxito. O objetivo é desaparecer até mesmo os ‘bárbaros brilhantes’ no contato com o mais polido, mais civilizado, mais europeu. Existe algo entre o índio e o cristão. É fato, o homem acabado é um destes dois tipos.

A verdade é que o selvagem americano erra ainda hoje nos centros desertos das nossas florestas virgens, sempre refratário e sempre a fugir da civilização europeia, que de todos os lados o assedia e aperta, preparando ao mesmo tempo a sua próxima extinção total. (RODRIGUES: 1938, p.49)

É interessante como se fez ‘ciência do preconceito’, ‘ciência do racismo’

e isso fosse parecer coisa de incultos, de sem espírito, sem no mínimo bom senso: “O estudo das raças inferiores tem fornecido à ciência exemplos bem observados dessa incapacidade orgânica, cerebral”. (RODRIGUES: 1938, p. 51)

Existe a construção do ‘selvagem’ e do ‘civilizado’ – e nesta concepção não pode faltar o componente moral. Cabe-nos indagar: seria isso forte fundamentação cristã dos ocidentais, ou forte ocidentalização do cristão? É interessante observar porque existe uma negação da origem, um apagamento da História, um esquecimento da ancestralidade. O moderno, europeu, o de agora – é o que interessa. A do outro é atraso, é lentidão, a minha é tradição, glória e fundamento. ‘No lugar dos deuses gregos, são colocados os europeus’. Se a África é uma invenção, assim como o Brasil, não deixa de ser também o espírito euroamericano. É preciso zerar estes seres, para permiti-lhes, um mínimo de ‘civilidade’, uma ‘humanidade possível’. ***O fato de existirem raças superiores, e possível aperfeiçoamento do que se entende por ‘eurohumanidade’ caímos numa trama terrível, fundamento de nossas guerras que nunca terminam. O ódio da cor, teve escola.*** Então o que observamos é que Nina percebe a retirada da humanidade no trato e consideração moral dos outros, ‘os não europeus’. ***Faltou para estes homens de ciência conhecer um pouco de Harper Lee, “Só existe um tipo de gente: pessoas.”*** (Escritora norte-americana da obra “O Sol é para todos”). É de épocas diferente, mas gente que tivesse o mínimo deste pensamento.

Evitaram o óbvio. Utilizaram da diferença para fazer indiferença.

Retenhamos, sobretudo, este fato, escrevia Tarde na *Criminalité Comparée*, que a gravidade proporcional dos diversos crimes muda consideravelmente de idade em idade. Na idade média, o maior dos crimes era o sacrilégio; depois vinham os atos de bestialidade ou de sodomia e bem longe em seguida o homicídio e o roubo. No Egito e na Grécia era o fato de deixar os pais sem sepultura. A preguiça, nas nossas sociedades laboriosas, tende a tornar-se o atentado mais grave, ao passo que outrora o trabalho era degradante. Talvez venha ainda um momento em que o crime capital, num globo excessivamente aglomerado, seja ter uma família numerosa, ao passo que outrora a vergonha era não ter filhos. Nenhum de nós pode se lisonjear de não ser um criminoso nato relativamente a um estado social dado, passado, futuro ou possível. (RODRIGUES: 1938, p.57).

Se alcança uma perspectiva evolutiva moral da tribo até a humanidade. Porém se quer que os humanos desprovidos de moral estejam presos à uma primitividade, o que torna natural desses grupos o componente do ‘mal’. Naturalmente criminosos. É provável que os conceitos de moral das religiões - tenha também fundamentado os conceitos de justiça e injustiça. “E daí concluiu-se a abstração do termo justiça, como representando a existência de um sentimento inato (...)” (Rodrigues: 1938, p. 65)

Porém insiste Nina que ao menos etimologicamente a justiça tem elementos de genealogia – o que ele quer perceber como critério de responsabilidade penal. Dependeria a moral do mero ambiente contextualizado (isto citando Spencer):

Para isso, é preciso, diz Tarde (*Philosophie pénale*), que as inclinações naturais, quaisquer que sejam, tenham recebido, em larga escala, do exemplo ambiente, da educação comum, do costume reinante (...). (RODRIGUES: 1938, p. 66).

Nina persiste psicologicamente, como se despreza o outro como possibilidade de ser, então ele não tem consciência dos atos, mas precisa ser punido para que aprenda, existe uma “Tendência inata e involuntária à impulsividade por insuficiência de desenvolvimento psíquico.” (Rodrigues: 1938, p.99). Os positivistas, que são boa parte da cabeça brasileira serão a favor de punir mesmo com a ausência da consciência do crime destes outros povos, outros seres, os não demasiadamente humanos. *O outro é no mínimo comparado a um civilizado com problema psíquico. Eles têm uma impulsividade primitiva, que é a explicação de serem tão violentos.* Existe desta forma um lugar do fraco psicologicamente

devido a seu atraso social e conseqüentemente sua prática antissocial, antimoral.

Deste jeito, nas raças inferiores, a impulsividade primitiva, fonte e origem de atos violentos e antissociais, por muito predominarão sobre as ações refletidas e adaptadas, que só se tornaram possíveis, nas raças cultas e nos povos civilizados; com o aparecimento de motivos psíquicos de uma ordem moral mais elevada. (RODRIGUES: 1938, p. 115)

Ele se debruça sobre a psicologia criminal de índios e negros, para afirmar o irracionalismo de sua ciência. Aqui existe um retorno quanto a ‘menoridade penal do outro’: “Porventura pode-se conceder que a consciência do direito e do dever que têm essas raças inferiores, seja a mesma que possui a raça branca civilizada?” (Rodrigues: 1938, p. 145).

Culturalmente e legalmente, o pensamento de Nina vai ganhando liga. O Brasil miscigenado, contudo traz um problema ao mundo legal e penal. O indivíduo miscigenado tem um conteúdo de imputabilidade, pois não pertence a natureza humana ou ele recebe todas as penas mesmo assim, sendo considerado um sem-consciência. As leis do Império traziam a perspectiva da imputabilidade. E esta imputabilidade em diálogo com a responsabilidade penal pode se agravar ou diminuir. Nina cita que isto encontramos em arts. 2, 3 e 13 do código do império. O Art. 3 por exemplo: Art. 3º Não haverá criminoso, ou delinquente, sem má fé, isto é, sem conhecimento do mal, e intenção de o praticar. (Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm).

Nina busca ter um olhar antropológico e étnico. *E sua perspectiva é de reforçar o mito do mestiço* – o ser brasileiro, a possível excelência, ‘mais numeroso’ e que se faria em detrimento dos outros, exceto os já civilizados. Aqui em nosso ponto de vista a maioria é transformada em minoria: índios, afrodescendentes. Percebemos que existia uma intenção de ‘eliminar’ branquear e civilizar pela mistura no Brasil. Então no Brasil negro\índio, a imigração era ‘remédio’ para o Brasil, a miscigenação uma lavagem cerebral.

Ainda nesta perspectiva cultural, Nina nos aponta a questão espiritual, porém a Igreja Católica em alguns momentos vai contestar isso. Os debates quanto a ‘humanidade e cristandade’ (conceito nosso) dos seres, no tocante o debate iluminista e belo da igualdade é um caso não resolvido, caindo até em matéria ou pressão religiosa:

Da bula de Paulo III, — que precisou declarar oficialmente aos espanhóis, ao contrário do que supunham, serem os índios americanos homens como eles —, até os nossos dias, o senso moral poliu-se bastante, e até com exagero às vezes, nas classes dirigentes e cultas, para que os sentimentos de piedade e simpatia as levassem a considerar ou pregar a igualdade cristã, isto é, humana, e até social do índio. (RODRIGUES: 1938, p. 146-147).

O que provavelmente não tenha avançado tanto quanto a questão da Igreja em relação ao negro. Contudo, quanto aos negros Nina precisou debater com aqueles que defendiam a cristianização e civilização possível como Buffon e Morel:

Buffon, "que os negros crioulos, qualquer que seja a nação de que tirem a sua origem, não conservam dos seus pais e mais senão o espírito de sujeição e a cor; que são mais engenhosos, mais racionáveis, mais astutos, porém mais libertinos e madraços do que os vindos d'África". Morel, que acreditava na possibilidade da civilização e conversão religiosa do negro, considera a degeneração do crioulo um efeito da educação moral que lhe dispensava o branco, e particularmente um efeito da escravidão. (RODRIGUES: 1938, p. 152).

Oração a Mariama – Dom Hélder Câmara - “Mariama, Mãe querida, problema de negro acaba se ligando com todos os grandes problemas humanos. Com todos os absurdos contra a humanidade, com todas as injustiças e pressões.” Dom Hélder 'reclamava e conclamava a Igreja ' a uma maior atuação no campo na luta pelo direito do negro e que seria ao mesmo tempo direito a Igualdade (como se propõe na atual Secretaria de Igualdade Racial). Porém cabe dizer que esta fala (homilia), junto com a Missa dos Quilombos, de 1981 que foi proibida duplamente, tanto pela Ditadura Elitista Civil-Militar 64-85. “A primeira apresentação da Missa dos Quilombos aconteceu no final de 1981, em frente a Igreja do Carmo, no Recife, mesmo local onde foi exposta a cabeça de Zumbi, em 1695, depois de morto em combate no cerco ao Quilombo dos Palmares, promovido pelo bandeirante sanguinário Domingos Jorge Velho. A ideia, até pela data, era celebrar a memória na pessoa de Zumbi da condição dos negros na história desse país” (Cf. blogdobruzo, acessado dia 05 de junho de 2016).

Nina Rodrigues mais legalista, questiona a própria lei, para defender seus interesses, *conseguiu imprimir o 'ser criminoso' no 'DNA da essência do ser' de alguns grupos com esta 'predisposição', e 'comprovados cientificamente'*. Assim

ele, apresenta *elementos em sua perspectiva irrefutáveis que trazem a gênese do mal já presente em grupos supostamente inferiores moralmente, fisicamente e espiritualmente*. Estes atrasos lentos destes povos não poderiam ser desprezados pela legislação brasileira no olhar de Nina.

Ele cita o art. 4 imperial: "A lei penal é aplicável a todos os indivíduos, sem distinção de nacionalidade, que, em território brasileiro, praticarem fatos criminosos e puníveis". (Rodrigues: 1938, p. 101) E continua sua reflexão sobre a *naturalização dos crimes em determinados povos*: "desconhecendo a grande lei biológica que considera a evolução ontogênica simples recapitulação abreviada da evolução filogênica, (...)" (RODRIGUES: 1938, p. 101).

Existe uma impunidade infantil, devido a impunidade mental, a partir de escolhas bem definidas dos sujeitos e objetos sociais. A lei brasileira ao agir desta forma igualizava demais (sempre traz arrepios a elite):

(...) indivíduo das garantias da impunidade por imaturidade mental, criando a seu benefício as regalias da raça, considerando iguais perante o código os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os membros das hordas africanas, sujeitos à escravidão. (RODRIGUES: 1938, p. 102)

A questão não é o crime e a justiça, a questão é quem será o criminoso. E o criminoso, só tem uma cor e maior que antecedentes e descendentes, ele tem toda a gênese da criminalidade. E a lei brasileira era dura, como querem muitos hoje, ao menos na escrita também para 'classes perigosas', mas aqui engloba a título de lei:

Quando escravos, os americanos e africanos, longe de encontrar proteção e benevolência na lei penal, tinham nela o extremo rigor do art. 1.º da lei de 10 de Junho de 1835, que punia de morte não só o assassinato como as ofensas físicas graves cometidas contra os seus senhores. (RODRIGUES: 1938, p. 102),

A questão é reclamar a consciência, ao bom senso – a cota de raça para o crime:

(...) influir sobre a responsabilidade e taxativamente fixadas nos tratados e nos códigos: menoridade, surdo-mudez, loucura, embriaguez, sono? E porque não admitir o grau de instrução e educação recebidas, os metros cúbicos de ar respirado nas pocilgas das nossas grandes cidades, numa promiscuidade horrível de membros nus e sujos, ou nas habitações miseráveis dos camponeses; porque não admitir a profissão, o estado civil, as condições econômicas, o temperamento

nervoso ou sanguíneo do acusado? Por acaso, a liberdade moral depende somente dessas quatro ou cinco circunstâncias taxativas, e todas as outras devem ser compreendidas na expressão vaga de circunstâncias atenuantes, a qual, por sua vez, não é mais do que um compromisso entre a lógica e a justiça? (RODRIGUES: 1938, p. 106).

"Como nos animais, diz Lombroso (Medicina Legale), o delito nos selvagens não é mais a exceção, é a regra quase geral". Evidentemente Lombroso julga aqui as ações dos selvagens, pelo critério de criminalidade dos povos cultos(...)" (Rodrigues: 1938, p.112). Busca-se fundamentar uma pretensa justiça, e ela será justiça desigual devido as condições de selvageria dos outros. A raça vai sendo construída como vilã de uma pretensa humanidade.

A alma do direito, escreveu Ferri, é a igualdade, seja moral e ideal, seja física e orgânica. Se um homem civilizado encontrasse um selvagem dos mais primitivos, entre eles não poderia haver uma regra de direito por causa da excessiva diferença de raça". (RODRIGUES: 1938, p. 114).

O que ser quer é perpetuar a desigualdade. Ao observar civilizados x semicivilizados x não-civilizados – o caso brasileiro destacaria os dois primeiros casos. E estaria num erro pois “igualdade política não pode compensar a desigualdade moral e física. ” (Rodrigues: 1938, p. 115). *Não conseguimos observar está igualdade política, contudo salta aos olhos a insistência no processo de institucionalização e inferiorização do outro. É um projeto político-científico-cultural-pedagógico.*

O Branqueamento pessimista de Nina - contudo o olhar de Nina se desdobra em discordância com tendências do branqueamento do Brasil: “Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Sylvio Romero; não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território do país; considero pouco provável que a raça branca consiga fazer predominar o seu tipo em toda a população brasileira. ” (Rodrigues: 1938, p. 126). Ele cita o sonho do Dr. Sylvio Romero “O futuro povo brasileiro será uma mescla africo-indiana e latino-germânica, provavelmente, se perdurar, como é provável, a imigração alemã.” (História da literatura brasileira, Rio de Janeiro, 1890):

O seu número (dos brancos) tende a aumentar, ao passo que os índios e os negros puros tendem a diminuir. Desaparecerão num futuro não muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros, ou desfigurados pelo cruzamento.

O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir. (RODRIGUES: 1938, p. 128).

Nina observa que Romero colocava no mesmo patamar o mestiço ideal e o branco civilizado, colocando em extinção o negro e o índio, algo que ele não creditava tanto. *O Brasil é um problema de uniformidade etnológica*. E desta forma ele analisa regionalmente este fato, a partir das pesquisas de Romero. Por exemplo Romero “acredita na possibilidade da imigração europeia para o norte do Brasil, afirmando “que o clima do país é todo apto à colonização”. ” (Rodrigues: 1938, p. 129). Até onde teria ‘clima’ para o branco eis a questão? Nesse sentido era o branco ou o negro o inapto? Mesmo discordante Nina cita Romero, o que já prevê separatismos do sul. É o Dr. Sylvio Romero quem responde:

Se o não fizerem (a distribuição dos imigrantes por igual), as três províncias do extremo sul terão em futuro não muito remoto um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável. (RODRIGUES: 1938, p. 131)

O racismo científico tem umas ‘sacadas’ interessantes, de uma ideologia engendradora, partindo sempre do pressuposto comprovável de negação do outro: “o mestiço é a condição da vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do nosso clima”. (Rodrigues: 1938, P. 131). Segundo Nina, não existiu erro na administração deste projeto, mas erros nas condições climáticas do país. Existia um projeto de um Brasil Europeu Civilizado: Por outro lado, não descobro as causas da suposta extinção futura da raça negra no norte do Brasil”. (Rodrigues: 1938, p. 132). Porém estes anseios não sofrem com a dinâmica real das coisas. *Mesmo que o negro avance na sociedade civilizada, isto não era considerado avanço*. Dr. Sylvio Romero tem a declaração formal da sua perfeita adaptação ao nosso clima, ao contrário do pessimismo de Nina:

O negro, diz ele (loc. cit.), é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever: alguns formados em direito, em medicina, ou engenharia; alguns comerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco”. (RODRIGUES: 1938, p. 132).

Mas o negro não se deixou inferiorizar, Nina não conclui isto, apenas problematiza. Até para positivar, ele inferiorizou:

"é sabido, diz ele, que os povos selvagens postos em relação com raças civilizadas, ou civilizam-se, o que é raro, ou extinguem-se, o que é a regra geral. O negro tem desmentido a lei histórica!" (RODRIGUES: 1938, p. 133).

A escravidão como remédio civilizatório, busca caminhos de se perpetuar no mundo livre do trabalho, um de seus artifícios será a própria mestiçagem:

É exato que os numerosos milhões de africanos introduzidos pelo tráfico sofreram uma redução extraordinária. Mas não foi isso obra do clima, ou de uma incapacidade de adaptação, mas tão somente efeitos da escravidão. "As pestes e as guerras fizeram aos índios, disse o autor com muita razão, o que os trabalhos forçados fizeram aos africanos". (RODRIGUES: 1938, p. 133).

A questão era diminuir ao máximo a dosagem do sangue índio e do negro, e tornar-se 'azul' o sangue do brasileiro. ***Mas a base de dados de Nina é imprecisa ao apontar que a negritude brasileira é extinta com a escravidão.*** Apesar do expurgo, ela resiste. O negro era um 'mal necessário' – opção do Brasil colonial-imperial e agora seria necessário em pleno início de República decidir o que fazer com este 'mal'. Com certeza não seria transformar este 'mal' em 'bem'.

Isto tudo prova, parece-me, que o elemento que nos veio escravizado da África, o qual tanto concorreu para o nosso progresso material e para a nossa degradação moral(...) (RODRIGUES: 1938, p. 137)

Não quero fechar este capítulo sem notar — e isto ajudará talvez a explicar a insignificância apontada do elemento africano —, que entre estes e seus descendentes e os daqueles existe, se não ódio, ao menos uma animosidade para a qual não pude até agora achar explicação satisfatória. (RODRIGUES: 1938, p. 138).

Aqui citando Romero, nos debruçamos até que ponto chega a intelectualidade, se pode ser o 'senso comum' culpado de tantos males e ignorâncias, certo para muitos e aquelas ignorâncias produzidas pela intelectualidade – como superar, eis um desafio. Quando se valora o mestiço aqui, não se trata dele em si, mas de seu potencial para europeizar o Brasil. Dois pontos Nina debate em Romero, é sobre a climatização e a conformação física – temas

caros ao seu ver para esse projeto avançar. *Nina nega a diversidade étnica, pluriétnica e multiétnica brasileira. O branqueamento tem um fim, o melhoramento da raça humana.* A civilização, a industrialização, o progresso, o cristianismo tudo o que temos de avanço na humanidade vem de 'nosso branquear', assim nos tornamos melhores. Os outros, no caso brasileiro, índios e afros jamais chegariam a ser civilizados, mesmo os melhores deles.

Para o índio domesticado, para o negro submetido à escravidão, a questão é mais complexa. A resposta depende de saber se a domesticação do índio e a submissão do negro são capazes de transformá-los completamente em um homem civilizado. (RODRIGUES: 1938, p. 147)

Escravizar, submeter para civilizar – eis o processo, ‘mudar a natureza do outro.’ É interessante que no tocante de seu debate **Nina naturaliza o negro como escravo, e esconde a escravidão indígena.** Nem mesmo a catequese cristã levaria o ‘outro’ a civilização, é ainda um degradado. O degradado vive o dilema dos invisíveis, invisibilizados. Existe uma inviabilidade no outro, para civilizar-se: “(...) não cremos que a barbaria de séculos, a barbaria tradicional, possa ser substituída pela civilização, em um dia(...)” (Rodrigues:1938, p. 150). “Tanto é verdade que no Brasil o índio extinguiu-se, ou está em via de extinção completa, mas não se civilizou. ” (Rodrigues:1938, p. 151). *Primeiro o índio não está extinto, em nosso ponto de vista. E depois resta entender o que é civilização. Poderíamos nos nutrir com a ‘barbárie civilizada ocidental? Sofrem do mal que pregaram nos outros.*

Negro, uma patologia social: Nina dialoga aqui com Orgeas. Por sua vez Orgeas (La pathologie de races humaines, Paris, 1886), *trata o africano como patologia – e um exemplo de que não dão certo é o Haiti.* Ele vai encobertar isso com a relação homem-habitat. Nina cita o artigo polêmico de Romero – da negação da África, do mito do Egito branco:

Dr. Sylvio Romero ("A emancipação dos escravos"; Revista Brasileira, 1881): "Não há exemplo de uma civilização negra. A única civilização africana, a do Egito, era branca, do ramo cuschitosemita [sic], e ainda hoje nos baixos relevos e antigas pinturas egípcianas se nos deparam, ao lado dos belos tipos brancos, os seus escravos negros com a mesma fisionomia dos atuais pretos do Darfur... A África esteve desde a mais remota antiguidade em contato com os egípcios, persas, gregos, romanos, fenícios, carios e árabes, e o negro nunca chegou a civilizar-se! Há quatro séculos está em contato com os modernos povos europeus

e continua nas trevas." (RODRIGUES: p. 153)

Aprofundando as pegadas da cota de racismo para a intelectualidade é citado Thomas Henry Huxley, um grande divulgador do darwinismo, na luta pela inferiorização do negro:

Pode ser absolutamente certo, diz Huxley, que alguns negros sejam superiores a alguns brancos; mas nenhum homem de bom senso, bem esclarecido sobre os fatos, poderá crer que em geral o negro valha tanto quanto o branco e muito menos seja-lhe superior. E se assim é, torna-se impossível acreditar que logo que sejam afastadas todas as incapacidades civis, desde que a carreira lhes seja aberta e que não sejam nem oprimidos nem favorecidos, nossos irmãos prognóthicos [sic] possam lutar com vantagem com os seus irmãos melhor favorecidos de cérebro... Nossos irmãos negros não poderão, pois, chegar aos mais altos lugares da hierarquia estabelecida pela civilização, ainda que não seja necessário confiná-los lá para a última classe. (RODRIGUES: 1938, p. 154.).

Fica claro em Huxley o racismo é uma questão de classe também, é uma questão social, é uma questão de arquitetura da desigualdade social. A obra do outro Aldous Huxley do Admirável Mundo Novo, prevê um futuro de pré-condicionado biologicamente e psicologicamente. Na arquitetura social, Nina escolheu pré-condicionar biologicamente. Sobre o processo de invisibilização do negro, o mestiço seria aos olhos de muitos a saída, mas não para Nina.

Se não se conhece, escreveu o Dr. Sylvio Romero (História da literatura, etc), um só negro, genuinamente negro, livre de mescla, notável em nossa história, conhecem-se muitos mestiços que figuram entre os nossos primeiros homens. (RODRIGUES: 1938, p. 155).

Nina tem um desejo vibrante intelectual por esta ‘desconstrução do negro’, e a sua anticivilização no território Brasil. Sendo assim encontra Havelacque. Os negros africanos são inferiores, ele concluiu: “esta questão, — da capacidade de civilização da raça negra —, foi magistralmente estudada e interpretada, com o rigor científico e a isenção de ânimo que requeria, principalmente pelo Sr. Abel Havelacque (Les negres de l’Afrique sous-équatoriale, Paris, 1889)”. (Rodrigues: 1938, p. 155). E desenvolve o cientista, bem requisitado por Nina: “que, por seu desenvolvimento intelectual e por sua civilização, os negros africanos sejam inferiores à massa das populações europeias, ninguém evidentemente pode pôr em dúvida.” (Rodrigues: 1938, p. 156). *Acreditando de fato no darwinismo social*, o

brilhante e neutro diz:

Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos; simplesmente eles pertencem a uma outra fase do desenvolvimento intelectual e moral. (RODRIGUES: 1938, p. 157).

E esta fase, mesmo afirmando nem pior, é sempre a pior, pois esta fase é que é o ‘atraso humano’. Eles pertencem a uma dimensão pueril: “Essas populações infantis não puderam chegar a uma mentalidade muito adiantada e para esta lentidão de evolução tem havido causas complexas”. (Rodrigues: 1938, p. 156). Encontramos o conceito de ‘raças negríticas’, não no sentido simples de destacar o outro, mas de torna-lo um ‘não-outro’. Impor a ‘civilização’ ao negro seria uma aberração. Não pelas aspas que nós colocamos, nem pela força da imposição, mas pela não adequação do negro. Talvez caberá relegar ao negro, a partir desta ótica a indiferença. Não investir tanto (missão, ciência, civilização, moral) pois o negro não passará disto uma “criança grande, crédula e inconstante” (RODRIGUES: 1938, p. 157)

Segundo Nina mesmo alguns abolicionistas, conseguiram perceber o erro, ao nosso ver o erro seria dizer, conceber a princípio ‘negro é gente’. Um abolicionista vai na contramão, para Nina um exemplo de possíveis outros que abraçaram o discurso purificador e iluminador da ciência. É citado então Dr. Anselmo da Fonseca in: *A escravidão, o clero e o abolicionismo, Bahia, 1887*:

A raça africana tem um defeito e um crime. O defeito é estar ainda atrasada no desenvolvimento da civilização e em um período em que já esteve a raça branca, que foi outrora canibal, como ainda hoje o são muitas tribos africanas e americanas, e que também ignorou toda as artes, viveu sem leis e suportou o cativo. (RODRIGUES: 1938, p. 158)

O defeito, e o crime perduraram, ‘nesta subraça’. A ciência eugênica se enaltece no vislumbre de Nina citando Dr. Corre (Le crime en pays créoles, Paris, 1889) que soube aplicar a reflexão que surgiu acima:

Tem-se pretendido, diz ele, que o negro americano difere muito do seu antepassado, o negro africano; que perdeu até os caracteres físicos deste, e que assimilou os caracteres intelectuais do branco. Não hesito em declarar que são puras mentiras ou puras chimeras emitidas por observadores de gabinete. O negro crioulo libertou-se dos labores embrutecedores e das misérias degradantes do seu congênera africano, adquiriu algum verniz pelo atrito com elementos étnicos superiores; melhorou, mas não deixou de pertencer à sua raça, não é adaptável às

mesmas condições sociais do ariano(...) (RODRIGUES: 1938, p. 159).

O conceito de raça foi importante, para enaltecer a indiferença. Conseguise até perceber a grande atitude de um Toussaint-Louverture – mas é citado como exceção em relação a massa africanos e afrodescendentes. O mundo temia o Haitianismo, e se fez um esforço para negativizar este momento de tentativa de República negra, e toda a esfera de possibilidade através do negro. O negro é um incompleto: “o negro não tem mau caráter, mas somente caráter instável como a criança, e como na criança — mas com esta diferença que ele já atingiu a maturidade do seu desenvolvimento fisiológico (...)” (Rodrigues: 1938, p. 160). Contudo, este ser que age pelas pulsões que é o negro – cai mais no crime colonial, na bebedeira, sexualidade abrupta, enfim na sua ‘natureza antissocial’. Se ele é mero pulão, para resolver o problema da imputabilidade do outro, Nina recorre ao olhar individualizado: “todavia ninguém desconhece que há negros e pode haver índios que valham mais do que brancos.” (Rodrigues: 1938, p. 162)

Desta forma alguns negros e índios não deveriam em tese estar imputáveis. A psiquiatria por sua vez, manteve a imputabilidade o que não deixou Nina tão satisfeito. Pois estaria com o negro a irresponsabilidade do ato. A partir de dois autores Nina terá ‘segura análise psicológica’, firmado pelo egrégio alienista Motet e o sábio professor Brouardel’ consegue destruir a seu ver a imputabilidade dos negros:

Tudo o que temos dito dele (o criminoso), após longo e severo estudo, nos permite pôr em relevo a influência de causas sociais sobre determinações que nem por isso são menos culposas, como esta diferença que o homem que foi submetido ao nosso exame — exatamente por causa das circunstâncias em que viveu, se desenvolveu, do meio em que as suas ideias se formaram, não tendo por contrapeso uma educação, uma instrução primária suficiente — não pertence a um tipo normal. "Não temos o direito de ir mais longe do que vai ele próprio, reconhecendo-se culpado perante a lei (...) (RODRIGUES: 1938, p. 166).

Bibliografia Básica

NINA, Raymundo Rodrigues. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1938.

_____. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. RJ: 2008 Tradução de Mariza Corrêa do artigo “Métissage, dégénérescence et crime”, publicado nos Archives d’Anthropologie Criminelle, v.14, n.83, 1899.

_____. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2010.
<<http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/os-africanos-no-brasil>>

OTTONI, Ana Vasconcelos. **“Cidade saqueada”: imprensa carioca, gatunagem e populares pobres no Rio de Janeiro (1900-1920)** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

RODRIGUES, Raymundo Nina. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. On-line version ISSN 1678-4758 Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.15 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2008 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702008000400014>

Bibliografia Geral

Discussão Bibliográfica

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. SP: Paz e Terra: 2002, 392 p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial**.

São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2001, 2ªed.(Resenha de Ana Cristina Guanaes Rego, disponível em <<https://pethistoriapuc.files.wordpress.com/2009/12/chalhoub-sidney-trabalho-lar-e-botequim-ana-guanaes.pdf>>

MAIA, João Ehlert. **Resenha Ângela Alonso**, SP: Tempo Social – USP.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Revista do Rio de Janeiro UERJ**, ano I – Crime Contravenção e Violência, nº 1, 1993. In *Contravenções no Rio de Janeiro*. RJ: Revista Rio de Janeiro: 2004.

_____. **Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro**. RJ: Revista Mundos do Trabalho: 2009, vol.1, n. 1.

MURARI, Luciana. "**Brasil, ficção geográfica**": ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. SP: Annablume: 2007. (digitalização: Obra crítica, vol. I, p.123-128)<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibObPub&PagFis=742>>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Fichamento Aderivaldo Ramos de Santana e Leonardo Martins Barbosa em março de 2005. Biblioteca da PUC-Rio.

VENTURA, Roberto. **Canudos como cidade iletrada**: Euclides da Cunha na urbs monstruosa. São Paulo: Revista de Antropologia: 1997. vol.40 n.1 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477011997000100006>.

_____. **Estilo tropical** - História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia da Letras: 1991.

_____. **REVISTA USP**, São Paulo, n.54, p. 16-29, junho/agosto 2002. Euclides da Cunha no vale da morte: os sertões cem anos. <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/35208/37929>>.

Discussão Metodológica:

MAIA, João Ehlert. Resenha: ALONSO, Ângela Alonso. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra: 2002, 392 p.

MALAGUTI, Vera. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 1. no.2, julho/dezembro 2009, p. 20-39.

_____. **Adesão subjetiva à barbárie In: Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. **Filicídio**. In: RIZZINI, Irene; ZAMORA, Maria Helena et al (Orgs.). Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe: relações indissociáveis? Rio de Janeiro: Quatro Irmãos/FAPERJ, 2006. p. 253-260.

RICUPERO, Bernardo. **Da formação à forma, ainda as idéias fora do ligar**. São Paulo: Lua Nova: 2008, p. 59-69.

Bibliografia Geral\Detalhada

Classes Perigosas:

MATTOS, Romulo Costa. Artigo: **As “Classes Perigosas” Habitam as Favelas:** um Passeio pela Crônica Policial no Período das Reformas Urbanas. RJ: PUC.

De Badaró:

MATTOS, Marcelo Badaró . **Trabalhadores e escravizados no século na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.** RJ: Revista Rio de Janeiro: 2004.

_____. **Trajetórias entre Fronteiras o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no RJ.** IV Jornada Nacional de História: 2008

_____. **Classes sociais e luta de classes:** a atualidade de um debate conceitual. RJ: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: 2007.

_____. **História de trabalhadores.** Entrevista, 2010.

_____. **Greves, sindicatos e repressão policial no RJ 1954 até1964.** São Paulo: Revista Brasileira de História: 2004.

_____. **Abolicionismo e formação da classe trabalhadora no Brasil:** uma abordagem para além do nacional. Simpósio Nacional de História, 2013.

Autores que citam ou são correlatos a Badaró e a temática pesquisada:

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. **A ‘escravidão livre’ na corte:** escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo de abolição). Nitrói: UFF: 2012.

BARISON, Mônica Santos. **Casos de Polícia Reflexões sobre a questão social na primeira república.** Rio de Janeiro: PUC: 2015.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Ideologia do Branquemaneto e as divisões perigosas** – O policial e a população. Revista África e Africanidades: 2010.

AFONSO, Daniel & MATOS, Daniel. **Questão negra, marxismo.** Iskra: 2013.

De Chalhoub:

CHALHOUB, S. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Trabalho lar e botequim** GUANAES, ANA (resenha).

_____. **Medo branco de almas negras:** Escravos Libertos e Rebupicanos na cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Revista Brasileira de História: 1988.

_____. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo : Companhia das Letras: 2011.

Correlatos:

FREITAS, Silvia Correia de. **Entre a violência e o paternalismo.**

LIMA, Henrique Espada. **Sob o domínio da precariedade:** escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. Topoi (Rio J.) [online]. 2005, vol.6, n.11, pp. 289-326. ISSN 2237-101X. <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X006011004>>.

SANTOS, Juliano Viali dos. **Vadiagem, mentalidade e discurso.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais: 2009.

De Vera Malaguti:

MALAGUTI, V. **A criminalização da juventude popular no Brasil histórias e memórias de luta na cidade do Rio de Janeiro.** São Paulo: BIS. Boletim do Instituto de Saúde: 2008.

_____. **A governamentalização da juventude policizando o social.**

_____. **Adesão subjetiva à barbárie.** In: Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan: 2012.

_____. Palestra: **A crimilnização da pobreza** <<https://www.youtube.com/watch?v=FRgAs5sR7Gw>>.

_____. **Criminologia e política criminal.** Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. no.2, julho/dezembro 2009, p. 20-39. (Cap. X O Grande Encarceramento).

_____. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira.** RJ: Revan: 2011.

_____. **Filicídio.** In: RIZZINI, Irene; ZAMORA, Maria Helena et al (Orgs.).

Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe: relações indissociáveis? RJ: Quatro Irmãos/FAPERJ: 2006

_____. **Marx com Foucault:** análises acerca de uma crimanilizante. Belo Horizonte: Veredas do Direito: 2005.

_____. **Memória e medo na cidade do Rio de Janeiro.** O Olho da História, n. 14, Salvador (BA), junho de 2010.

_____. **Na periferia do medo.** Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro 2003.

_____. **O tribunal de drogas e o tigre de papel.** Cidadania e justiça, Rio de Janeiro: 2002.

Correlatos:

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **O corpo caído no chão.** 2006.

MARTINS SILVA, Carlos Eduardo Cunha. **A Difusão do Medo e a Banalização das Prisões Provisórias: Quando a Exceção torna-se a Regra do Jogo.** Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2011. <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19656/19656_1.PDF>.

SOUZA, Taiguara Libano Soares e & PEDRINHA, Roberta Duboc Pedrinha. **Biopolítica e militarização da vida social análise da operação no alemão.** <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais/36/13_1776.pdf>.

QUEIROZ, Simone Ramos de. **Violência mídia e questão social expressões da barbárie.** <<http://www.espacoacademico.com.br/044/44netto.htm>>.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, Carlos Vinicius Frota de. **A Eugenia e o Mito da Superioridade Racial Branca: Racismo no Brasil Moderno.** Universidade Federal do Ceará. <<http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/pdf/0082.pdf>>.

BOSI, Alfredo. **Poesia versus racismo.** Estudos Avançados. 16 (44), 2002. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000100015>.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. **Cesare Lombroso e Raimundo Nina Rodrigues entre as ciências do século XIX: o estudo do negro como criminoso.**

<http://www.academia.edu/16148771/Cesare_Lombroso_e_Raimundo_Nina_Rodrigues_entre_as_ci%C3%A2ncias_do_s%C3%A9culo_XIX_o_estudo_do_negro_como_criminoso>.

CORRÊA, Marisa. **Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social.**

REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 130-139, dezembro/fevereiro 2005-2006.
<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13488/15306>>.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **O pensamento social brasileiro e a questão racial: da ideologia “do branqueamento” às “divisões perigosas”** Artigo Universidade Candido Mendes.
<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/10082010_16.pdf>.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**, UNESP: SP: 1998.
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/up000006.pdf>>.

MACHADO, Cacilda. **Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX.** 2008.
<http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi17/topoi_17_-_artigo4_-_cor_e_hierarquia_soc.pdf>.

MUNIZ: GODOY: JESUS: DUARTE: **Criminalização da pobreza como processo legítimo: bases iniciais de um debate em curso.** IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão: 2013
<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo9-poderviolenciaepoliticaspUBLICAS/criminalizacaodapobrezacomoprocessolegitimadobasesiniciaisdeumdebateemcurso.pdf>>.

SOUZA, e Cruz. **Obras completas 1861-1898.** Org. Lauro Junks, 2008.
<http://fcc.sc.gov.br/cruzesousa/cruzesousa_vol1_poesia.pdf>.

SCHWARCZ, L.M. **Nina Rodrigues: um radical do pessimismo**, in A.Botelho, L.M. Schwarcz (edd.), **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**, São Paulo 2009.

SILVA, Geélison Ferreira da. **Considerações sobre criminalidade: marginalização, medo e mitos no Brasil.** Revista brasileira de segurança pública: 2011.
<<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/85/82>>.

SILVA, Renato da. **O pensamento de Nina Rodrigues sobre a relação entre as raças humanas e a responsabilidade penal no século XIX.** UNIGRANRIO Revista Magistro.
<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/viewFile/2180/1004>>.

TUCCI, Maria Luiza. **O racismo na história do Brasil mito e realidade.** 1995
<<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72090/75327>>

Anexos

1- Do Café Filosófico- Raça e Racismo no Brasil contemporâneo com Carlos Medeiros. Matar o fenômeno eliminando a palavra. Falar de raça, é por vezes falar de cultura. Pessimismo racial, Gobineau: o Brasil não teria futuro devido a sua mestiçagem. Racismo alternativo\modreado. Haveria dois tipos de mestiços, moderação da mestiçagem – os mais perto do negro\índio mais negativos e o mais próximos do branco mestiço melhorado este seria predominante. No Congresso Mundial das Raças em Londres , o Brasil, com seu representante João Batista de Lacerda que dizia que ‘o Brasil estava resolvendo o problema do negro pela via da miscigenação, e que dentro de 100 anos não haveria mais negros no Brasil.’ No Brasil se criou a perspectiva da harmonização das raças. O Rio de Janeiro teve sua demanda por trabalho o barril de pólvora: pois a mão de obra imigrante foi escolhida como a única e eficaz. Mas no Brasil nascente entre monarquias e repúblicas trabalhadores negros livres já faziam parte do mercado. Então como resolver esse impasse? (Fonte: Café Filosófico: <https://www.youtube.com/watch?v=Z4ZxVbJ8MT4>, acessado 04 de junho de 2016)

2- Mantemos por 388 anos a barbárie da escravidão, o campo do trabalho foi contaminado pela escravidão. Os operários no Brasil começaram a ganhar direitos no Brasil em 1930 e as domésticas em 2015.(L Karnall <https://www.youtube.com/watch?v=ATFyMr2dh1Y>, acessado 4 de junho de 2016).

3- *Não é apenas o gueto, mas a perpetuação do gueto, o que tem para o negro é inferior* (<https://www.youtube.com/watch?v=xbRyiH5cNJw>, acessado 4 de junho de 2016).